

**Jaques Wagner**  
Governador do Estado

**José Sérgio Gabrielli**  
Secretário de Planejamento

**Eugênio Spengler**  
Secretário do Meio Ambiente

**Clóvis Caribé Menezes dos Santos**  
Chefe de Gabinete – SEPLAN

**Adolpho S. Ribeiro Netto**  
Chefe de Gabinete – SEMA

**Ranieri Muricy Barreto**  
Superintendente de Planejamento Estratégico –  
SEPLAN

**Luiz Antonio Ferraro Jr.**  
Superintendente de Estudos e Pesquisas  
Ambientais – SEMA

**Thiago dos Santos Xavier**  
Diretor de Planejamento Territorial –  
SEPLAN/SPE/DPT

**Marcelo Henrique Siqueira de Araújo**  
Diretor de Pesquisas Ambientais –  
SEP/SEMA



## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

### SEPLAN

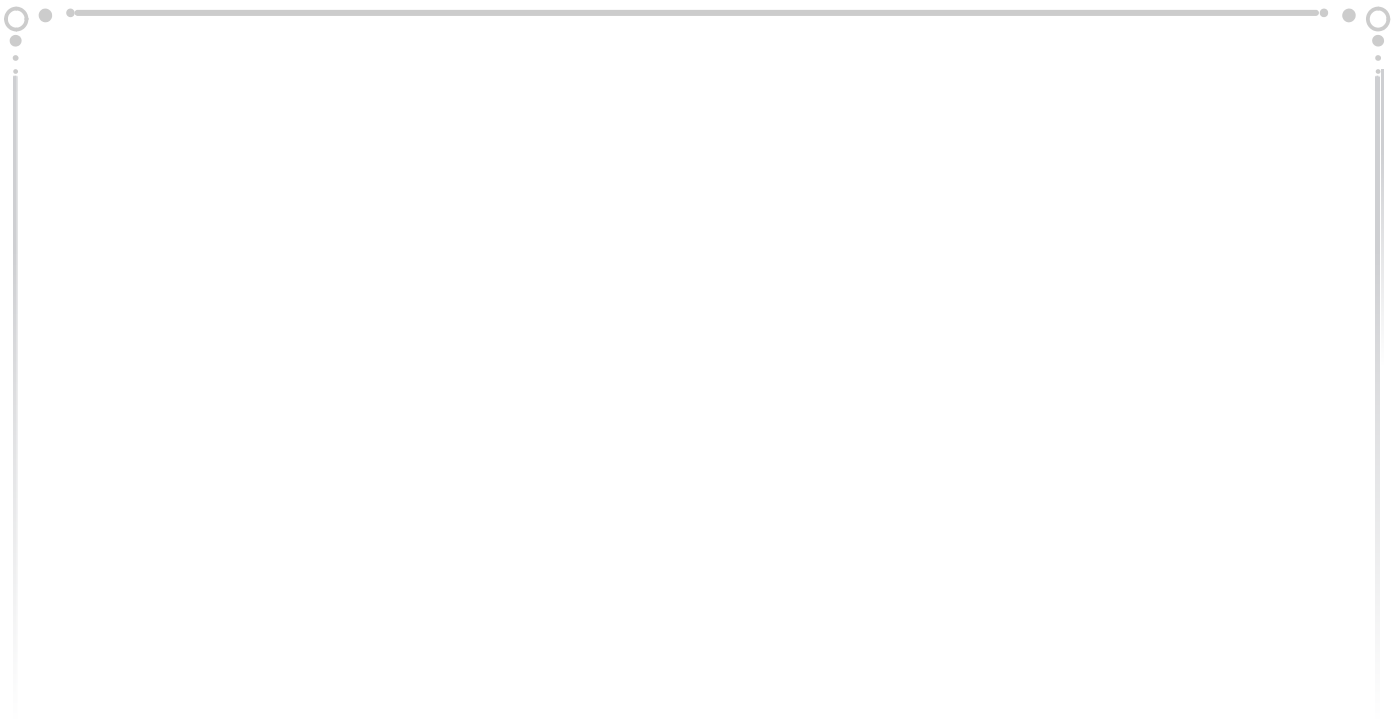
Edelzuita dos Anjos Silva - Coordenadora

Tatiana Scalco

### SEMA

JoséIVALDO de Brito Ferreira

Rosalvo de Oliveira Jr.



## GRUPO DE TRABALHO

### SEPLAN - SEI

SEPLAN	SEI
Thiago Santos Xavier	Aline Pereira Rocha
Edelzuita dos Anjos Silva	Erivaldo Lima de Queiroz
Fabiana da Cruz Mattos	Igor Roberto Campos Brandão
Tatiana Scalco Silveira Cravo	Ilce Maria Marques de Carvalho
Érico Silva do Nascimento	Luis André de Aguiar Alves
Roberto Carneiro Fortuna	
Márcia da Silva Pedreira	
Maria Cristina Franca	

### SEMA - INEMA

SEMA	INEMA
Titular	Titular
Luiz Antônio Ferraro Júnior (coordenador geral)	José Ivaldo de Brito Ferreira (coordenador técnico)
Marcelo Henrique Siqueira de Araújo	Floriano Alvarez Soto
Margareth Peixoto Maia	Erivaldo Vieira Adorno
Zoltan Romero Cavalcante	Ailton dos Santos Júnior
Luciano Pinna	Sidnei Silva Suerdieck
Magno Passos Monteiro	<b>Suplente</b>
Rosalvo Oliveira Jr	Aldo Carvalho da Silva
<b>Suplente</b>	Samantha A. Nery Gonzalez Grimaldi
Paulo Henrique Prates Maia	Nielsen Souza
José Renato Melo da Silva	Rita de Cássia Góes Cardoso
	Jeanne Bahia Gonçalves

## GRUPO DE COLABORADORES

### SEPLAN

Thiago Reis Goes - Coordenador

Sônia Pereira Ribeiro

Andréa Pereira da Silva

Luiz Carlos Santana Filho

Sidnei Suerdieck

Rafael Alves de Almeida

Edna Maria da Silva

Mirtes Calvacante de Aquino

Marcos Luis Cerqueira da Silva

Nícia Moreira da Silva Santos

Natã Silva Vieira

### SEMA

Cristiana Sousa Viera

Aline Bitencourt

Luciana Matos Santa Rita

Igor Perez Cunha

Nielsen Souza

Fabíola Andrade

Joseval Almeida

Márcio Augusto Gonçalves

Alexandra Hirsch de Santana

Larissa Santos Lima

Rodrigo Stolze Pacheco

Marcelo Senhorinho

Ricardo Azevedo Duarte

Zanna Maria Rodrigues de Matos

Kitty Tavares

Elba Alves

Adriano Zeferino

Michelle Rios Lopes<sup>6</sup>. Iala Serra Queiroz

Iara Morena Souza

Eva Dayana Oliveira Rios Lopes

Tiago Jordão Porto

## **EQUIPE DO CONSÓRCIO GERENCIAMENTO**

Erwin Rivero  
*Representante Consórcio Geohidro Sondotécnica*

Arakem Maltez Oliveira  
*Responsável Técnico - GEOHIDRO*

Francisco Cruz Vieira  
*Responsável Técnico - GEOHIDRO*

Homero Menezes Cortes  
*Diretor – SONDOTÉCNICA*

## **COORDENAÇÃO TÉCNICA EXECUTIVA** Roseane Palavizini – *Arquiteta, DSc Engenharia Ambiental*

**GERENTE EXECUTIVA**  
Andrea Marchesini – *Eng<sup>a</sup> Sanitarista*

## **COORDENAÇÕES TEMÁTICAS**

### **Planejamento e Meio Físico**

Bruno Jardim da Silva  
*Eng<sup>a</sup> Civil*

### **Planejamento e Meio Biótico**

Tiago Brasileiro  
*Arquiteto e Urbanista*

### **Planejamento e Meio Socioeconômico**

João Pedro Vilela  
*Urbanista*

### **Planejamento, Banco de Dados e Cenários**

Vitor Santos  
*Economista*

### **Planejamento e Cartografia**

Ivana Silva  
*Geógrafa*

### **Cartografia e Geoprocessamento**

Fábia Zaloti  
*Eng<sup>a</sup> Cartógrafa*

## **DESENVOLVIMENTO TÉCNICO**

Clarissa Brito  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Sueli Oliveira  
*Estatística*

Daniela Moura  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Patrícia dos Santos  
*Geógrafa*

Micheli Gonçalves  
*Eng<sup>a</sup> Ambiental, MSc*

Tânia Linda Andrade  
*Técnica em Geoprocessamento*

Samanta Ribeiro  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Carlos Eduardo Araújo  
*Designer Gráfico*

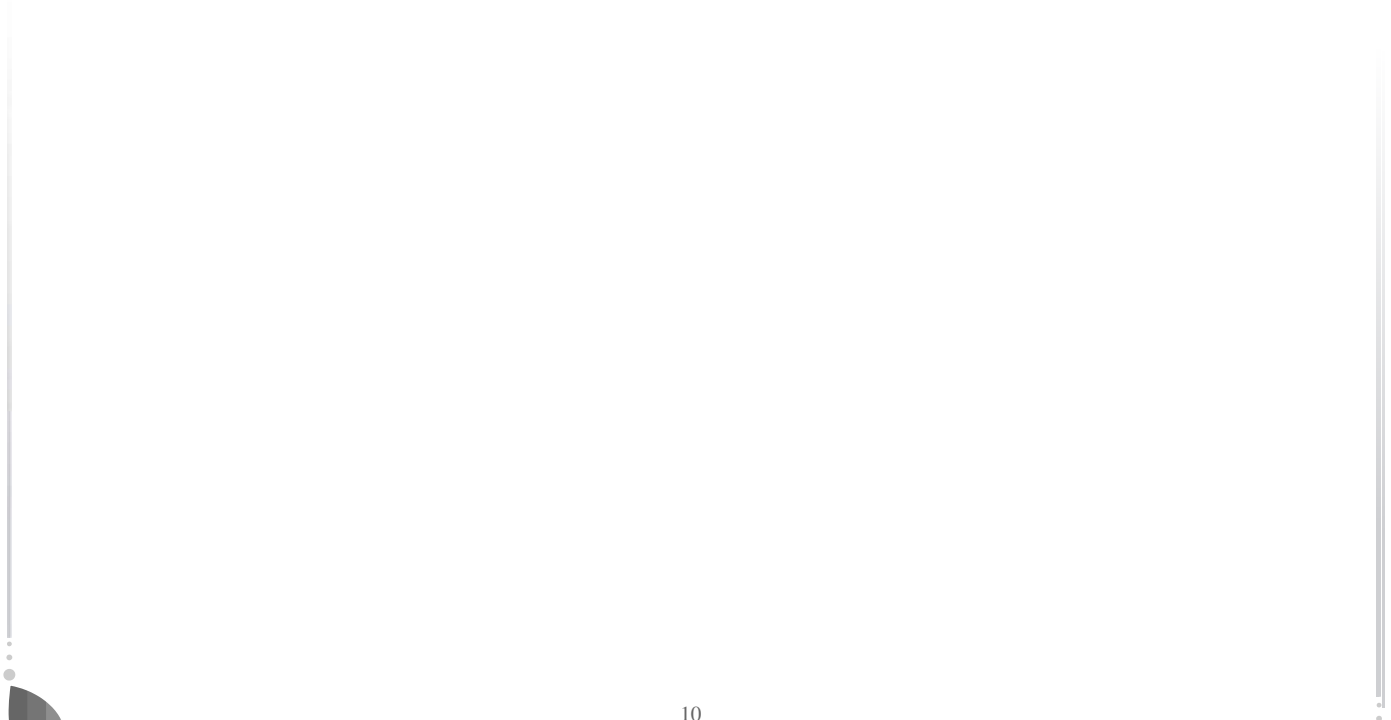
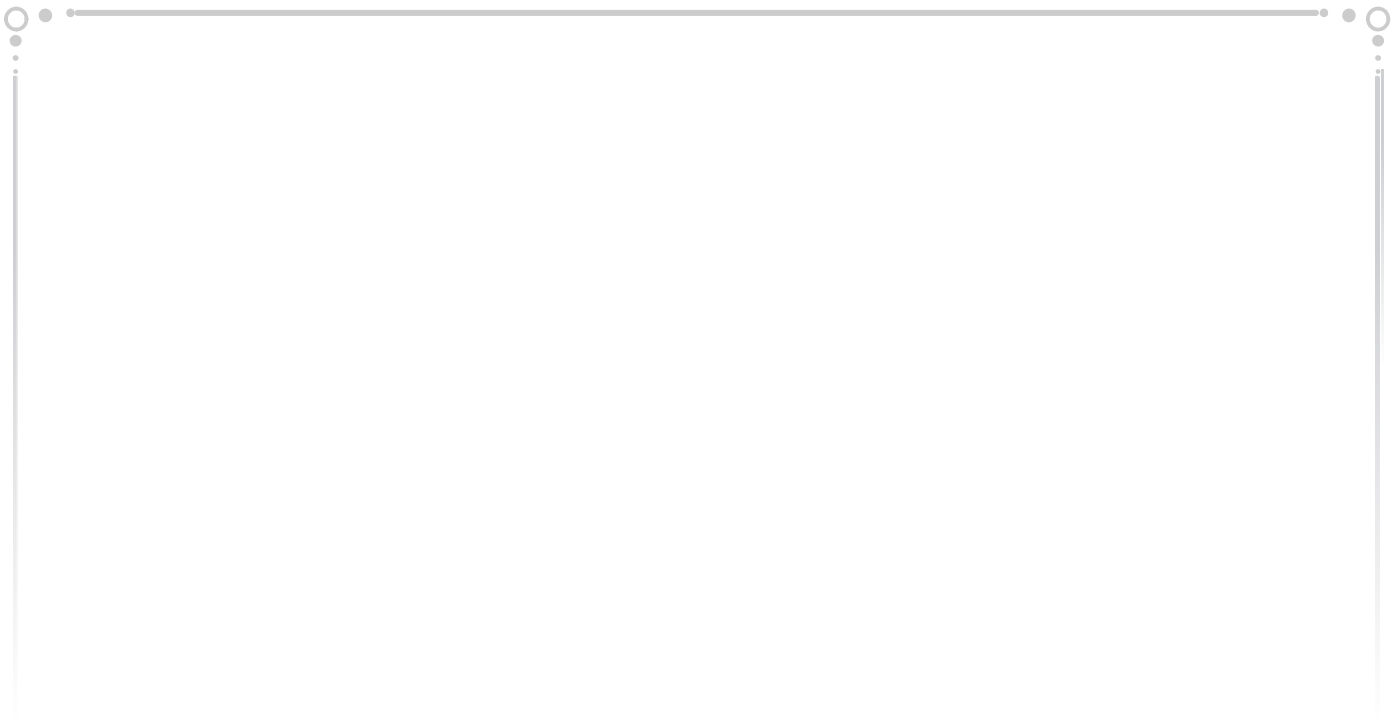
Carlos Eugênio Ramos  
*Designer Gráfico*

## **APOIO DE DESENVOLVIMENTO**

Leonardo Adaime  
*Eng<sup>a</sup> Civil, MSc*

Valdirene Dias  
*Geógrafa, MSc*

Fabio Peixoto  
*Comunicador Social*





## ESTAGIÁRIOS

Érica Neres  
*Graduanda em Geologia*

Eric Câncio  
*Graduando em Engenharia Civil*

Gilza Maciel  
*Graduanda em Engenharia Sanitária e Ambiental*

Victor Almeida  
*Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental*

## CONSULTORES

### Arranjos Produtivos Rurais

Amilcar Baiardi  
*Engº Agrônomo, DSc*

### Aquicultura e Pesca

José Carlos Bezerra  
*Engº de Pesca*

### Banco de Dados/SIG

Walter Ribeiro  
*Cientista da Computação*

### Biodiversidade

Rafael Freire  
*Biólogo*

### Energia

Fernando Alcoforado  
*Engº Eletricista, PhD*

### Geologia/Águas Subterrâneas

Antônio Marcos Pereira  
*Geólogo, DSc*

Leila Lopes  
*Geóloga*

### Infraestrutura e Logística

Rafael Vasconcelos  
*Engº Civil*

Raymundo José Garrido  
*Engº Civil, MSc*

### Jurídico e Institucional

Maria Gravina Ogata  
*Geógrafa e Advogada, DSc*

Larissa Cayres  
*Advogada*

Mayumi Gravina Ogata  
*Advogada*

### Qualidade Ambiental

Tânia Tavares  
*Química, DSc*

### Solos

Mário Pestana  
*Agrônomo*

Paulo Corrêa  
*Engº Agrônomo*

### Unidade de Paisagem/Vulnerabilidade Natural à Erosão

Vera Lúcia Ramos  
*Geógrafa, MSc*

### Vulnerabilidade Social

Paula Adelaide  
*Arquiteta, MSc*

Arilson Favareto  
*Sociólogo, DSc*

## CONSULTORES AD HOC

Henrique Tomé  
*Engº Florestal, DSc*



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

### Órgãos Governamentais, Empresas e Entidades:

ANA - Agência Nacional de Águas  
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário  
CECAV – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas  
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais  
DNPM – Departamento Nacional de Pesquisa Mineral  
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Inema – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MME – Ministério de Minas e Energia  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática  
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

### Demais siglas e nomenclaturas:

APA – Área de Proteção Ambiental  
APP – Área de Preservação Permanente  
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico  
BAZE – Brazilian Alliance for Zero Extinction  
GeografAR – Projeto Integrado de Pesquisa “A Geografia nos Assentamentos da Área Rural”  
IBA – *Important Bird Area*  
IET – Índice do Estado Trófico  
IQA – Índice de Qualidade das Águas  
KBA – Key Biodiversity Areas  
PAM – Produção Agrícola Municipal  
PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável  
PPA – Plano Plurianual  
PPM – Produção da Pecuária Municipal  
PROBIO – Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade  
Radambrasil – Projeto de levantamento de todos os recursos naturais do território nacional (em especial a Amazônia) por meio de radares aerotransportados.  
RESEX – Reserva Extrativista  
RMS – Região Metropolitana de Salvador  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SEGREH – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente  
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente  
TCRA – Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental  
TDR – Termo de Referência  
TI – Território de Identidade  
UC – Unidade de Conservação  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico



O presente documento contém o Terceiro Relatório Básico do Contrato nº 010/2010, relativo ao Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bahia (PDS). Este Relatório reúne os conteúdos definidos a partir do Terceiro Termo Aditivo, no qual está prevista a apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em sua versão preliminar, organizado a partir dos conteúdos previstos nos Termos de Referência (TDR) e na sinergia necessária entre os instrumentos de planejamento e gestão do território.

O Relatório está organizado em nove volumes, obedecendo à estrutura dos componentes de trabalho, integrantes dos Termos de Referência, sendo cada volume estruturado a partir de três tópicos: i) introdução, que apresenta o tema; ii) metodologia, que descreve os conceitos, procedimentos e referências utilizados no desenvolvimento de cada componente, em seu referido tema; iii) resultados, onde estão apresentados e comentados os resultados obtidos na construção de cada componente. A seguir está descrita a estrutura dos referidos volumes, com seus respectivos componentes de trabalho.

**Volume 1** – Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia (componente **A5**), Indicações de Ações de Desenvolvimento (**B3A**) e os Arranjos Institucionais para Atuação (componente **C1**);

**Volume 2** – Banco de Dados e WebSIG (componente **D**);

**Volume 3** – Indicação das Unidades de Paisagem (componente **A1**);

**Volume 4** – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural (componente **A2**);

**Volume 5** – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental (componente **A3**);

**Volume 6** – Caracterização dos Territórios de Identidade (componente **A4**);

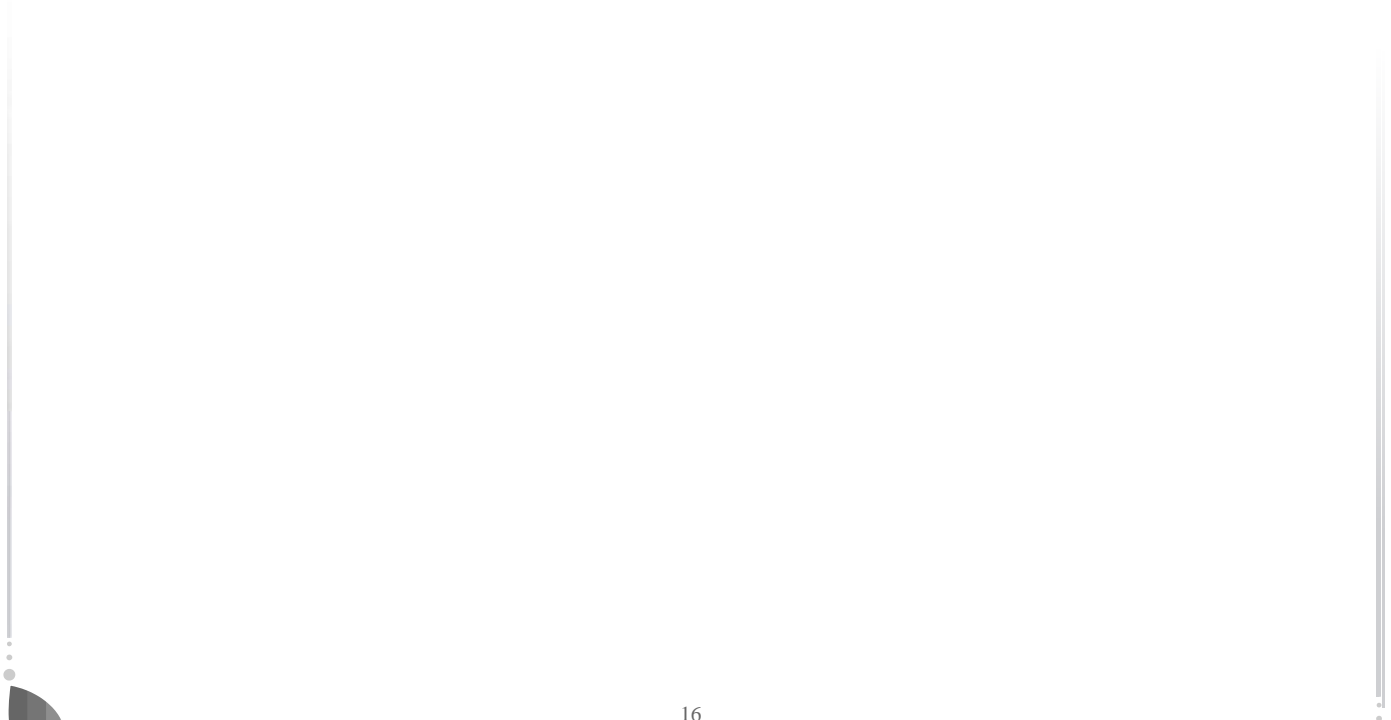
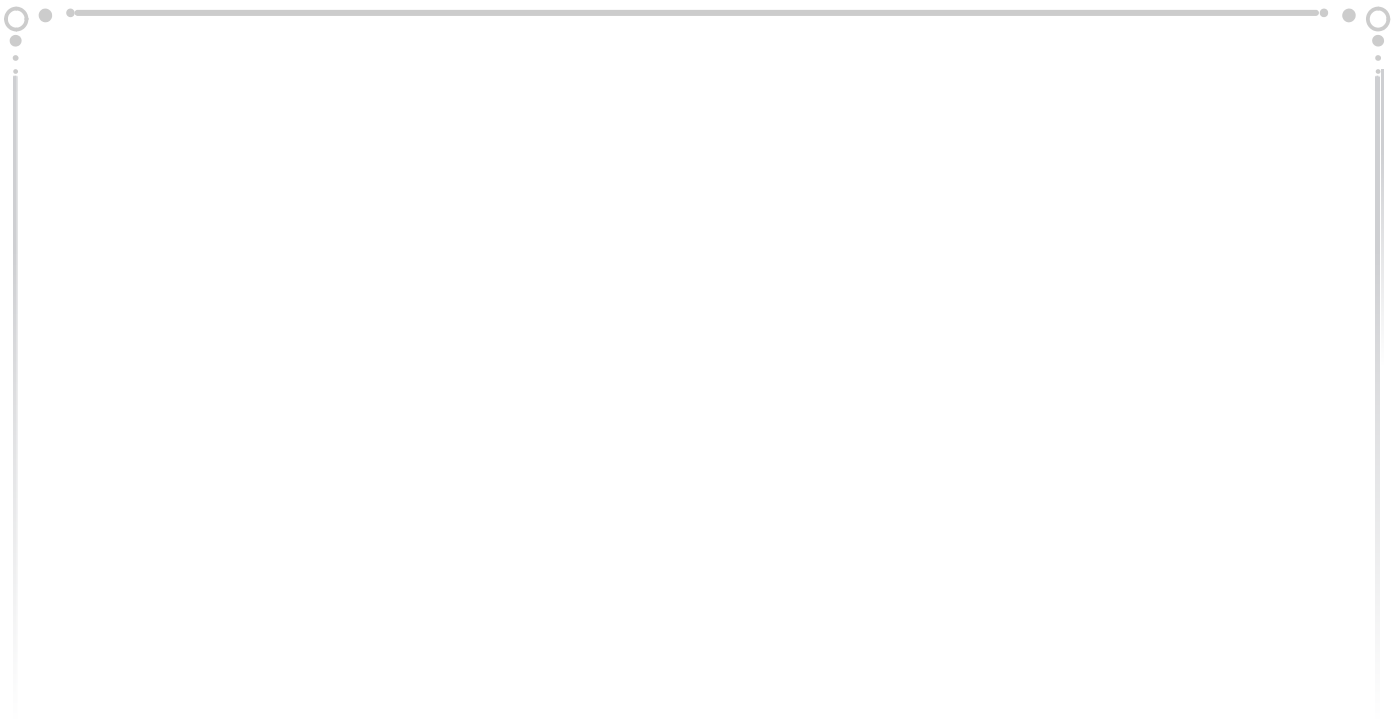
**Volume 7** – Avaliação das Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento (componente **B1A**);

**Volume 8** – Montagem Final dos Cenários (componente **E2**) e Avaliação Crítica das Proposições Existentes (componente **B2A**);

**Volume 9** – Perspectivas de Investimento (**C2**).

Esses volumes compõem a integridade dos processos e produtos de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar, contemplando, inclusive, todo o conteúdo necessário à adequação do Estado e posterior submissão à participação da sociedade, resultando, assim, na construção final do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia para aprovação na Assembleia Legislativa.

Para comodidade de leitura e contextualização técnica, os textos de Apresentação e Introdução do Relatório estão inseridos em todos os volumes, garantindo a autonomia na contextualização de cada volume apresentado.

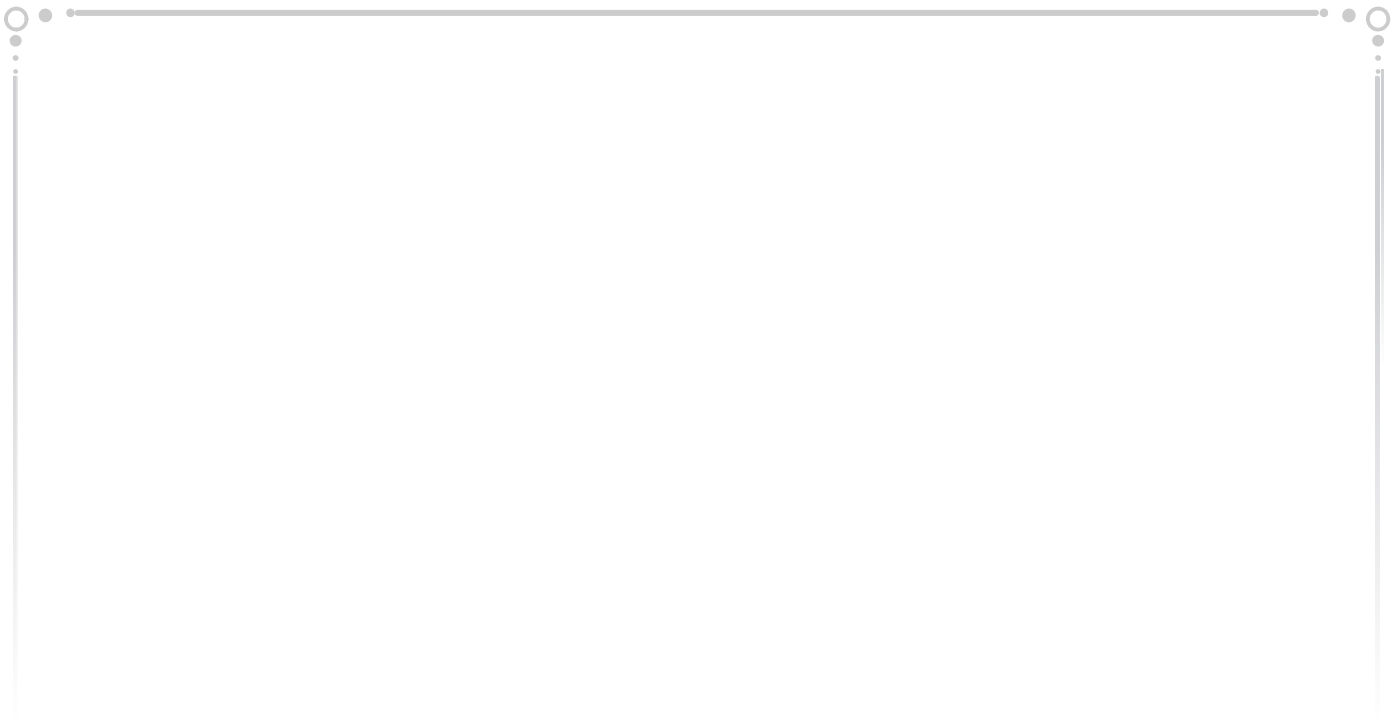


## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 2</b> – Características de cada nível de manejo do solo.....	25
<b>Quadro 3</b> – Fonte de informação para cada tipologia de empreendimento considerado no impacto ambiental acumulado.....	26

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização do Território de Identidade Bacia do Rio Corrente no estado da Bahia .....	28
<b>Figura 2</b> – Localização do Território de Identidade Bacia do Rio Grande no estado da Bahia .....	31
<b>Figura 3</b> – Localização do Território de Identidade Bacia do Jacuípe no estado da Bahia.....	35
<b>Figura 4</b> – Localização do Território de Identidade Bacia do Paramirim no estado da Bahia.....	38
<b>Figura 5</b> – Localização do Território de Identidade Chapada Diamantina no estado da Bahia .....	41
<b>Figura 6</b> – Localização do Território de Identidade Irecê no estado da Bahia.....	44
<b>Figura 7</b> – Localização do Território de Identidade Itaparica no estado da Bahia.....	47
<b>Figura 8</b> – Localização do Território de Identidade Médio Rio de Contas no estado da Bahia .....	50
<b>Figura 9</b> – Localização do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia no estado da Bahia .....	53
<b>Figura 10</b> – Localização do Território de Identidade Piemonte da Diamantina no estado da Bahia .....	56
<b>Figura 11</b> – Localização do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu no estado da Bahia .....	59
<b>Figura 12</b> – Localização do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru no estado da Bahia .....	62
<b>Figura 13</b> – Localização do Território de Identidade Portal do Sertão no estado da Bahia .....	65
<b>Figura 14</b> – Localização do Território de Identidade Semiárido Nordeste II no estado da Bahia .....	68
<b>Figura 15</b> – Localização do Território de Identidade Sertão do São Francisco no estado da Bahia .....	71
<b>Figura 16</b> – Localização do Território de Identidade Sertão Produtivo no estado da Bahia .....	74
<b>Figura 17</b> – Localização do Território de Identidade Sisal no estado da Bahia .....	77
<b>Figura 18</b> – Localização do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá no estado da Bahia.....	80
<b>Figura 19</b> – Localização do Território de Identidade Velho Chico no estado da Bahia .....	83
<b>Figura 20</b> – Localização do Território de Identidade Vitória da Conquista no estado da Bahia.....	86
<b>Figura 21</b> – Localização do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano no estado da Bahia .....	89
<b>Figura 22</b> – Localização do Território de Identidade Metropolitano de Salvador no estado da Bahia .....	93
<b>Figura 23</b> – Localização do Território de Identidade Recôncavo no estado da Bahia .....	96
<b>Figura 24</b> – Localização do Território de Identidade Baixo Sul no estado da Bahia.....	100
<b>Figura 25</b> – Localização do Território de Identidade Costa do Descobrimento no estado da Bahia .....	104
<b>Figura 26</b> – Localização do Território de Identidade Extremo Sul no estado da Bahia.....	107
<b>Figura 27</b> – Localização do Território de Identidade Litoral Sul no estado da Bahia.....	111





## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO AO ZEE-BA.....	21
2.	Caracterização dos Territórios de Identidade (A4).....	23
2.1	Introdução .....	23
2.2	Metodologia .....	23
2.3	Resultados .....	28
2.3.1.	TI Bacia do Rio Corrente.....	28
2.3.2.	TI Bacia do Rio Grande.....	31
2.3.3.	TI Bacia do Jacuípe .....	35
2.3.4.	TI Bacia do Paramirim .....	38
2.3.5.	TI Chapada Diamantina.....	41
2.3.6.	TI Irecê .....	44
2.3.7.	TI Itaparica .....	47
2.3.8.	TI Médio Rio de Contas .....	50
2.3.9.	TI Médio Sudoeste da Bahia.....	53
2.3.10.	TI Piemonte da Diamantina .....	56
2.3.11.	TI Piemonte do Paraguaçu.....	59
2.3.12.	TI Piemonte Norte do Itapicuru .....	62
2.3.13.	TI Portal do Sertão.....	65
2.3.14.	TI Semiárido Nordeste II.....	68
2.3.15.	TI Sertão do São Francisco.....	71
2.3.16.	TI Sertão Produtivo .....	74
2.3.17.	TI Sisal .....	77
2.3.18.	TI Vale do Jiquiriçá .....	80
2.3.19.	TI Velho Chico .....	83
2.3.20.	TI Vitória da Conquista .....	86
2.3.21.	TI Litoral Norte e Agreste Baiano .....	89
2.3.22.	TI Metropolitano de Salvador.....	93
2.3.23.	TI Recôncavo.....	96
2.3.24.	TI Baixo Sul .....	100
2.3.25.	TI Costa do Descobrimento .....	104
2.3.26.	TI Extremo Sul .....	107
2.3.27.	TI Litoral Sul .....	111
3.	Referências Bibliográficas.....	115





# 1. INTRODUÇÃO AO ZEE-BA

O planejamento do desenvolvimento sustentável no Brasil vem sendo estruturado a partir de um conjunto de políticas públicas que orienta e regulamenta a relação entre a dinâmica cultural da sociedade e a dinâmica ecológica dos ecossistemas, buscando uma convivência saudável e respeitosa com os bens comuns e com a diversidade cultural. Algumas políticas são referências fundamentais para o desenvolvimento do planejamento territorial sustentável, a exemplo da gestão da água, do sistema nacional de unidades de conservação, do estatuto das cidades, do saneamento ambiental, da conservação da biodiversidade, dos povos e comunidades tradicionais, entre outras.

O Estado da Bahia vem regulamentando, em suas políticas e documentos publicados, as recomendações desse conjunto de normas, tendo desenvolvido o documento *Resgatando o Planejamento Estratégico no Estado da Bahia*, com uma antevisão do período 2008-2028, que tem como missão: “*Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Estado da Bahia em bases sustentáveis, garantindo igualdade e oportunidades a todos os cidadãos, independentemente de raça, gênero e religião*”. Em suas diretrizes estratégicas, o referido documento destaca o Desenvolvimento Territorial Sustentável, definindo diretrizes específicas para a preservação e recuperação do meio ambiente e sua sustentabilidade. Entre as diretrizes estratégicas territoriais estão propostos: a elaboração de planos mestres das macrorregiões (Cerrado, Litoral Norte, Litoral Sul, Recôncavo-RMS e Semiárido) e os Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Sustentável dos 27 Territórios de Identidade. O documento apresenta, ainda, uma proposta de modelo de gestão, destacando princípios e valores associados à governança eficiente, eficaz, efetiva e solidária, mirando na implementação da seguinte visão de futuro: “*ser um Estado produtor de bens e serviços de alto valor agregado, articulado nacional e internacionalmente, cuja população desfrute de qualidade de vida, equilíbrio social e étnico*,”.

Neste contexto, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado da Bahia foi desenvolvido como instrumento de ordenamento territorial de macro planejamento a partir da relação entre as dimensões da sustentabilidade: ecológica, social, cultural, econômico-tecnológica, política e jurídico-institucional, tendo como finalidade a promoção da equidade social, da valorização cultural, do desenvolvimento econômico e da conservação das riquezas naturais e bens comuns.

O ZEE é um instrumento de planejamento, organização e gestão do território brasileiro que, segundo seu Decreto nº 4.297/2002, busca harmonizar as relações econômicas, sociais e ambientais que nele se estruturam, “*estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável*”. Requer uma abordagem integrada e compartilhada de políticas públicas e arranjos institucionais, promovendo a articulação de ações e políticas territoriais, estruturadas em uma arquitetura de governança que relacione o poder público, o segmento econômico e a sociedade civil organizada, no planejamento e na gestão do seu território. O ZEE é definido pelo Ministério do Meio Ambiente como estratégia central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil, a exemplo da questão Amazônica, do Cerrado, dos Biocombustíveis e das Mudanças Climáticas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2013), os princípios norteadores do ZEE são: o *Participativo*, que considera o diálogo com a sociedade nas diversas fases dos trabalhos, desde a concepção até a gestão, buscando um instrumento autêntico, legítimo e exequível; o *Equitativo*, que visa garantir a igualdade de oportunidades de desenvolvimento; o *Sustentável*, que prevê a convivência saudável e harmoniosa com as riquezas naturais; o *Holístico*, que busca uma abordagem interdisciplinar na relação da dinâmica ecológica, ambiental, econômica e sociocultural; e o *Sistêmico*, enfatizando uma visão integrada e complexa, capaz de reconhecer as relações de interdependência entre os sistemas físico-biótico e socioeconômico.

De acordo com o decreto supracitado, o ZEE tem como principal objetivo a organização do território, vinculando as decisões dos agentes públicos e privados à implementação de planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizam recursos naturais. Sendo assim, o ZEE visa assegurar a “*plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas*”, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental, que visam garantir a qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. O Decreto destaca ainda que, o processo de elaboração e implementação do ZEE deve buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social; contar com ampla participação democrática, compartilhando ações e responsabilidades entre o poder público e a sociedade civil; e, por fim, valorizar o conhecimento científico e multidisciplinar. O ZEE tem como resultante final a organização do território em zonas de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. As zonas deverão demonstrar utilidade e simplicidade, visando facilitar a implementação de seus limites e restrições pelo poder público e sua fácil compreensão pelos cidadãos.

O ZEE-BA tem como premissa o desenvolvimento socioeconômico, inclusivo e participativo, visando promover efetivas mudanças e melhoria da qualidade de vida da população baiana. Esse documento se consolida, portanto, como importante ferramenta para tomada de decisões por parte do governo, da sociedade civil e do setor econômico, favorecendo a orientação articulada para a elaboração de planos de infraestrutura, logística, geração de

energia, indicação de áreas de proteção ambiental e sociocultural, e outras recomendações que contribuam para o desenvolvimento sustentável do território.

A Lei nº 12.377/2011, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, estabelece o Zoneamento Ambiental (ZA) como importante instrumento balizador de planos de desenvolvimento. Uma breve comparação permite observar que o escopo do ZA é semelhante ao do ZEE, podendo substituí-lo para os devidos efeitos jurídicos e institucionais, conforme apresentado no artigo 17 dessa lei: “*O Zoneamento Ambiental objetiva a utilização racional dos recursos ambientais de forma a promover o desenvolvimento social e econômico sustentáveis e a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural*”.

Assumindo esse importante desafio, o ZEE-BA foi desenvolvido, em versão preliminar, de forma articulada e dinâmica, buscando as retroalimentações necessárias à construção do instrumento e seus componentes. As metodologias utilizadas foram fundamentadas em referências científicas, publicadas e experimentadas, possibilitando adaptações consistentes no atendimento às especificidades do estado da Bahia. As análises e abordagens foram fundamentadas especialmente no reconhecimento da realidade ecológica, socioeconômica, sociocultural e político institucional do Estado, e sua articulação nacional com estratégias econômicas, logísticas, de infraestrutura, de energia, de equidade social, valorização cultural e de conservação da natureza. Em caráter preliminar, o ZEE-BA foi elaborado como uma versão propositiva, buscando contemplar a visão estruturante do Estado, na perspectiva da posterior participação da sociedade, ressaltando valores como a solidariedade, a cooperação, o diálogo, a responsabilidade compartilhada e a sustentabilidade.

Tendo partido do conhecimento dos ZEEs elaborados no Brasil, o ZEE-BA adotou como referência metodológica *lato sensu*, o conjunto de metodologias integrantes da Gestão Transdisciplinar do Ambiente (PALAVIZINI, 2006), que está estruturada em três pilares: a complexidade do planejamento territorial e a integração de políticas públicas; a efetiva participação da sociedade no planejamento e na gestão do território; e a complexidade da governança do território. Esses pilares valorizam os aspectos da transversalidade, do diálogo de saberes e conhecimentos, da efetiva participação da sociedade e da gestão integrada entre os segmentos público, social e econômico, na construção da governança do território.

Este Terceiro Relatório Básico apresenta os produtos finais do ZEE-BA Preliminar, com seus respectivos componentes, organizados em oito volumes, nos quais estão descritos os conceitos de referência, as metodologias aplicadas e os resultados obtidos no desenvolvimento dos estudos diagnósticos, assim como na definição das zonas e diretrizes, cenários e arranjos institucionais para sua implementação.

## 2. Caracterização dos Territórios de Identidade (A4)

### 2.1 Introdução

A caracterização dos Territórios de Identidade (TI) é um componente de trabalho previsto no Edital nº 001/09. Considerando a redução do escopo original do contrato, o conteúdo apresentado neste Terceiro Relatório Básico contempla estudos e diagnósticos realizados no processo de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), vistos como elementos principais para a caracterização dos Territórios de Identidade.

O Brasil, dada à continentalidade de seu território, historicamente tem recorrido ao processo de subdivisão em grandes regiões para implementar as distintas políticas públicas e seus correspondentes investimentos. DI LAURO et al (2009) afirmam que, estando à frente deste processo de expansão e desenvolvimento econômico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) propôs o agrupamento de unidades federativas conforme suas peculiaridades e localização geográfica. A dificuldade em alcançar o nivelamento do quadro econômico e social em cada região, em razão de diferenças acentuadas, fez com que o planejamento regional adquirisse papéis distintos, acentuando as mazelas sociais já existentes e tornando uma região economicamente dependente da outra.

Na década de 70, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com o intuito de concentrar os anseios políticos, econômicos e sociais que pudessem minimizar as disparidades regionais até então observadas. No entanto, a Sudene se concentrou basicamente no segmento industrial, deixando os referidos anseios distantes do cenário desejado e, conseqüentemente, fazendo com que os estados fossem impulsionados a discutir um planejamento territorial.

Segundo DI LAURO et al (2009), a Bahia representou um dos estados pioneiros no processo de planejamento territorial, hoje consolidadas na forma de Regiões Administrativas, Regiões de Influência Urbana e Territórios de Identidade. Entende-se por território de identidade uma região onde as características econômicas, culturais, ecológicas, políticas e sociais se apresentam convergentes. Segundo HAESBAERT (2005) apud DI LAURO et al (2009), a formação de recortes regionais se configura mediante a interação sociedade-natureza, relações sociais concretas, desiguais e contraditórias entre múltiplas classes sociais, além de ideologias regionais fomentadoras de reconhecimento em maior escala.

Os moldes de formação dos territórios de identidade buscam envolver em suas discussões as esferas públicas e a sociedade, inclusive para que esta última se torne ainda mais atuante. Esse processo confirma os princípios da democracia participativa, uma das revelações do final do século XX, plenamente presentes na realidade brasileira.

### 2.2 Metodologia

Para a caracterização dos TIs, foram analisados, de forma exploratória, os dados secundários recolhidos e os dados resultantes da investigação da equipe técnica especializada em cada tema, e seguindo-se os aspectos a seguir apresentados:

- Aspectos gerais;
- Indicação do regime especial de uso;
- Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos;
- Indicação do impacto ambiental acumulado;
- Qualidade ambiental;
- Denúncias e demandas.

Os aspectos gerais tratam das características físicas dos TIs, como a delimitação da área no território (IBGE), sua localização no estado, os municípios que o integram, além sobre dados de clima (SEI) e tipologia de solo (RadamBrasil).

Foram utilizados ainda características geomorfológicas presentes no Volume 3 – Indicação das Unidades de Paisagem deste Terceiro Relatório Básico.

A indicação do regime especial de uso, aliada à questão de preservação, conservação e manejo controlado, visa relacionar as atividades econômicas com graus de restrição no ambiente, como presença de áreas especiais e comunidades tradicionais. Deve-se atentar para o fato de que qualquer intervenção antrópica sobre o ambiente implica em perturbações no fluxo de matéria e energia sobre os componentes físicos e bióticos.

A localização das Unidades de Conservação (UC) do Estado foi confirmada no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), considerando as esferas administrativas municipais e estadual, e no Ministério do Meio Ambiente (MMA), para a esfera administrativa federal. A presença de Territórios Indígenas e Quilombolas foi averiguada através de estudos fornecidos pelo Projeto Integrado de Pesquisa “A Geografia nos Assentamentos da Área Rural” (Projeto GeografAR), do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia..

Outro aspecto considerado foi a existência de sítios arqueológicos, verificados a partir de informações do Bahia Arqueológica no que diz respeito a localização e características fundamentais.

Para a análise das cavernas existentes na Bahia, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) forneceu arquivos com a espacialização das cavidades naturais subterrâneas prospectadas e analisadas em 2011. No entanto, é oportuno observar que esses arquivos não representam o universo de cavernas existentes no território baiano.

A indicação do Patamar Tecnológico dos Arranjos Socioprodutivos priorizou a identificação dos arranjos de maior ocorrência no Estado, com o objetivo de apresentar o nível de manejo dos solos, utilizando como referencial o manual de Ramalho Filho e Beek (1995), publicado pela Embrapa. Neste documento, especificam-se os níveis de manejo em A, B ou C, cujas descrições encontram-se no Quadro 1.

**Quadro 1**– Características de cada nível de manejo do solo

NÍVEL DE MANEJO	CARACTERÍSTICAS
A	Baseado em práticas agrícolas que refletem baixo nível tecnológico; praticamente não há aplicação de capital para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras; as práticas agrícolas dependem do trabalho braçal, podendo ser utilizada alguma tração animal com implementos agrícolas simples.
B	Baseado em práticas agrícolas que refletem nível tecnológico médio; caracteriza-se pela modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras; as práticas agrícolas estão condicionadas principalmente à tração animal.
C	Baseado em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico; caracteriza-se pela aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisas para o manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras; a motomecanização está presente em diversas fases da operação agrícola.

**Fonte:** Ramalho Filho e Beek, 1995.

Com relação à ocorrência dos arranjos no Estado, além das considerações feitas pelos profissionais especializados da equipe técnica, as referências que balizaram a discussão foram as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM) e de Produção da Pecuária Municipal (PPM), ambas realizadas pelo IBGE. Os dados utilizados consideraram as informações de 2010 e foram adotados como variáveis de interesse: valor da produção (R\$) e área plantada (ha). Para análises de área plantada e valor de produção, excetuam-se os arranjos que lidam indiretamente com o manejo do solo, tais como os apicultura e criação de gado (bovino, ovino e caprino), além de sistemas avícolas, por apresentarem números específicos, como produção em quilos de mel, número de cabeças de gado e de aves. Finalmente, os níveis tecnológicos foram determinados para cada arranjo e, posteriormente, agrupados por TI.

Para a indicação dos impactos ambientais acumulados nos diversos territórios, foram avaliados os potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas. Primeiramente, buscou-se fazer o levantamento dos empreendimentos do estado da Bahia e relacioná-los com seus respectivos níveis de impacto, aplicando o estabelecido no Anexo Único do Decreto Estadual nº 14.032 de Junho de 2012, em relaciona tipologias e portes de empreendimentos e atividades e seus potenciais poluidores (vide anexo).

Convém ressaltar que, nem todos os empreendimentos indicados pela legislação apresentam dados sistematizados por fontes oficiais, o que impossibilitou que a análise do impacto ambiental acumulado nos TIs considerasse todas as atividades estabelecidas no Anexo Único do Decreto nº 14.032/12. Tendo tal decreto como referência, a análise dos empreendimentos voltados para a piscicultura, a ranicultura, a malacocultura, a biotecnologia, a urbanização, o turismo e lazer, foi inviabilizada em função da ausência de dados oficiais. As tipologias dos empreendimentos considerados e suas respectivas fontes de informação podem ser verificadas no Quadro 2.

**Quadro 2** – Fonte de informação para cada tipologia de empreendimento considerado no impacto ambiental acumulado

TIPOLOGIA DO EMPREENDIMENTO	FONTE DE INFORMAÇÃO
Agricultura	Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE (2010a)
Silvicultura	
Agricultura familiar	Censo Agropecuário – IBGE (2006)
Pecuária	Produção da Pecuária Municipal (PPM) – IBGE (2010b)
Criações Confinadas	
Carcinicultura em Viveiros Escavados	INEMA (2009)
Agricultura Familiar	Censo Agropecuário – IBGE (2006)
Mineração	Guia Industrial do estado da Bahia Federação das Indústrias do estado da Bahia – FIEB (2012)
Indústrias	
Transporte	
Serviços	
Obras Civis	

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Com relação à qualidade ambiental, as informações foram obtidas no Volume 5 deste Terceiro Relatório Básico – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental (A3) para os aspectos relacionados às águas superficiais, ao solo, ao ar e à biodiversidade. Vale salientar que as fontes de informação para esses dados foram as mesmas consultadas para composição do volume citado inicialmente, tratando-se, portanto, de uma síntese, cingindo-se ao essencial para caracterizar os TIs.

No que diz respeito à qualidade das águas, foram condensadas as informações quanto ao Índice de Qualidade da Água (IQA) e ao Índice do Estado Trófico (IET), a existência de empreendimentos industriais e a disposição final dos esgotos sanitários produzidos nas sedes municipais. Em relação a qualidade do ar, foram pesquisadas fontes de emissão de poluentes atmosféricos, considerando a concentração de veículos e indústrias por município, além da concentração e localização de mineradoras em todo o Estado. A qualidade do solo foi discutida fundamentando-se em dados relacionados à ocorrência de queimadas, o tipo de uso do solo e a cobertura vegetal e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

A qualidade ambiental da biodiversidade buscou integrar fatores que elevam ou atenuam condições ambientais existentes relacionadas à riqueza de espécies, cobertura vegetal nativa, variabilidade física e áreas especiais. Diversos planos de informação geográficos foram integrados de modo a fornecer em conjunto um resultado quali-quantitativo das tipologias de qualidade da biodiversidade. Foram sintetizadas para a caracterização dos TIs as informações quanto à vegetação remanescente e as ocorrências de áreas que possuem relevância para a biodiversidade, quais sejam:

- Áreas de Importância Biológica;
- Important Bird Areas – IBA;
- Key Biodiversity Areas – KBA;
- Áreas prioritárias para a Cadeia do Espinhaço;
- Brazilian Alliance for Zero Extinction – BAZE.

A respeito da vegetação remanescente, os percentuais calculados para todos os TIs refletem os dados pesquisados quanto aos remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, realizando um recorte para o estado da Bahia, de acordo com as informações do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite destes biomas. Quanto à cobertura vegetal, as informações correspondem às áreas que possuem cobertura vegetal de acordo com o PROBIO, independente do seu estágio de sucessão.

Por fim, o tópico denúncias e demandas buscou investigar os autos de infração ambiental e as principais demandas identificadas em documentos oficiais a partir de eventos com participação social.

Entende-se por auto de infração ambiental um procedimento formal que identifica negligência ou desrespeito à legislação ambiental, a partir dos quais são aplicadas penalidades ao infrator conforme o nível de atividades passíveis de punição, apurando-se a existência e a permanência dessas infrações.

Os dados para identificação dos autos de infração foram investigados no sistema de banco de dados geográficos - Geobahia, que engloba os procedimentos de autuação provenientes do Inema e do Ministério Público. Desses dados, foram agrupadas as autuações e notificações por município e posteriormente por TI, com o intuito de verificar quais atividades antrópicas apresentam maior participação no território ou que denotam maiores repercussões



negativas sobre o meio ambiente. O trabalho implicou também o acompanhamento da tramitação dos autos, observando-os se se em andamento ou em fase de finalização.

As demandas relativas aos anseios da população foram registradas a partir de eventos recentemente promovidos pelo Governo do Estado e prefeituras, pautados em frentes setoriais importantes para a construção e desenvolvimento da sociedade. Aproveitaram-se registros e documentos oficiais obtidos durante os eventos, dentre eles o Plano Plurianual Participativo (2012-2015), Conferência Estadual de Cultura e Conferência Estadual de Meio Ambiente. Deste modo, foram revistos os registros dos seguintes temas: meio ambiente, infraestrutura, agricultura e logística. Atentou-se para aquelas demandas que mais se aproximavam do propósito do ZEE, balizando os interesses econômicos, ensejos sociais e a defesa pela preservação do meio ambiente.

## 2.3 Resultados

### 2.3.1. TI Bacia do Rio Corrente

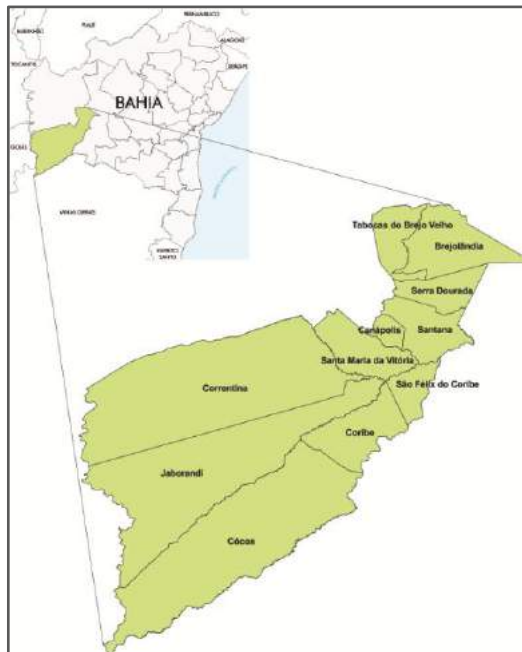
#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Bacia do Rio Corrente, inserido na macrorregião Cerrado, possui uma área de 44.778,4 km<sup>2</sup>, equivalente a 8,0% do território do Estado e engloba os municípios de Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Corretina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho.

Compreende áreas sob influência predominante de clima úmido a Subúmido e Subúmido, com precipitações médias anuais em torno de 950 a 1.450 mm e 850 a 1.050 mm, respectivamente.

Trata-se do território com maior número de tipos de solos existentes no Estado. Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 49% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Quartzarênicos e Cambissolos Háplicos que, juntos, estão presentes em aproximadamente 40% da área do território.

Destaca-se no TI Bacia do Rio Corrente a presença de quatro unidades geomorfológicas: Chapadão Central, Patamar do Chapadão, Vão do São Francisco e Várzea e Terraços Aluvionares.



**Figura 1** – Localização do Território de Identidade Bacia do Rio Corrente no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

O TI Bacia do Rio Corrente possui poucas áreas legalmente protegidas, sendo identificadas dez unidades de conservação, total ou parcialmente inseridas na região, correspondendo a 6% da extensão do território. Mais de 95% dessas são áreas de proteção integral, como o Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano que contempla aproximadamente 129.418 ha e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com cerca de 123.626 ha. Observa-se um número expressivo de unidades do tipo Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que se concentram no município de Cocos.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR e CDA (2012), foi identificada no TI a comunidade quilombola Montevidinha, localizada no município de Santa Maria da Vitória, não havendo registros de associações ou colônias de pescadores artesanais no território (Projeto GeografAR, 2011).

De acordo com o Bahia Arqueológica, a região não possui sítios arqueológicos. Por outro lado, segundo dados do CECAV (2011), o território apresenta 137 cavernas, sendo o terceiro TI com maior número de registros quantificados, com destaque para os municípios de Coribe, São Félix do Coribe e Santana.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Bacia do Rio Corrente tem como maiores arranjos produtivos rurais o algodão, o gado bovino e os cultivos de milho, café e soja.

O algodão se apresenta como um arranjo produtivo intensivo e mecanizado, com o manejo do solo de nível C, ou seja, de alto nível tecnológico e insumos químicos. No que diz respeito a bovinocultura, predomina a pecuária extensiva, conduzidas por pecuaristas semi-extratvistas. O manejo do solo se baseia em tecnologias de médio a alto nível, sendo classificado nos níveis B e C. Os maiores destaques do território em número de cabeças de gado são os municípios de Corretina, Coribe e Angical.

O cultivo de café neste território é uma atividade de média a elevada complexidade tecnológica, com

investimentos elevados em irrigação e na melhoria geral dos cafezais. O manejo do solo é classificado como nível C, e o município de Cocos apresenta o maior valor de produção.

A sojicultura faz uso de mecanização e insumos químicos e tem como principal agente o produtor familiar modernizado, com escala produtiva. O manejo do solo para este arranjo está classificado no nível C, referido como de alto nível de tecnologia.

O cultivo do milho neste TI configura uma lavoura intensiva em mecanização, exigindo poucos recursos humanos e possui alto nível de tecnologia no manejo do solo. Os agentes produtivos são de caráter familiar capitalizado e integrado na cadeia produtiva, além de empresários de médio porte. Os municípios de maior destaque são Jaborandi e Correntina.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Bacia do Rio Corrente apresenta um total de 50 indústrias concentradas, principalmente, nos municípios de Santa Maria da Vitória, com 40% das unidades levantadas, e Santana, com quase 30%. A partir desse mapeamento, aproximadamente 62% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, especialmente em Santa Maria da Vitória (14), Santana (6) e Correntina (5). A fabricação de alimentos e bebidas (48%) é o setor de maior destaque.

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 18% do total dos empreendimentos mapeados e encontram-se dispersas no território. O segmento que tem maior representatividade é o de fabricação de alimentos e bebidas, com 67% dos empreendimentos, com destaque também para o serviço especializado em construção no município de Santana.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 20% do total dos empreendimentos existentes no TI Bacia do Rio Corrente, com destaque para o setor de fabricação de alimentos e bebidas, respondendo por cerca de 40%, e indústrias extrativas nos municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe.

As principais atividades agrícolas são as produções de algodão, mandioca, café, milho, mamão, cana de açúcar e soja, consideradas de médio potencial poluidor, de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Bacia do Rio Corrente ocupa a terceira posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), sendo superado apenas pelos TIs Bacia do Rio Grande e Semiárido Nordeste II.

Segundo a PPM, o território possui 694,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática da pecuária extensiva, atividade de médio potencial poluidor. Os municípios de Correntina, Coribe e Serra Dourada destacam-se por concentrar em torno de 36% da quantidade de bovinos, enquanto o município de Canápolis aparece como o menos expressivo, com 20.835 cabeças. Dentre os dois territórios integrantes na macrorregião Cerrado, o TI Bacia do Rio Corrente, apesar de ser um grande criador de gado, possui números menos expressivos que equivalem a 86% das cabeças de gado do TI Bacia do Rio Grande. O TI Bacia do Rio Corrente é o quarto mais representativo com relação à criação de bovinos no estado, sendo responsável por 6,6% do rebanho de bovinos da Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. Não há registro de criação de bubalinos no TI, enquanto a criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios, especialmente em Santana e Serra Dourada, com 39% do total do TI. A criação de muares exibe os menores valores e também é destaque em Santana. Na macrorregião Cerrado, o TI Bacia do Rio Corrente possui números menos expressivos em todas as criações de alto potencial poluidor, sendo sempre superada pelo TI Bacia do Rio Grande.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (364,8 mil cabeças) e suínos (65,1 mil cabeças). Santana traz indicações de maior expressividade nos arranjos mencionados. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, com 7.374 e 15.857 animais, respectivamente.

O TI Bacia do Rio Corrente ocupa a 17ª posição em número de estabelecimentos vinculados à agricultura familiar na Bahia, apresentando em 2006 cerca de 20 mil estabelecimentos, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Estes, concentram-se em Correntina, Santa Maria da Vitória, Tabocas do Brejo Velho e Santana, com mais de 50% dos estabelecimentos do território, em contraste com São Félix do Coribe que possui apenas 433 destes estabelecimentos familiares.

Em relação à silvicultura, atividade com médio potencial poluidor, só há registros relacionados à extração de carvão vegetal. De acordo com o IBGE, no ano de 2010 foram extraídas 2.400 toneladas de carvão vegetal no TI, referente ao município de Jaborandi.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Bacia do Rio Corrente possui oito pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, que revelam condição aceitável do IQA em todos os pontos: Cocos (rio Itaguari), Jaborandi (rio Formoso), Correntina (rio Corrente e rio Guara), São Félix do Coribe (rio Corrente) e Santana (rio Corrente). Para o IET, a condição se encontra igualmente aceitável.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada nos municípios de Santa Maria da Vitória e Canápolis.

Encontra-se no município de Jaborandi um empreendimento industrial que desenvolve atividade com potencialmente poluidora das águas superficiais associado à agroindústria.

Em relação a qualidade do ar o TI Bacia do Rio Corrente não apresenta nenhum município com população urbana maior do que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação à frota de veículos e à qualidade do ar local. No que diz respeito às indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a atividade do desdobramento de madeira, localizada no município de Correntina. Também foram identificadas mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de manganês e calcário e registro de extração de cascalho. Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final. As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 10 municípios deste território, concentradas especialmente em Cocos e Correntina.

A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso predominante do solo é para pecuária, com 15% da área. A cobertura vegetal é ainda mais representativa, ocupando aproximadamente 82% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 64% da área do TI Bacia do Rio Corrente. Com relação às áreas para a conservação da biodiversidade, identificaram-se na região: Área de Importância Biológica e Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Bacia do Rio Corrente constatarem-se sete notificações apresentadas pelo Inema que incidem sobre lançamento *in natura* de efluentes domésticos em corpos hídricos, disposição inadequada de resíduos sólidos e extração de calcário sem licença ambiental as quais se localizam predominantemente em Santa Maria da Vitória. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à consolidação dos projetos de reestruturação de infraestrutura propostos pelo Estado, o fomento para implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo do algodão, pode-se citar ainda a modernização e ampliação dos terminais portuários para atendimento das demandas e desenvolvimento de parcerias, convênios e cooperação técnica para pesquisas aplicadas em ciência e tecnologia.

As principais demandas ambientais citadas no PPA Participativo para o tema meio ambiente foram a criação de unidades de conservação nas nascentes do cerrado e a disponibilização de profissionais para auxílio no uso correto de agrotóxicos. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a ampliação da ferrovia e áreas de transbordo (porto seco), o estabelecimento de convênios para a obtenção de recursos visando a construção de estradas vicinais, além da manutenção e recuperação das estradas existentes.

### 2.3.2. TI Bacia do Rio Grande

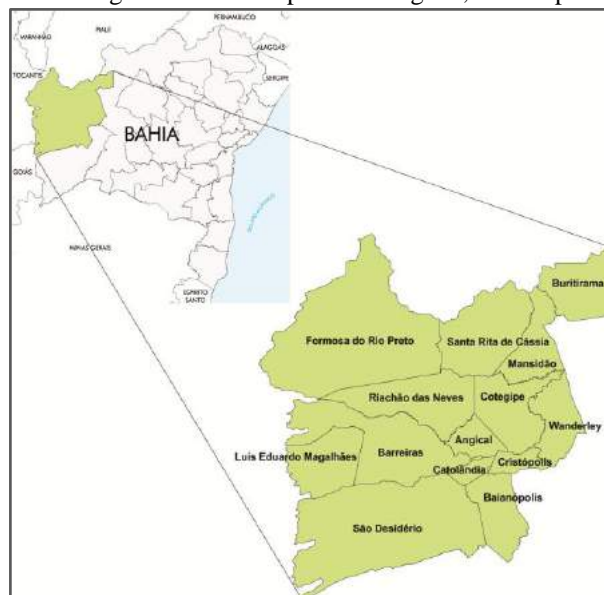
#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Bacia do Rio Grande, inserido na macrorregião Cerrado, compreende uma área de 75.841,1 Km<sup>2</sup>, equivalente a 13,3% do território do Estado e engloba os municípios de Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Úmido a Subúmido e Subúmido a Seco, com precipitações médias anuais em torno de 950 a 1.450 mm e 800 a 1.100 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 70% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Quartzarênicos e Litólicos que, juntos, estão presentes em aproximadamente 20% da área do território.

Destaca-se no TI Bacia do Rio Grande a presença de seis unidades geomorfológicas: Chapadão Central, Patamar do Chapadão, Pediplano Sertanejo, Serra do Boqueirão, Vão do São Francisco e Várzea e Terraços Aluvionares.



**Figura 2** – Localização do Território de Identidade Bacia do Rio Grande no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

O TI Bacia do Rio Grande possui extensas áreas legalmente protegidas, sendo identificadas oito unidades de conservação, total ou parcialmente inseridas na região, correspondendo a 21% da extensão do território. A maioria das unidades é de uso sustentável, excetuando-se o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, em caráter de proteção integral. A APA do Rio Preto se destaca, já que abrange uma área de aproximadamente 1.159.412 ha, totalmente inserida no território, seguida da APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, com cerca de 1.028.985 ha.

Segundo o Projeto GeografAR (2011), comunidades de aquicultura e pesca são observadas nos municípios de Barreiras, Cotegipe e Riachão das Neves, com um total de seis associações e colônias. A presença de quilombolas, , é registrada nos municípios de Barreiras, Butirama e Wanderley, de acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012

Segundo o Bahia Arqueológica, não constam registros de sítios arqueológicos no TI Bacia do Rio Grande. Dados do CECAV (2011) revelam que o território apresenta número expressivo de cavernas (190 registros), destacando-se o município de São Desidério.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais significativos no TI da Bacia do Rio Grande são o algodão, avicultura integrada, bovinocultura, caprinocultura/ovinocultura, cafeicultura, sojicultura e os cultivos de milho e mamona, sendo o último em menor escala.

O algodão configura um arranjo produtivo rural intensivo e mecanizado, com o manejo do solo de nível C, , de alto nível tecnológico e uso de insumos químicos. O território possui os maiores números em termos de área plantada e valor da produção do Estado.

A avicultura integrada encontra-se em expansão no território e o município de Barreiras possui o maior número de cabeças. O manejo do solo associado a atividade baseia-se em alta tecnologia, sendo classificado como nível C.

Na bovinocultura predomina a criação extensiva em grandes propriedades de terra, conduzidas por pecuaristas semi-extratvistas. O manejo do solo baseia-se em tecnologias de médio a alto nível, sendo classificado nos níveis B e C. Os maiores destaques do território em número de cabeças de gado são os municípios de Wanderley, Barreiras e Cotegipe. Já a caprinocultura/ovinicultura é praticada como atividade complementar, baseando-se em baixo nível tecnológico para o manejo do solo, tendo destaque o município de Butirama.

O cultivo de café neste território é uma atividade de média à alta complexidade tecnológica e os investimentos em irrigação e na melhoria geral dos cafezais são elevados. O manejo do solo é classificado como de nível C, justamente devido ao uso de tecnologias de nível alto. Os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério apresentam os maiores valores de produção e as maiores áreas plantadas.

O cultivo de mamona é o menos expressivo dentre os arranjos no território. Há participação de alguns agricultores familiares e médios produtores, no entanto, os rendimentos são baixos e o manejo do solo é realizado com baixo nível de tecnologia, utilizando trabalho essencialmente braçal.

O cultivo do milho configura uma lavoura intensiva em mecanização, exigindo poucos recursos humanos até para a operação das máquinas, e o manejo do solo é realizado com alto nível de tecnologia. Os agentes produtivos são de natureza familiar além de empresários de médio porte. Os municípios de maior destaque em área plantada e valor de produção são São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. A sojicultura é uma atividade com demanda crescente e desenvolvida com base na mecanização e utilização de insumos químicos. Seu principal agente responsável é o produtor familiar modernizado e com escala produtiva. O manejo do solo para este arranjo está classificado no nível C, baseando-se em alto nível de tecnologia.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados no território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

O TI Bacia do Rio Grande apresenta um total de 178 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Barreiras, pouco mais de 50%, e Luís Eduardo Magalhães, com pouco mais de 30% (FIEB, 2012). A partir desse mapeamento, aproximadamente 38% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor com maior destaque para o setor de fabricação de alimentos e bebidas.

As indústrias de médio potencial poluidor representam 28% do total dos empreendimentos mapeados e destacam-se as relacionadas à fabricação de alimentos e bebidas (37%) e de produtos de metal (31%). Tais empreendimentos concentram-se, em sua maioria, nos municípios de Barreiras (24) e Luís Eduardo Magalhães (20). Em Barreiras, podem-se destacar também empreendimentos ligados à construção de edifícios, obras de terraplenagem e obras para geração e distribuição de energia elétrica e telecomunicação. Em Luís Eduardo Magalhães predominam empreendimentos de construção de edifícios, instalações elétricas e recuperação de materiais plásticos. O município de São Desidério possui indústria de montagem de instalações industriais e estruturas metálicas.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 34% do total de indústrias existentes no território. Nos municípios de Barreiras e São Desidério se encontram indústrias extrativas, neste último também se localizam empreendimentos de geração de energia elétrica. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de borracha e plástico, de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 33% dos empreendimentos e pelo setor de acessórios e artigos de vestuário, com 29% dos empreendimentos.

As atividades agrícolas predominantes são os cultivos de café, algodão, mamona, milho e soja, todas consideradas de médio potencial poluidor, de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), o TI Bacia do Rio Grande é o mais expressivo em relação à área destinada à agricultura no Estado, ocupando o equivalente a cerca de 28% das áreas de lavoura temporária e permanente.

Segundo a PPM, o território possui 806,2 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b), sendo comum a prática de pecuária extensiva, atividade de potencial poluidor médio. Os municípios de Wanderley, Barreiras e Cotegipe destacam-se por concentrar em torno de 40% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Catolândia aparece como o menos expressivo, com 11.775 cabeças. Dentre os dois territórios da macrorregião Cerrado, o TI Bacia do Rio Grande é o maior criador de gado, aproximadamente 54% das cabeças, e o terceiro mais representativo com relação aos demais territórios (7,6% dos bovinos da Bahia), atrás dos TIs Médio Sudoeste e Extremo Sul.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo apenas nos municípios de Cotegipe e Riachão das Neves. A criação de equinos representa maior quantidade de cabeças, ocorrendo em todos os municípios da Bacia do Rio Grande, especialmente no município de Riachão das Neves com 12,7% do total. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos, também ocorrendo em todos os municípios. Na macrorregião Cerrado, o TI Bacia do Rio Grande possui números mais expressivos em todas as criações de alto potencial poluidor.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (1,3 milhões de cabeças), suínos (63,2 mil cabeças) e ovinos (61,2 mil cabeças). A caprinocultura intensiva também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 36.341 animais. Barreiras possui maior expressividade nos dois primeiros arranjos mencionados, enquanto São Desidério se destaca na criação de suínos.

O número de empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Bacia do Rio Grande a 16ª posição no estado, sendo a macrorregião Cerrado a que mais se destaca. Em 2006, esse território apresentou cerca de 21 mil estabelecimentos de agricultura familiar concentrados em Baianópolis, Santa Rita de Cássia e Buritirama, que em conjunto detém cerca de 33% dos estabelecimentos do território. Por outro lado, o município de Luís Eduardo Magalhães possui apenas 144 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Bacia do Rio Grande, possui oito pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, os quais revelam uma condição aceitável do IQA em todos os pontos: São Desidério (rio das Fêmeas), Barreiras (rio Grande, rio de Ondas e rio Rio de Janeiro), Riachão das Neves (rio Branco), Mansidão (rio Preto), Wanderley (rio Grande). Para o IET, as condições são igualmente satisfatórias. A população desprovida de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. No entanto, proporcionalmente, o município que apresenta o segundo maior percentual de não atendimento é Wanderley.

O município de Luís Eduardo Magalhães possui empreendimento agroindustrial com potencial de poluição das águas superficiais.

No que diz respeito à qualidade do ar, os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães destacam-se negativamente devido à frota de veículos. Com relação as indústrias potencialmente poluidoras do ar, acabe ressaltar a fabricação de produtos químicos inorgânicos em Luís Eduardo Magalhães e as mineradoras da região.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final, excetoo município de Barreiras que possui aterro sanitário convencional.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 13 municípios do território, concentradas especialmente nos municípios de Barreiras e Formosa do Rio Preto.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso predominante está associado à agricultura, ocupando 14% do território, e acobertura vegetal ocupa área aproximada de 81% do território.

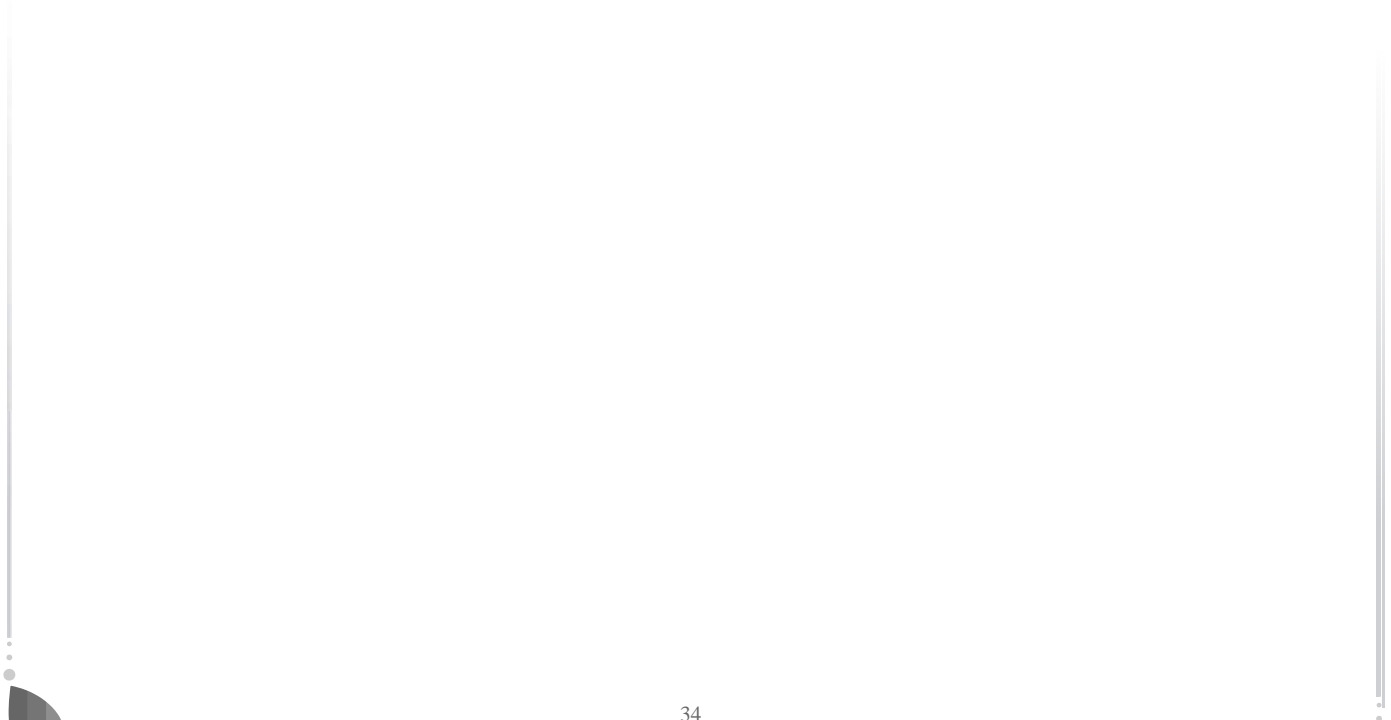
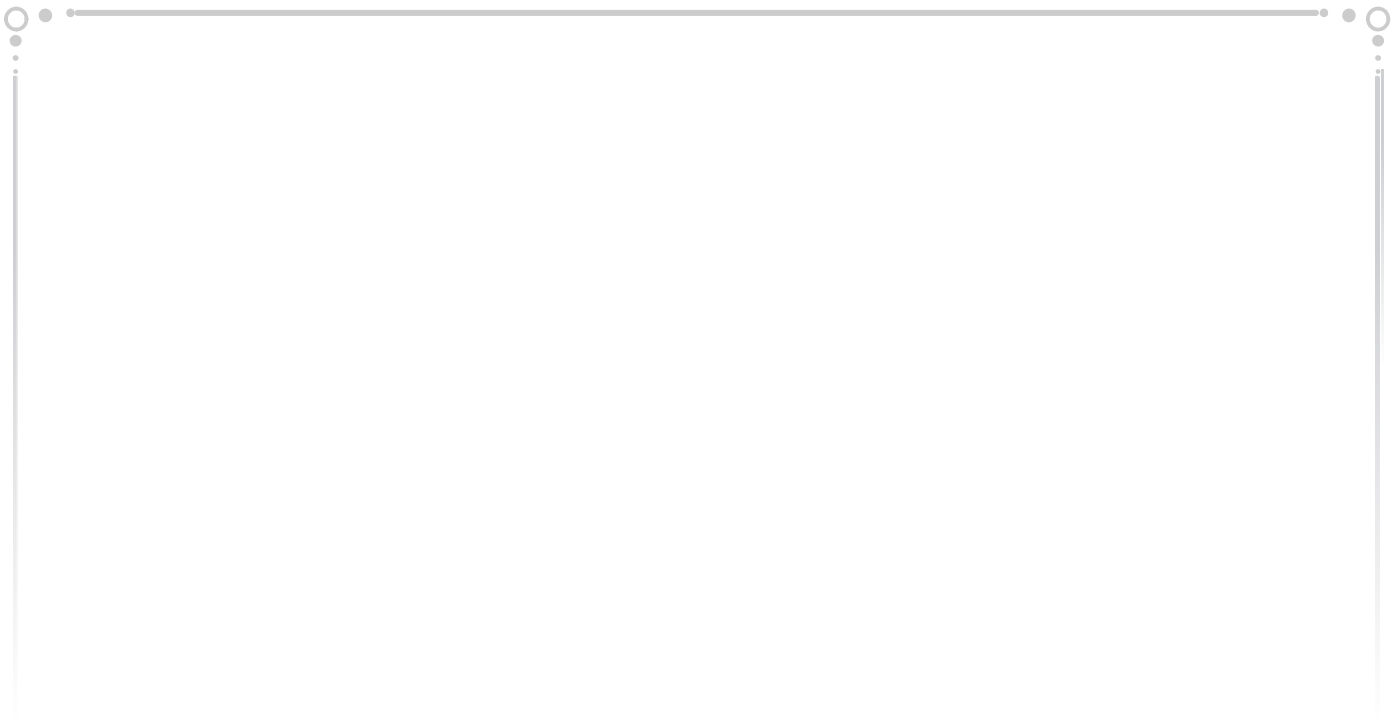
A vegetação remanescente representa em torno de 64% da área do TI Bacia do Rio Grande. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se na região: Áreas de Importância Biológica e Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA..

#### ▪ **Denúncias e demandas**

No TI Bacia do Rio Grande constataram-se nove notificações apresentadas pelo Inema relacionadas ao transporte de produtos perigosos sem licença ambiental, ao lançamento *in natura* de efluentes domésticos no rio Grande e a presença de edificações em Área de Preservação Permanente. Todas as infrações pelo Inema foram identificadas em Barreiras, não sendo observadas autuações advindas do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações à reestruturação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) instalada na região, ao fomento para implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo do algodão, pode-se citar ainda a demanda pela modernização e ampliação dos terminais portuários, além do desenvolvimento de parcerias e convênios e cooperação técnica para pesquisas aplicadas em ciência e tecnologia. Para o café, destaca-se também o estabelecimento da câmara setorial como órgão diretorador na governança, a estruturação da oferta no mercado e financiamento para renovação de lavouras.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a ampliação dos programas de recuperação de matas ciliares nas nascentes e áreas degradadas e a implantação de escritório (Casa do Meio Ambiente) em Luís Eduardo Magalhães. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se: a ampliação da cobertura da telefonia móvel e sinal de televisão; construção de pistas de pousos; fortalecimento do modal aquaviário e investimentos em estradas.





### 2.3.3. TI Bacia do Jacuípe

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.718,0 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,9% do território do estado e engloba os municípios de Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Subúmido a Semiárido e Semiárido com precipitações médias anuais variando de 600 a 1.000 mm e 400 a 700 mm, respectivamente.

Os Planossolos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 68% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos Vermelho-Amarelos Eutrófico e Latossolos Vermelho-Amarelos Distrófico Alumínico, que juntos, representam 24% de solos presentes no território.

Destaca-se no TI Bacia do Jacuípe a presença de três unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Sertanejo e Tabuleiros Interioranos.

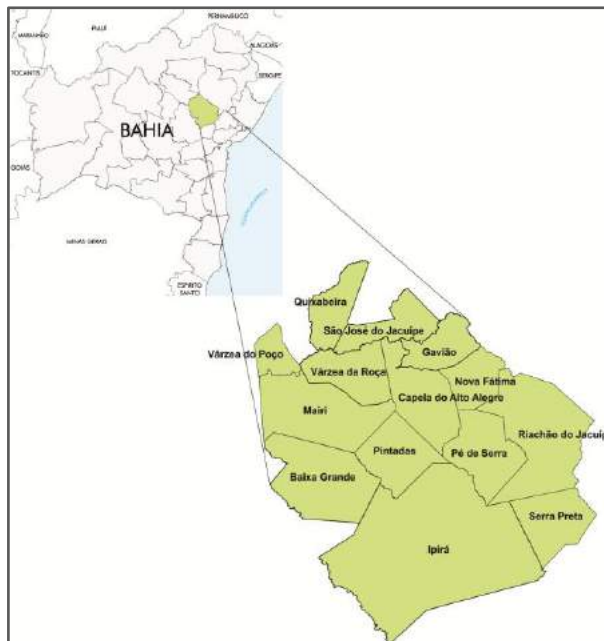


Figura 3 – Localização do Território de Identidade Bacia do Jacuípe no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

De acordo com dados de 2011 fornecidos pelo Projeto GeografAR, as duas associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas nos municípios de Riachão do Jacuípe e Várzea da Roça. Segundo o Projeto GeografAR e CDA (2012), foi identificada uma comunidade quilombola denominada Alto do Capim, localizada em Quixabeira.

De acordo com dados do Bahia Arqueológica e CECAV, não constam registros de sítios arqueológicos ou ocorrências decavernas no território.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI da Bacia do Jacuípe possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e o cultivo de mamona.

A caprinocultura/ovinocultura é executada de forma extensiva e constitui uma atividade predominantemente familiar, de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível, sendo classificado no nível A.

O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de renda e emprego. Este arranjo não constitui uma atividade especializada, observando-se a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos, e baixa tecnologia de manejo do solo, classificado como nível A.

#### ▪ Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Bacia do Jacuípe apresenta um total de 49 indústrias, a maior parte concentrada no município de Ipirá, cerca de metade dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, pouco mais de 60% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor e concentravam-se, principalmente, no município de Riachão do Jacuípe. Os segmentos que mais

se destacam em quantidade neste grupo são de vestuários e artigos e artefatos de couro (60%), de fabricação de alimentos e bebidas (13%) e de móveis e produtos de madeira (13%).

As indústrias de médio potencial poluidor representam 14% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se nos municípios de Ipirá (2) e Mairi (2). Os segmentos que têm maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos e bebidas (57%) e de fabricação de produtos metálicos (29%).

As indústrias com alto potencial poluidor representam 25% do total de indústrias existentes do TI Bacia do Jacuípe. Neste grupo, destaca-se um empreendimento em Riachão do Jacuípe voltado à extração de pedra, areia e argila e outro em Ipirá de extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos. Os demais segmentos são representados pela fabricação de minerais não metálicos (58%), de produtos químicos e de produtos derivados do petróleo (17%).

A atividade agrícola que mais se destaca no território é o cultivo de mamona, considerada de médio potencial poluidor. O TI Bacia do Jacuípe ocupa a 25ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Bacia do Jacuípe supera apenas o TI Itaparica em área cultivada.

A pecuária extensiva está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, o território exibe 441 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Ipirá, Riachão do Jacuípe e Mairi destacam-se por concentrar em torno de 44% da quantidade de bovinos, enquanto o município de Quixabeira aparece como o menos expressivo, com 7.450 cabeças. Na macrorregião semiárido, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 6ª posição com 6,9% das cabeças de gado, e a 11ª posição no estado, com 4,1% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em apenas três municípios do território, enquanto os equinos representam a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para os municípios de Ipirá e Mairi, com 39% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e destacam-se Mairi, Pé de Serra e Riachão do Jacuípe com 45% do total do rebanho. Na macrorregião do semiárido, a criação de muares e equinos do TI Bacia do Jacuípe ocupa a 16ª e 11ª posições respectivamente, além de possuir o nono maior rebanho de bubalinos da macrorregião.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chamam atenção os grupos das aves (263,2 mil cabeças) e dos ovinos (201,9 mil cabeças). Várzea do Poço engloba o maior número de aves, enquanto que Ipirá concentra mais da metade dos ovinos do TI. A criação de suínos (41,2 mil cabeças) e de caprinos (47,6 mil cabeças) ocorre em todos os municípios do TI, com destaque para a caprinocultura desenvolvida em Ipirá que concentra quase 40% do total do TI Bacia do Jacuípe.

O número de empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Bacia do Jacuípe a 12ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, esse território apresentou cerca de 24 mil estabelecimentos de agricultura familiar concentrados principalmente em Ipirá e, em menor proporção, em Riachão do Jacuípe, Várzea da Roça, Baixa Grande e Mairi, que em conjunto detém cerca de 50% dos estabelecimentos do território. Por outro lado, o município de Gavião possui o menor número do território, com 588 destes estabelecimentos familiares.

## ▪ Qualidade ambiental

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Bacia do Jacuípe possui cinco pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, os quais revelam uma condição aceitável do IQA em Ipirá (rio Peixe), Mairi e Gavião (rio Jacuípe), e uma condição regular em Ipirá e Riachão do Jacuípe (rios Pratigi e Jacuípe, respectivamente).

Para o IET, as condições se encontram numa situação menos favorável, apresentando uma condição crítica em todos os pontos, exceto em Mairi, que apresenta condição aceitável. A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos ou que não possui alternativas de tratamento como fossas sépticas, predominam nos municípios de Ipirá e Riachão do Jacuípe. No entanto, proporcionalmente, além dos citados, os municípios de Nova Fátima e Mairi apresentam um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território sete empreendimentos industriais potencialmente poluidores das águas superficiais, os quais são relacionados principalmente à agroindústria e estão concentrados, em sua maioria, em Riachão do Jacuípe.

Em relação a qualidade do ar, o TI Bacia do Jacuípe não apresenta nenhum município com população urbana maior que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes impactos associados à poluição do ar e a frota de veículos e a qualidade do ar local. O TI também não dispõe de indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, exceto pela presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de granito. Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final, exceto os municípios de Ipirá e Serra Preta que possuem aterro sanitário simplificado. As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios, concentradas especialmente nos municípios de Ipirá e Riachão do Jacuípe.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso predominante é a agropecuária, ocupando 41% da área da área, e a cobertura vegetal ocupa área aproximada de 59% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 26% da área do TI Bacia do Jacuípe. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se na região: Áreas de Importância Biológica, Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA e Áreas-chave para biodiversidade -KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI constataram-se 11 notificações apresentadas pelo Inema, que ocorrem basicamente sobre: instalação e operação de Estação Rádio Base sem Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental – TCRA; disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e supressão da vegetação para implantação de áreas residenciais. Não foram observadas autuações no território provenientes do Ministério Público, e aquelas emitidas pelo Inema se concentram em Mairi e Ipirá, somando 64% das autuações..

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o anseio pela consolidação dos projetos de infraestrutura propostos pelo Estado e a divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia”.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, foram indicadas demandas pela revitalização da Bacia do Jacuípe e o desenvolvimento de políticas para controle do desmatamento.. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a implantação de mais terminais rodoviários nos municípios e a melhoria das estradas, inclusive as vicinais.

### 2.3.4. TI Bacia do Paramirim

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Bacia do Paramirim, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.155,5 km<sup>2</sup>, equivalente a 1,8% do território do Estado e engloba os municípios de Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibititanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais em torno de 700 mm e 650 a 1.100 mm, respectivamente.

Os Neossolos Litólicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 40% dos solos existentes na região, seguido de Latossolos Vermelho-Amarelos e Argissolos Vermelho-Amarelos.

Destaca-se no TI Bacia do Paramirim a presença de cinco unidades geomorfológicas: Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Serras Setentrionais e Várzea e Terraços Aluvionares.



Figura 4 – Localização do Território de Identidade Bacia do Paramirim no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

O território possui apenas uma área protegida: APA Serra do Barbado. Esta se encontra parcialmente inserida no território com apenas 20% de sua área, enquanto a maior parte localiza-se no TI Chapada Diamantina. A APA é caracterizada por uso sustentável e corresponde a 1,38% da área do TI, contida nos municípios de Érico Cardoso e Rio do Pires.

Segundo o Projeto GeografAR (2011), há apenas uma associação pesqueira no TI Bacia do Paramirim, localizada no município de Macaúbas. A presença de quilombolas é registrada no município de Érico Cardoso, de acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012.

Segundo o Bahia Arqueológica, foram identificados oito sítios arqueológicos em dois municípios do território, os quais são relevantes em arte rupestre associada a ocupações do período Pré-Colonial. Vale citar os sítios Gameleira, Pedra Branca e Pajeú, sendo os dois primeiros localizados no município de Paramirim e último no município de Macaúbas. Em relação à existência de registros espeleológicos, também se identificam três cavernas, nomeadas Abismo do Barreiro, Abrigo do Pajeú e Gruta do Pajeú (CECAV, 2011).

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Bacia do Paramirim possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de mandioca e milho.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região, executada de forma extensiva e predominantemente familiar. O patamar tecnológico observado está direcionado para produções de carne e leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo, portanto, classificado no nível A.

Os cultivos de mandioca e milho são realizados de forma incipiente e como produção para subsistência, não configurando uma atividade especializada. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

#### Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

O TI Bacia do Paramirim apresenta um total de 37 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Macaúbas, com cerca de 32%, e Paramirim, com pouco mais de 24% dos empreendimentos levantados pela FIEB

(2012). A partir desse mapeamento, aproximadamente 53% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Paramirim e Tanque Novo, e voltadas especialmente para os setores de fabricação de minerais não metálicos (35%), de artigos de vestuário e acessórios (20%) e impressão e reprodução de gravações (20%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 14% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Macaúbas (4 unidades), com maior destaque para de fabricação de alimentos, cerca de 60% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 32% do total de indústrias existentes do TI Bacia do Paramirim, representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos plásticos e minerais não metálicos, respondendo por 83% dos empreendimentos.

As atividades agrícolas predominantes no território são os cultivos de mandioca e milho, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Bacia do Paramirim ocupa a 23ª posição em área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI supera em área cultivada apenas os TIs Itaparica, Bacia do Jacuípe e Médio Sudoeste da Bahia.

Segundo a PPM, o território possui 122,7 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b), e ocorre a prática da pecuária extensiva, atividade com o potencial poluidor médio. Macaúbas destaca-se por concentrar em torno de 24% da quantidade de bovinos, enquanto o município de Érico Cardoso aparece como o menos expressivo, com 7.500 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Bacia do Paramirim ocupa a 17ª posição em número de cabeças de gado, sendo o quarto menos representativo com relação à criação de bovinos em comparação com os demais TIs do Estado

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para Macaúbas e Paramirim, que juntos concentram mais de 51% do total de criações. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo também em todo território, com maior representatividade nos municípios de Botuporã, Macaúbas e Paramirim, que representam 58% do total. Não há criação de bubalinos em nenhum município do TI. Na macrorregião do semiárido, o TI Bacia do Paramirim ocupa a 16ª e a 13ª posições em criação de equinos e muares, respectivamente.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (303,3 mil cabeças), com maior expressividade em Macaúbas. As criações de suínos (43,8 mil cabeças), caprinos (46,2 mil cabeças) e ovinos (47,3 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para Macaúbas, com 26% do total no primeiro arranjo, e Ibipitanga com 31% e 27% dos demais arranjos, respectivamente.

O número de empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Bacia Paramirim a 16ª posição no estado. Em 2006, esse território apresentou quase 22 mil estabelecimentos de agricultura familiar, concentrados, principalmente, em Macaúbas e menor quantidade em Boquira, Tanque Novo e Ibipitanga, que em conjunto detém pouco mais que a metade dos estabelecimentos do território.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Bacia do Paramirim possui apenas um ponto de monitoramento estabelecido pelo Programa Monitora do Inema, que revela uma condição aceitável do IQA em Macaúbas (açude Macaúbas). Para o IET, o ponto apresenta condição regular.

Em Macaúbas e Paramirim encontra-se a maior parte da população sem acesso ao sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento de esgoto, embora, proporcionalmente, o município de Caturama tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se nesse território dois empreendimentos industriais voltados à agroindústria que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais, localizados no município de Paramirim.

No que diz respeito a qualidade do ar, o TI Bacia do Paramirim não apresenta grandes impactos negativos, visto que nenhum município possui população urbana maior do que 30 mil habitantes e, portanto, não há grandes influência relacionando a frota de veículos e a qualidade do ar local. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, foram identificadas mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de chumbo, quartzito e barita.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em seis municípios do território, concentradas especialmente no município Paramirim.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso predominante está associado à agropecuária, ocupando 67% da área do território, enquanto a cobertura vegetal ocupando aproximadamente 33% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 31% da área do TI Bacia do Paramirim. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, foram identificadas: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço, Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA e Áreas-chave para biodiversidade - KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Bacia do Paramirim, constatou-se uma notificação feita pelo Inema referente à operação de empreendimento de cerâmica sem licença ambiental no município de Macaúbas. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste do zoneamento da produção para tornar o crédito mais oportuno e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo assim ganhos de economia de escala e a consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a revitalização dos rios, o fortalecimento da educação ambiental nas escolas, a implantação de órgãos de meio ambiente na região e a implantação de projeto de irrigação reutilizando água dos efluentes tratados. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a estruturação dos aeroportos para aviões de pequeno porte e a melhoria das estradas, inclusive as vicinais.

### 2.3.5. TI Chapada Diamantina

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Chapada Diamantina, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 32.664,8 km<sup>2</sup>, equivalente a 5,7% do território do Estado e engloba os municípios de Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.

Compreende áreas sob influência predominante de clima semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 600 a 800 mm e 650 a 1.100 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 59% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Litólicos e Argissolos Vermelho-Amarelos que, juntos, correspondem a 30% de solos presentes no território.

Destaca-se no TI Chapada Diamantina a presença de seis unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e as Serras Marginais e Maciço Central.

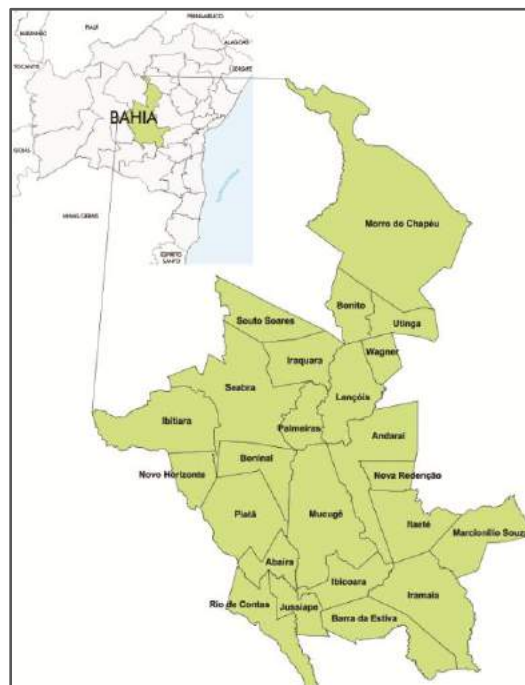


Figura 5 – Localização do Território de Identidade Chapada Diamantina no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas 11 unidades de conservação, total ou parcialmente inseridas na região, correspondendo a 13,49% da extensão do TI. A maior parte das áreas de conservação é de proteção integral e compreende uma área de aproximadamente 261.556 ha, com destaque para o Parque Nacional da Chapada Diamantina, de âmbito federal, que engloba 152.269 ha e seis municípios (Ibicoara, Itaeté, Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Lençóis).

Segundo o Projeto GeografAR (2011) as comunidades de pescadores estão distribuídas em quatro municípios (Rio de Contas, Marcionílio Souza, Itaeté e Andaraí), estimando um universo total de quatro associações pesqueiras artesanais. O TI possui uma comunidade de fundo de pasto no município de Seabra, caracterizadas pelo pastoreio compartilhado de ovinos e caprinos em áreas subsequentes e sem cercamento nas pequenas propriedades rurais. De acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), são registradas 57 comunidades remanescentes quilombolas, concentradas principalmente em Bonito, Seabra e Ibitiara.

No território estão identificados 71 sítios arqueológicos localizados em 11 municípios, especialmente Seabra e Rio de Contas, com registros de arte rupestre e estruturas construtivas com cerâmica e material lítico. Diversos sítios arqueológicos da região destacam-se devido ao conjunto de arte rupestre encontrado, como os sítios de Santa Marta e Lapa do Sol (Iraquara), Toca da Figura e Toca do Pepino (Morro do Chapéu) e o Complexo Serra das Paridas I (Lençóis). Somente entre as cidades de Rio de Contas e Jussiape, constatarem-se 18 sítios numa faixa de transição entre cerrado e caatinga com aproximadamente 44 km.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI da Chapada Diamantina possui como arranjos produtivos rurais os cultivos de café, mamona e sisal.

A cafeicultura nessa área se caracteriza como cultura de sequeiro, na qual o amenjo do solo é baseado em técnicas de média a alta complexidade, e produção de grãos de alta qualidade.

O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de renda e

emprego, embora não se configure como atividade especializada, observando-se a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos, além de baixo nível tecnológico no manejo do solo.

O cultivo de Sisal tem uma produção fundamentalmente familiar, apesar de existirem algumas unidades de produção empresarial de pequeno porte, e se baseia em técnicas de baixo nível tecnológico de manejo do solo, enquadrando-se como nível A. A Bahia detém 87% da produção brasileira de sisal, concentrada em sua maior parte na região semiárida.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

O TI Chapada Diamantina apresenta um total de 43 indústrias, a maior parte concentrada no município de Seabra, com cerca de 25% dos empreendimentos levantados (FIEB, 2012). A partir desse mapeamento, aproximadamente 37% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, com destaque para o setor de fabricação de alimentos (25%) e produtos de madeira (25%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam a maior parte dos empreendimentos mapeados (42%) e concentram-se em sua maioria nos municípios de Seabra (5 unidades) e Ibicoara (4 unidades). O segmento que tem maior destaque neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com cerca de 61% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 21% do total de indústrias, sendo representadas principalmente por empreendimentos voltados à extração de pedra, areia e argila, e fabricação de artefatos de plástico, minerais não metálicos e derivados do petróleo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de café, mamona e sisal, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Chapada Diamantina ocupa a 10ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a) e a 5ª maior área destinada a esta atividade na macrorregião do Semiárido.

Segundo a PPM, o território exibe 332,1 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b), e ocorre a prática da pecuária extensiva, atividade de potencial poluidor médio. Os municípios de Marcionílio Souza, Morro do Chapéu e Iramaia destacam-se por concentrar em torno de 29% da quantidade de bovinos, em contraste com Lençóis que aparece como o menos expressivo, com 1.480 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Chapada Diamantina ocupa a 8ª posição, com 5,2% das cabeças de gado; e a 14ª posição no estado, com 3,1% dos bovinos registrados.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo apenas em três municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças ocorrendo em todos os municípios do território. O destaque é para os municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Iramaia que representam um pouco mais de 42% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e tem em Barra da Estiva e Ibicoara sua presença mais forte, com 53% do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Chapada Diamantina ocupa a 7ª e a 10ª posição em criação de muares e equinos, respectivamente, e é responsável também pelo oitavo maior rebanho de bubalinos da macrorregião.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (413,9 mil cabeças), com destaque para Barra da Estiva. As criações de caprinos (49,5 mil cabeças), suínos (38,1 mil cabeças) e ovinos (35 mil cabeças) ocorrem de maneira menos expressiva em todos os municípios do TI, exceto em Barra da Estiva, nos dois primeiros arranjos mencionados, e Marcionílio Souza no último, concentrando 23% do total de ovinos do território.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Chapada Diamantina a 6ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, este território apresentou cerca de 38 mil estabelecimentos concentrados principalmente em Seabra, Piatã e Souto Soares, que em conjunto detém cerca de um quarto dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, os municípios de Palmeiras e Lençóis são os menos expressivos com 234 e 297 empreendimentos, respectivamente.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Chapada Diamantina possui oito pontos de



monitoramento pelo Programa Monitora do Inema, os quais revelam uma condição aceitável do IQA em todos os pontos (rios de Contas, Paraguaçu, Utinga, Cochó e Una), exceto em Lençóis (rio Santo Antônio) onde apresenta condição regular. Para o IET, as condições apresentam-se aceitáveis em todos os pontos, exceto em Abaíra que revelou condição regular.

Em Barra da Estiva encontra-se a maior parte da população sem acesso ao sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento de esgoto, embora proporcionalmente, o município de Mucugê tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território cinco empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, os quais estão voltados principalmente para agroindústria e indústria química e se concentram nos municípios de Seabra, Souto Soares e Iraquara.

Em relação a qualidade do ar, o TI Chapada Diamantina não apresenta nenhum município com população urbana maior do que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação poluição do ar proveniente à frota de veículos. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se indústria ligada a produção de biodiesel, localizada em Iraquara, e mineradoras.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que a maioria dos municípios apresenta lixão como alternativa de disposição, exceto em Abaíra e Mucugê, o primeiro com aterro sanitário simplificado e o segundo com usina artesanal de triagem e compostagem dos resíduos.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 19 municípios deste território, concentradas especialmente nos municípios de Andaraí, Mucugê e Piatã.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 38% da área do território, e a cobertura vegetal ocupa área de aproximadamente 62% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 52% da área do TI Chapada Diamantina e em relação às ocorrências de áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço, Áreas Importantes para conservação de Aves - IBA, Áreas-chave para biodiversidade - KBA e Geoparque Morro do Chapéu.

#### **• Denúncias e demandas**

No TI Chapada Diamantina constataram-se 35 notificações apresentadas pelo Inema, a maior parte em Morro do Chapéu, que incidem em práticas de apreensão de fauna silvestre, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, extração mineral sem licença ambiental, cultivo irrigado sem autorização ambiental prévia e queimada proposital para fins agrícolas. Por outro lado, não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o café, destaca-se também a solicitação pelo estabelecimento da câmara setorial como órgão direcionador na governança da cadeia do café na Bahia, a estruturação da oferta do café e financiamento para renovação de lavouras e novos plantios.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como demandas a atualização e elaboração dos planos das bacias hidrográficas, a estruturação da Casa do Meio Ambiente na região e o monitoramento de resíduos agrotóxicos nos rios que compõe as bacias do rio Paraguaçu e do rio de Contas. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se o aumento do número de vôos e rotas para o aeroporto de Lençóis e a melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

### 2.3.6. TI Irecê

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Irecê, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 26.638,4 km<sup>2</sup>, equivalente a 4,7% do território do Estado e engloba os municípios de América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 650 a 1.100 mm, respectivamente.

Os Cambissolos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 35% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Litólicos e Latossolos Vermelho-Amarelos.

Destaca-se no TI Irecê a presença de quatro unidades geomorfológicas: Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e Várzea e Terras Aluvionares.

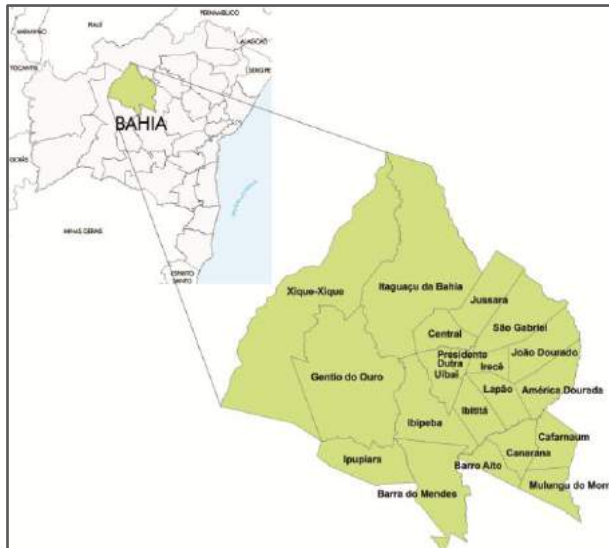


Figura 6 – Localização do Território de Identidade Irecê no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas quatro Unidades de Conservação de uso sustentável, total ou parcialmente inseridas na região, com 147.192 ha, correspondendo a 5,5% da extensão do TI Irecê.

De acordo com o Projeto GeografAR (2011), há apenas uma associação pesqueira no TI Irecê, localizada no município de Xique-Xique. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), o TI possui 67 comunidades remanescentes quilombolas, concentradas principalmente nos municípios de João Dourado, Canarana, Lapão e Ibititá.

Segundo o Bahia Arqueológica, constam no território 28 sítios arqueológicos localizados em 15 municípios, relevantes em arte rupestre, predominantemente associada a ocupações do período Pré-Colonial. É o território com melhor distribuição de sítios arqueológicos entre os municípios, destacando-se os sítios de Aguada (Jussara), Toca dos Tapuias (Ibipeba), Poções (Gentio de Ouro) e Pinta dos Tapuais (Barra do Mendes).

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais expressivos no TI Irecê são a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e mamona.

A caprinocultura/ovinocultura é incipiente nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e predominantemente familiar, constituindo-se como uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de renda e emprego. Este arranjo não configura uma atividade especializada, sendo possível observar a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos e o manejo é realizado com baixo nível tecnológico, classificado como nível A.

O milho é produzido com restrições hídricas nesse território e não apresenta rendimentos físicos elevados. O principal agente é o pequeno produtor familiar descapitalizado que, de modo geral, destina a sua produção para subsistência ou ração animal. O manejo do solo pouco evoluiu com relação à tecnologia, mantendo-se classificado como nível A, tanto no que tange a insumos quanto a operações.

## ▪ Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

O TI Irecê apresenta um total de 59 indústrias, a maior parte concentrada no município de Irecê, com cerca de 70% dos empreendimentos levantados (FIEB, 2012). A partir desse mapeamento constatou-se que aproximadamente 65% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor e a maioria atua na fabricação de artigos de vestuário e acessórios (42%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 15% do total dos empreendimentos mapeados e também concentram-se no município de Irecê (5 unidades), sendo a fabricação de alimentos e bebidas o setor que representa quase 90% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 20% do total de indústrias existentes do TI Irecê, com destaque para dois empreendimentos: um voltado para a extração de pedra, areia e argila e outro voltado para a extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos. Os demais segmentos são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, respondendo por 41% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de milho e mamona, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Irecê ocupa a 6ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a) e o 2º lugar entre os TIs da macrorregião semiárido, superado apenas pelo TI Sisal.

Segundo a PPM, o território possui 186,8 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b), sendo comum a prática da pecuária extensiva, atividade de médio potencial poluidor. Os municípios de Irecê e Xique-Xique destacam-se por concentrar cerca de 25% do número de bovinos do TI, enquanto Ubaí aparece como o menos expressivo, com 2.600 cabeças. Com relação ao tamanho do rebanho, o TI Irecê ocupa a 14ª posição entre os 18 TIs da macrorregião Semiárido, com 2,9% das cabeças de gado, e a 21ª posição no estado, com 1,7% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para os municípios de Gentio de Ouro, Ibipeba e Jussara, que concentram 39% do total de criações do TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, também ocorrendo em todos os municípios, especialmente em Central, Ibipeba e Gentio de Ouro, com quase 37% do total. No que diz respeito a criação de bubalinos, não foram encontrados registros nos municípios do TI. Em comparação com a macrorregião semiárido, o TI Irecê ocupa a 12ª e 15ª posições em número de muares e, respectivamente.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção os grupos de aves (520,1 mil cabeças), caprinos (126,1 mil cabeças), ovinos (123,4 mil cabeças) e suínos (73,3 mil cabeças) especialmente em Xique-Xique.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como de médio potencial poluidor, conferem ao TI Irecê a 4ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, esse território apresentou cerca de 41 mil estabelecimentos de agricultura familiar, principalmente em Ibititá, Canarana e São Gabriel, onde o conjunto detém cerca de um quarto dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Em contraste, o município de Irecê possui o menor número, com 765 destes estabelecimentos familiares.

## ▪ Qualidade ambiental

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Irecê possui oito pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, que revelam condição aceitável do IQA em todos os locais (rios Verde, Jacaré e São Francisco), exceto em um dos pontos no município de Itaguaçu da Bahia (rio Verde), com condição regular. Para o IET, os resultados se encontram regulares na maioria dos pontos, apresentando uma condição crítica em América Dourada (rio Jacaré).

O município de Xique-Xique é o que mais se destaca no território pelo número de habitantes desprovidos do acesso ao sistema de esgotamento sanitário ou outras formas de tratamento de esgoto. Encontram-se neste território oito empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltados principalmente para agroindústria e indústria cerâmica e concentrados na região de Irecê e Jussara.

No que diz respeito à qualidade do ar, os municípios de Irecê e Xique-Xique destacam-se negativamente devido à frota de veículos. Em relação a qualidade do ar, a respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, foram verificados apenas registros de mineradoras.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final. As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 14 municípios deste território, especialmente em Itaguaçu da Bahia, Jussara e Xique-Xique.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, ocupando cerca de 48% da área do TI, ea cobertura vegetal ocupa área total de aproximada de 51% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 46% da área do TI Irecê. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, foram identificadas: Áreas de Importância Biológica, Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA, Áreas-chave para biodiversidade - KBA e Geoparque Morro do Chapéu.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Irecê constataram-se 26 notificações apresentadas pelo Inema, principalmente em Irecê, Xique-Xique e Central, que incidem sobre o transporte de lenha sem autorização ambiental, serviços de saneamento operados inadequadamente e apreensão de animais silvestres. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações o reflorestamento do bioma caatinga por meio de projetos e programas, a revitalização das nascentes dos rios Verde e Jacaré, a implementação dos planos de bacia e o controle sobre a perfuração de poços e de outorgas. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a ampliação do sistema de transporte por via área com foco comercial e a melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

### 2.3.7. TI Itaparica

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Itaparica, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 12.343,4 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,2% do território do Estado e engloba os municípios de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas.

O TI abrange áreas sob influência predominante de clima Árido e Semiárido a Árido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 500 mm e 500 a 600 mm, respectivamente.

Os Neossolos Quartzarênicos Órtico compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando 39% dos solos existentes na região, seguido de Planossolos Nátricos e Planossolos Háplicos que, juntos, correspondem a 28% do território.

Destaca-se no TI Itaparica a presença de duas unidades geomorfológicas: Pediplano Sertanejo e Tabuleiros do Itapicuru.

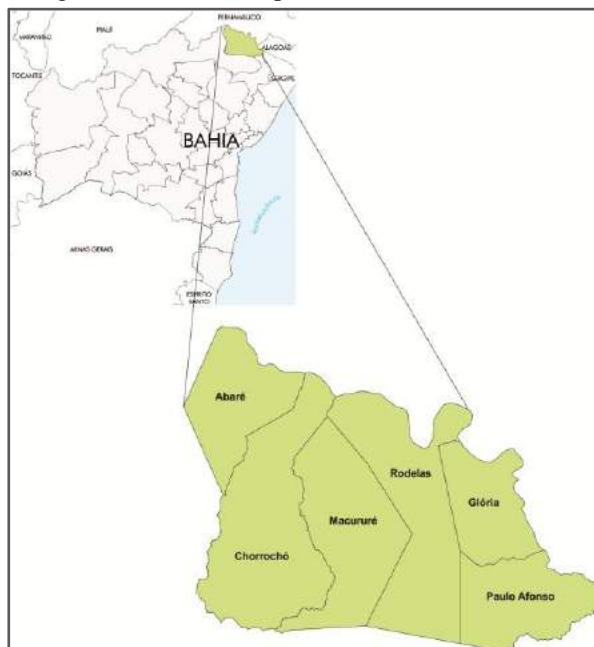


Figura 7 – Localização do Território de Identidade Itaparica no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Apesar do baixo número de áreas legalmente protegidas, inseridas total ou parcialmente no território, as unidades de conservação identificadas respondem pela elevada importância ecológica e pelo cuidado permanente das espécies nelas contidas. As unidades de conservação são de proteção integral e competência federal, e área total equivale a cerca de 48.389 ha e corresponde a 3,9% da extensão do TI Itaparica. A Estação Ecológica Raso da Catarina abrange os municípios de Rodelas e Paulo Afonso totalizando aproximadamente 39.631 ha e o Monumento Natural do Rio São Francisco possui área de 8.758 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e colônias de pescadores estão distribuídas nos municípios de Abaré, Paulo Afonso e Rodelas, com universo estimado total de cinco comunidades pesqueiras artesanais. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados duas comunidades remanescentes quilombolas, localizadas no município de Abaré. Em relação às populações indígenas, foram identificados seis povos, sendo que quatro deles localizam-se no município de Glória.

Segundo os estudos do Bahia Arqueológica sobre os sítios arqueológicos, identificaram-se nove registros no município de Paulo Afonso, com presença de arte rupestre e estruturas líticas e cerâmicas.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Itaparica possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e o cultivo de milho.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região, sendo executada de forma extensiva e predominantemente familiar constituindo-se como atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O cultivo de milho é realizado de forma incipiente e como produção de subsistência. Este arranjo não reflete uma atividade especializada, e manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, classificado

como de nível A.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Itaparica apresenta um total de 31 indústrias, a maior parte (94%) concentrada no município de Paulo Afonso.. A partir desse mapeamento, aproximadamente 48% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, todas localizadas no município de Paulo Afonso, com destaque para o setor de fabricação de produtos têxteis, artigos de vestuário e acessórios (35%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 39% do total dos empreendimentos mapeados, também localizados no município de Paulo Afonso (12 unidades). Os empreendimentos de maior relevância no município são: a fabricação de alimentos e bebidas (aproximadamente 50% do total), além de obras de engenharia civil, incorporação de empreendimentos imobiliários e montagem de instalações industriais e estruturas metálicas, que respondem em conjunto 42%.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 13% do total de indústrias existentes do TI Itaparica, sendo representadas especialmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos (50%), fabricação de alimentos (25%) e fabricação de artefatos de couro (25%).

A atividade agrícola que mais se destaca no território é o cultivo de milho, considerado de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Itaparica ocupa a 26ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a) e possui a menor área destinada a agricultura entre os territórios integrantes da macrorregião.

Segundo a PPM, o território conta 43,2 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b), sendo comum a prática de pecuária extensiva, atividade de potencial poluidor médio. Paulo Afonso destaca-se por concentrar cerca de 47% da quantidade de bovinos, enquanto o município de Rodelas aparece como o menos expressivo, com 1.686 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Itaparica é o que possui o menor número de cabeças de gado, menos de 1%. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Itaparica é o segundo menos representativo na criação de bovinos, ficando em sua frente apenas o TI Metropolitano de Salvador.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. Macururé é o único município onde há bubalinos, ainda assim em pequena quantidade. Já a criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios do TI, destacando-se os municípios de Paulo Afonso e Abaré, com 60% do total do território. A criação de muares exibe valores intermediários entre bubalinos e equinos, com destaque para Chorrochó e Paulo Afonso com quase 57% do número de cabeças. Em comparação à macrorregião semiárido, o TI Itaparica possui números menos expressivos em todas as criações de alto potencial poluidor.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (112,2 mil cabeças) e a caprinocultura (128,1 mil cabeças). Paulo Afonso e Glória trazem indicações de maior expressividade no primeiro arranjo mencionado, enquanto que Macururé se destaca na criação de caprinos. A criação de ovinos ocorre em todos os municípios do TI, com um pouco mais de 51 mil cabeças registradas. A criação intensiva de suínos também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 4.463 animais.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Itaparica a 24ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de oito mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se concentram principalmente em Paulo Afonso e em menor quantidade em Glória e Abaré. Por outro lado, o município de Rodelas possui o menor número do território, com 584 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Itaparica possui cinco pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, que revelam uma condição aceitável do IQA em todos os pontos (rio São Francisco). Para o IET, as condições se encontram semelhantes, embora parte da população encontra-se sem acesso ao sistema de esgotamento sanitário ou possuem outra forma de tratamento de esgoto, especialmente em Paulo Afonso, Abaré e Glória. De acordo com o FIEB (2012), não existem empreendimentos industriais que desenvolvam atividades com potencialmente poluidoras das águas superficiais no território.

No que diz respeito à qualidade do ar no TI, o município de Paulo Afonso destaca-se negativamente devido à frota de veículos. Em relação a qualidade do ar. Entretanto, não foram identificadas indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em todos os municípios deste território, concentradas especialmente nos municípios de Paulo Afonso.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 20% da área do território, e a cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área aproximada de 76% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 74% da área do TI Itaparica. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se: Áreas de Importância Biológica, Sítio BAZE e Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Itaparica constataram-se quatro notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente na degradação de sítios arqueológicos (arte rupestre), ausência de averbação para reserva legal e funcionamento irregular de posto de combustível, sendo os municípios de Glória e Paulo Afonso os que respondem pela maior parte das autuações. Não foram observadas autuações no território advindas do Ministério Público. C.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a infraestrutura para produção de mudas nativas para recomposição de áreas degradadas e APPs e o desenvolvimento de programa emergencial de revitalização de rios e lagos. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se o funcionamento do aeroporto de Paulo Afonso, com a implantação de linhas aéreas; ampliação dos serviços de telecomunicação e melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

### 2.3.8. TI Médio Rio de Contas

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Médio Rio de Contas, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 9.903,7 km<sup>2</sup>, equivalente a 1,8% do território do Estado e engloba os municípios de Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Úmido com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 1.100 a 2.000 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 47% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos e Latossolos Vermelho-Amarelos que correspondem a 23% e 18% da área do território, respectivamente.

Destaca-se no TI Médio Rio de Contas a presença de seis unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio de Contas, Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serras e Maciços Pré-litorâneos, Serras Marginais e Maciço Central e Tabuleiros Pré-litorâneos.

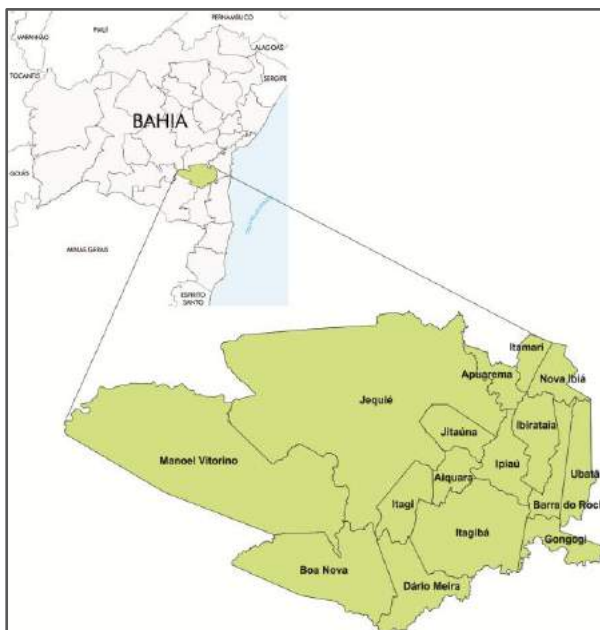


Figura 8 – Localização do Território de Identidade Médio Rio de Contas no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

O território possui poucas áreas legalmente protegidas, sendo identificadas quatro unidades de conservação, total ou parcialmente inseridas na região, com cerca de 28.079 ha (2,84% da do TI). Mais de 95% das áreas protegidas são de proteção integral, e entre estas, a unidade que mais se destaca é o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, com aproximadamente 15.016 ha inseridos nos municípios de Dário Meira (5,7% da área), Boa Nova (86,9%) e Manoel Vitorino (7,4%).

De acordo com dados do Projeto GeografAR (2011), as associações de pescadores estão distribuídas nos municípios de Dário Meira, Gongogi, Jequié e Ubatã, estimando um universo de cinco comunidades pesqueiras artesanais. Segundo o Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados duas comunidades remanescentes quilombolas concentradas nos municípios de Jequié e Nova Ibiá.

O Bahia Arqueológica aponta presença de sítios arqueológicos em Manoel Vitorino, conhecida por registros em rochas (Pedra da Figura). No que diz respeito às cavernas, não foram identificados registros espeleológicos no território.

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Médio Rio de Contas possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de café e mandioca.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nesta região, executada de forma extensiva e predominantemente familiar. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, classificado no nível A.

O cultivo de café é realizado de forma incipiente, sem grande mecanização e insumos muito modernos e o manejo do solo é realizado com técnicas de médio nível tecnológico, classificado como nível B.



O cultivo de mandioca é realizado de forma elementar e como produção para subsistência, usando técnicas de manejo do solo com baixo nível tecnológico, nível A.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Médio Rio de Contas apresenta um total de 148 indústrias, a maior parte concentrada no município de Jequié, com pouco mais de 74% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 63% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Jequié (72) e Ipiaú (11). Os segmentos que mais se destacam neste grupo são fabricação de alimentos e bebidas (41%) e produtos têxteis, vestuário e acessórios e de couro (34%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 24% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Jequié (22) e Ipiaú (8), destacando-se atividades voltadas à construção de edifícios, instalações elétricas, incorporação de empreendimentos imobiliários, construção de rodovias e ferrovias, obras de terraplenagem e outros serviços especializados para construção. Entretanto, o segmento mais representativo neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com quase de 42% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 13% do total de indústrias existentes do TI Médio Rio de Contas. Em Jequié, se destacam empreendimentos voltados para a extração de pedra, areia e argila e geração de energia elétrica, enquanto em Itagibá, há extração de minerais metálicos não ferrosos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados, sobretudo, pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico e de minerais não metálicos, respondendo por 58% dos empreendimentos desse grupo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de café, mandioca, milho e maracujá, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Médio Rio de Contas ocupa a 15ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a) e apresenta área média a baixa quando comparada aos outros territórios que integram a macrorregião Semiárido.

Segundo a PPM, o território conta 289,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b), sendo comum na região a prática de pecuária extensiva, atividade de potencial poluidor médio. Os municípios de Jequié, Itagibá e Manoel Vitorino destacam-se por concentrar em torno de 54% da quantidade de bovinos, enquanto Ubatã aparece como o menos expressivo, com 2.844 cabeças. O TI Médio Rio de Contas ocupa a 11ª e 17ª posições em número de cabeças de gado na macrorregião do semiárido e do estado, respectivamente.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exhibe os menores números, ocorrendo na maioria dos municípios do território, com destaque para Itagibá. Apesar desses valores, o TI é o segundo maior criador de bubalinos da macrorregião. A criação de muares representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios, especialmente em Apuarema, Dário Meira, Ibirataia e Itagibá que representam mais de 38% do total de muares no TI. A criação de equinos apresenta valores intermediários entre bubalinos e muares e é destaque em Jequié, Itagibá e Boa Nova, somando 48% do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Médio Rio de Contas ocupa a 5ª e a 14ª posições em criação de muares e equinos, respectivamente.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (615 mil cabeças), de forma especial em Apuarema que possui cerca de 61% do total de aves do TI. As criações de caprinos (29 mil cabeças), ovinos (21,7 mil cabeças) e suínos (13 mil cabeças) ocorrem de maneira menos expressiva em quase todos os municípios do TI, com destaque para os municípios de Manoel Vitorino, nos dois primeiros arranjos mencionados, e Jequié na criação de suínos.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Médio Rio de Contas ocupa a 22ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 10 mil estabelecimentos concentrados, principalmente, em Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova, Ubatã e Jitaúna, somando pouco mais que a metade dos estabelecimentos do TI. Por outro lado, o município de Gongogi possui o menor número do território, com 127 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Médio Rio de Contas possui sete pontos de monitoramento estabelecidos no Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável do IQA na maior parte pesquisada (rios de Contas, Peixe e Gongogi), com condição crítica em um ponto de Jequié (rio Jequezinho) e Itagibá (rio Peixe). A avaliação do IET demonstraram uma situação crítica, já quenenum resultado se mostrou satisfatório, n os mesmos pontos de coleta do IQA.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou sem acesso a formas alternativas de tratamento dos resíduos é maior nos municípios Jequié e Ipiaú, embora, proporcionalmente, os municípios de Aiquara, Dário Meira e Gongogi tenham um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 19 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais, os quais estão voltados principalmente para agroindústria, indústria alimentícia e de bebidas, e se concentram especialmente na região de Jequié.

Em relação a qualidade do ar, os municípios de Jequié e Ipiaú destacam-se negativamente devido à frota de veículos. A respeito das indústrias potencialmete poluidoras do ar, se destacam as indústrias ligadas a fabricação de calçados e blocos cerâmicos, localizadas também nos municípios supracitados, e a presença de mineradoras de calcário dolomítico, gnaisse e minério de nível.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que praticamente todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final, exceto Jequié que possui aterro sanitário convencional.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios deste território, concentradas especialmente no município de Boa Nova.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 20% da área do território, seguido pela pecuária (15%), e agricultura (7%). A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 55% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 46% da área do TI Médio Rio de Contas. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Áreas chave para biodiversidade - KBA e Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA.

#### \* Denúncias e demandas

No TI Médio Rio de Contas, constatarem-se 11 notificações apresentadas pelo Inema que incidem essencialmente sobre extração e comercialização ilegal de madeira e lenha e disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, a maioria registradas em Jequié. Quanto ao Ministério Público, foram identificadas cinco autuações de extração, comercialização e transporte irregular de madeira e lenha, especialmente município de Itamari.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a elaboração e implementação de programas de educação ambiental e de programa de revitalização do Rio de Contas e seus afluentes. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a reestruturação dos aeroportos, a ampliação e otimização dos serviços de telefonia e internet e a recuperação das rodovias e estradas vicinais, pontes, bueiros e melhorias urbanas.

### 2.3.9. TI Médio Sudoeste da Bahia

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 11.763,0 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,1% do território do Estado e engloba os municípios de Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido, Subúmido a Úmido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm, 1.100 a 2.000 mm e 850 a 950 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 65% dos solos existentes na região, seguido de Chernossolos Háplicos que correspondem a 27%.

Destaca-se no TI Médio Sudoeste da Bahia a presença de cinco unidades geomorfológicas: Depressão Itabuna Itapetinga, Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, Planalto dos Geraizinhos, Serras e Maciços Pré-litorâneos, e Serras Marginais e Maciço Central.



Figura 9 – Localização do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas duas unidades de conservação parcialmente inseridas no território. A área total protegida é de 49.642 ha aproximadamente e corresponde a 4,22% da extensão territorial do TI Médio Sudoeste da Bahia. Observam-se no TI o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, unidade de competência federal e proteção integral, e a APA Serra do Ouro, de competência estadual e uso sustentável. Esta possui cerca de 49.640 ha e abrange três municípios: Nova Canaã, Iguai e Ibicuí.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), há apenas uma associação pesqueira no TI Médio Sudoeste da Bahia, está localizada no município de Itapetinga. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), não foram identificadas comunidades remanescentes quilombolas no território.

Estudos do Bahia Arqueológica apontam a inexistência de sítios arqueológicos no território. Quanto à existência de sítios espeleológicos observam-se dois registros na região: Caverna Pedra da Gruta e Caverna Serra do Paraíso.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais importantes para o TI Médio Sudoeste da Bahia são a apicultura e a bovinocultura.

A apicultura é associada à atividade familiar, com manejo do solo utiliza baixo nível de tecnologia, sendo classificado como nível A.

Com relação à bovinocultura, a pecuária de corte predomina, embora devido aos laticínios instalados neste território, a pecuária de leite também seja significativa. O manejo do solo é realizado com a adoção de técnicas de médio a alto nível tecnológico, classificando o manejo como nível B/C.

#### ▪ Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Médio Sudoeste da Bahia

apresenta um total de 112 indústrias, a maior parte no município de Itapetinga, com pouco mais de 40% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 45% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, especialmente nos municípios de Itapetinga (19), Itarantim (6) e Itambé (5). Os segmentos que mais se destacam em neste grupo são a fabricação de vestuário e acessórios e a produção de artigos de metal (54%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 31% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Itapetinga (13) e Itarantim (6). O segmento de maior representatividade neste grupo é a fabricação de alimentos e bebidas, com quase de 75% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 24% do total de indústrias existentes do TI Médio Sudoeste da Bahia. Os municípios de Potiraguá, Itapetinga, Macarani e Itarantim, possuem empreendimentos voltados para a extração de pedra, areia e argila, enquanto em Maiquinique e Itambé, ocorre a extração de minerais não metálicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico, de minerais não metálicos e produção de produtos de metal, somando por 33% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de café, mandioca e milho, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Segundo dados da PAM, o TI Médio Sudoeste da Bahia ocupa a 24ª posição em relação à área destinada à agricultura no estado (IBGE, 2010a). Na macrorregião semiárido, o TI está em uma das últimas posições, ficando a frente apenas dos TIs Bacia do Jacuípe e Itaparica.

De acordo com a PPM, o território soma 868,4 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e apresenta a prática de pecuária extensiva, atividade está relacionada com o potencial poluidor médio. Os municípios de Itarantim, Itapetinga, Itambé e Macarani destacam-se por concentrar em torno de 54% da quantidade de bovinos, em contraste com que Firmino Alves aparece como o menos expressivo, com 15.168 cabeças. O TI Médio Sudoeste da Bahia é o mais representativo com relação à criação de bovinos no estado, com mais de um milhão de cabeças, 9,6% do total registrado na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para o município de Maiquinique. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo também em todos os municípios, especialmente em Ibicuí, Iguai e Itambé, que representam um pouco mais da metade do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Macarani. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Médio Sudoeste da Bahia ocupa a 6ª e 7ª posições em criação de muares e equinos respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (396,1 mil cabeças) e Iguai indica maior expressividade neste arranjo. A criação de suínos (34,2 mil cabeças) e ovinos (27,8 mil cabeças) ocorre em todos os municípios do TI, com destaque para Caatiba com 29% do rebanho do primeiro arranjo, e Itambé com 22% do total do segundo arranjo mencionado. A caprinocultura intensiva também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 7.082 animais.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Médio Sudoeste da Bahia a 25ª posição em número de estabelecimentos no estado, superando apenas os TIs Costa do Descobrimento e Metropolitano de Salvador. Em 2006, este território apresentou pouco mais de sete mil estabelecimentos, principalmente em Iguai e Nova Canaã, que juntos detém quase metade dos estabelecimentos de agricultura familiar. Por outro lado, o município de Potiraguá possui o menor número do território, com apenas 78 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Médio Sudoeste da Bahia possui quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, os quais revelam uma condição aceitável de IQA em todos os pontos (rios Catolé Grande, Pardo e Salgado), exceto em Itororó (rio Colônia), com um ponto em condição crítica. Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando condição regular em Itororó (rio Colônia) e Firmino Alves (rio Salgado).

Em Itapetinga e Itambé grande parte da população encontra-se sem acesso ao sistema de esgotamento sanitário ou não possuem outra forma de tratamento de esgoto. No entanto, proporcionalmente, os municípios de

Caatiba, Itarantim, Maiquinique e Portugará têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 18 empreendimentos industriais, centralizados na região de Itapetinga, que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltados principalmente para agroindústria, e em menor proporção, para indústria química.

Em relação a qualidade do ar, o município de Itapetinga destaca-se negativamente devido à frota de veículos e a indústria de fabricação de calçados de couro. No TI também foram identificadas mineradoras nas fases de concessão de lavra (sodalita, sienito, água marinha, berilo, calcário dolomítico, calcário, grafita, columbita e granito) e em fase de requerimento para de extração de areia.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final, exceto Itapetinga, com aterro sanitário convencional, e Macarani e Potiraguá que possuem aterros sanitários simplificados.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em oito municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Iguai e Itambé.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal, revelou que o uso predominante do solo é para pecuária, ocupando cerca de 67% da área do território, enquanto a cobertura vegetal é menos representativa, ocupando aproximadamente 30% da área.

A vegetação remanescente representa em torno de 20% da área do TI Médio Sudoeste da Bahia. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Áreas-chave para biodiversidade - KBA e Áreas Importantes para a Conservação das Aves -IBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Médio Sudoeste da Bahia constataram-se quatro notificações apresentadas pelo Inema nos municípios de Itarantim, Itambé, Itapetinga e Maiquinique que incidem basicamente sobre lançamento *in natura* de efluentes em corpos hídricos, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e embargos à construção de posto de combustível. Quanto ao Ministério Público, foram identificadas quatro autuações decorrentes da degradação de áreas de preservação permanente e extração ilegal de madeira e de recursos minerais, especialmente Santa Cruz da Vitória, respondendo por 75% de autuações

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitação a infraestrutura para produção de mudas nativas e no tema infraestrutura e logística, reivindicou-se a melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

### 2.3.10. TI Piemonte da Diamantina

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Piemonte da Diamantina, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 11.661,4 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,1% do Estado e engloba os municípios de Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouro-lândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Árido, Semiárido e Semiárido a Subúmido com precipitações médias anuais variando de 400 a 650 mm, 600 a 850 mm e 700 a 850 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 50% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos Eutrófico e Neossolos Litólicos Distrófico.

Destaca-se no TI Piemonte da Diamantina a presença de seis unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serra de Jacobina, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e Tabuleiros Interioranos.

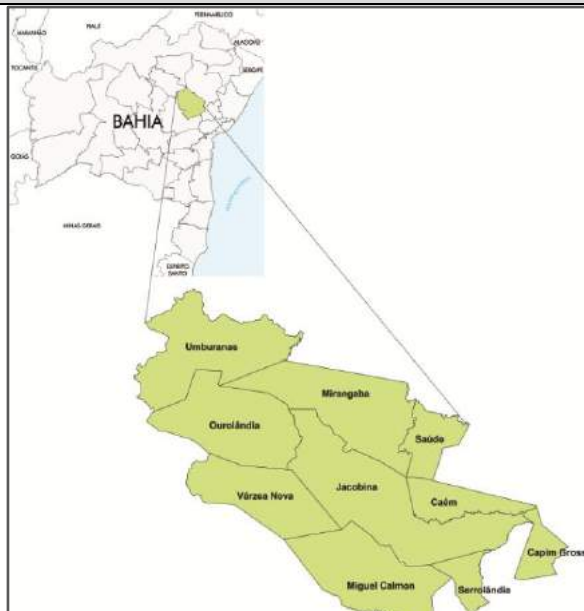


Figura 10 – Localização do Território de Identidade Piemonte da Diamantina no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificada uma unidade de conservação de proteção integral, Parque Sete Passagem, com área total de 2.822 ha, correspondente a 0,24% da extensão territorial do TI Piemonte da Diamantina.

De acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), são identificadas dez comunidades remanescentes quilombolas distribuídas em três municípios, principalmente no município de Mirangaba.

Sedundo o Bahia Arqueológica, foram registrados cerca de nove sítios arqueológicos, distribuídos nos municípios de Mirangaba, Jacobina, Ouro-lândia, Saúde e Umburanas, classificados em utensílios em arte rupestre associados ao período Pré-Colonial. Vale destacar sítios Toca do Tapuio (Umburanas), Gruta de Santo Antônio (Mirangaba) e Toca do Fole (Jacobina). Com relação à identificação de cavernas, foram observados 40 registros, sendo que 95% estão concentrados no município de Ouro-lândia (CECAV, 2011).

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Piemonte da Diamantina possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e mandioca.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nesta região, executada de forma extensiva e predominantemente familiar. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico, sendo classificado no nível B.

O cultivo de milho é realizado sem grande mecanização e insumos modernos e o manejo do solo, adota técnicas de médio nível tecnológico, classificado como nível B.

O cultivo de mandioca é realizado de forma elementar e como produção de subsistência e o manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, classificado como nível A.

#### ▪ Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores

dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Piemonte da Diamantina apresenta um total de 111 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Jacobina (46%), Ourolândia (16%) e Capim Grosso (14%). A partir desse mapeamento, aproximadamente 46% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, de forma especial em Jacobina (25) e Capim Grosso (11). Os segmentos que mais se destacam neste grupo são o setor de fabricação de vestuário e acessórios e artefatos de couro (43%) e o setor de fabricação de móveis e produtos de madeira (27%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 14% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Jacobina (10). O segmento que tem maior representatividade neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com quase de 56% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 40% do total de indústrias existentes no TI Piemonte da Diamantina e estão mais concentradas em Ourolândia (18) e Jacobina (17). Cerca de metade dos empreendimentos deste grupo estão voltados para a extração de pedra, areia e argila, enquanto a outra metade é representada principalmente pelo setor de fabricação de artefatos plástico e de minerais não metálicos, respondendo por 43% dos empreendimentos.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de mandioca e milho, considerados de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Piemonte da Diamantina ocupa a 18ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), e em relação à macrorregião semiárido, supera em área apenas seis territórios do universo de dezoito TIs.

Segundo a PPM, o território possui 242,5 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a pecuária extensiva, atividade de potencial poluídos médio. Os municípios de Jacobina e Miguel Calmon destacam-se por concentrar em torno de 51% da quantidade de bovinos, enquanto Caém aparece como o menos expressivo, com 6.023 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Piemonte da Diamantina ocupa a 13ª posição, com apenas 3,8% das cabeças de gado da macrorregião e a 19ª posição no estado, com 2,3% dos bovinos registrados.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor,. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo na maioria dos municípios do território, com destaque para Jacobina, que concentra 30% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios do território, com Jacobina, Miguel Calmon e Saúde somando mais de 63% do total de equinos. Não se observa criação significativa de bubalinos em nenhum município do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Piemonte da Diamantina ocupa a 15ª e 13ª posições em criação de muares e equinos, respectivamente.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (498,2 mil cabeças), e Jacobina indica a maior expressividade neste arranjo. As criações de caprinos (164,8 mil cabeças) e ovinos (96,7 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para Jacobina e Ourolândia, com 44% e 41% do total dos rebanhos da macrorregião, respectivamente. A criação de suínos também ocorre nessa região, entretanto, de maneira menos expressiva, com 43.408 animais.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Piemonte da Diamantina a 20ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, este território apresentou quase 14 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se concentram principalmente em Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba e Umburanas. Por outro lado, o município de Capim Grosso possui o menor número do território, com 812 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Piemonte da Diamantina possui quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, os quais revelam uma condição aceitável do IQA em todos os pontos (rios Itapicuru-Açu, do Ouro e Salitre), exceto em um ponto em Jacobina (rio Itapicuru-Mirim), com condição crítica. Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando uma condição crítica também para o mesmo ponto de Jacobina.

Jacobina e Miguel Calmon são os município que apresentam maior índice de população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou outras formas de tratamento de esgoto

Encontram-se neste território dois empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial

de poluição das águas superficiais, associados à mineração e agroindústria, localizados nos municípios de Ouroândia e Miguel Calmon, respectivamente.

Em relação a qualidade do ar, não foram registradas no TI Piemonte da Diamantina indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar. No entanto, o município de Jacobina destaca-se negativamente devido à frota de veículos e foram identificadas na região mineradoras (ametista, barita calcário, esmeralda, manganês, mármore, ouro, quartzito, quartzo e esmeralda)

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em seis municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Saúde e Jacobina.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, cerca de 35% da área do território, e a cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 64%.

A vegetação remanescente representa em torno de 42% da área do TI Piemonte da Diamantina. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço, Áreas-chave para Biodiversidade - KBA, Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA e Geoparque de Morro do Chapéu.

#### **▪ Denúncias e demandas**

No o TI Piemonte da Diamantina constataram-se 31 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente em captura e acondicionamento ilegal de fauna silvestre e extração mineral sem licença ambiental, sendo Ouroândia responsável por 61% dos casos levantados. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste do zoneamento da produção para tornar o crédito mais oportuno e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a criação de uma brigada de incêndio e de unidades de conservação, com implementação do plano de manejo das existentes e a implantação de uma unidade regional do Inema. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a construção de aeroporto para vôos comerciais, ampliação dos serviços de telefonia móvel e banda larga e melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.



### 2.3.11. TI Piemonte do Paraguaçu

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 17.791,6 km<sup>2</sup>, equivalente a 3,1% do território do Estado e engloba os municípios de Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Semiárido a Subúmido com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 600 a 1.000 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 49% dos solos existentes na região, seguido de Latossolos Vermelho-Amarelos e Planossolos Háptlicos que, juntos, correspondem a 34% da área do território.

Destaca-se no TI Piemonte do Paraguaçu a presença de oito unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serra de Jacobina, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Serras Marginais e Maciço Central e Tabuleiros Pré-litorâneos.



**Figura 11** – Localização do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificada apenas uma unidade de conservação, com 7.399 ha e 0,42% da extensão territorial do TI Piemonte do Paraguaçu. A Área de Relevante Interesse Ecológico Serra do Orobó é categorizada pelo uso sustentável e possui competência estadual, abrangendo parte dos municípios de Boa Vista do Tupim, Itaberaba e Ruy Barbosa.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em quatro municípios (Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba e Piritiba), estimando um universo de cinco comunidades pesqueiras artesanais. De acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), não são identificadas comunidades quilombolas neste território.

Segundo estudos do Bahia Arqueológica, foram identificados dois sítios arqueológicos localizados em Santa Teresinha (Morro do Jatobá e Serra Prenha), qualificados por arte rupestre. Segundo a CECAV (2011) não foram registradas cavernas no território.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Piemonte do Paraguaçu possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e mandioca.

A caprinocultura/ovinocultura configura uma atividade predominantemente familiar, com patamar tecnológico direcionado à produção de carne e leiteira, e manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico, classificado no nível B.

O cultivo de milho é realizado de forma incipiente, sem grande mecanização ou insumos modernos e manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, classificado como nível A.

O cultivo de mandioca é realizado de forma elementar e como produção de subsistência. Este arranjo não configura uma atividade especializada e o manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, classificado como nível A.

## ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Piemonte do Paraguaçu apresenta um total de 49 indústrias, a maior parte concentrada no município de Itaberaba, com pouco mais de 53% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 43% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Itaberaba (14). O segmento que mais se destaca nesse grupo é o setor de fabricação de móveis e produtos de madeira (52%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 26% do total dos empreendimentos mapeados e a maioria se concentra no município de Itaberaba (9). O segmento mais representativo nesse grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com quase de 61% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 31% do total de indústrias existentes do TI Piemonte do Paraguaçu. Há destaque para alguns empreendimentos, em Boa Vista do Tupim, Itaberaba e Ruy Barbosa, voltados para a extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos são representados primordialmente pelo setor de fabricação de minerais não metálicos, respondendo por 67% dos empreendimentos desse grupo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de milho e mandioca, considerados de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI ocupa a 22ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a) e área relativamente baixa quando comparada à macrorregião Semiárido.

Segundo a PPM, o território possui 455,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a pecuária extensiva, atividade classificada como potencial poluidor médio. Os municípios de Itaberaba, Boa Vista do Tupim, Ruy Barbosa e Mundo Novo destacam-se por concentrar em torno de 53% da quantidade de bovinos, enquanto Itatim aparece como o menos expressivo, com 9.047 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Piemonte do Paraguaçu ocupa a 5ª posição, com 7,1% das cabeças de gado da macrorregião e a 9ª posição no estado, com 4,3% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exhibe os menores números, ocorrendo em apenas quatro municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios do território, especialmente Itaberaba, Mundo Novo e Ruy Barbosa que somam cerca de 39% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Piritiba e Santa Teresinha com 34% do total do rebanho. Na macrorregião semiárido, o TI Piemonte do Paraguaçu ocupa a 14ª e a 6ª posição em criação de muares e equinos respectivamente, e é responsável também pelo terceiro maior rebanho de bubalinos da macrorregião, superado apenas pelos TIs Médio Sudoeste da Bahia e Médio Rio de Contas.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (464,5 mil cabeças), e Ruy Barbosa indica maior expressividade neste arranjo. A criação de ovinos ocorre em todos os municípios, destaque para Itatim e Santa Teresinha com 47% das 90,9 mil cabeças do território. A caprinocultura e a criação de suínos também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 51.386 e 50.286 animais, respectivamente.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Piemonte do Paraguaçu a 18ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 14 mil estabelecimentos de agricultura familiar, principalmente em Rafael Jambeiro, Itaberaba e Piritiba, somando mais de 40% dos estabelecimentos de agricultura familiar do TI, em contraste com Lajedinho possui 378 destes estabelecimentos familiares .

## ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Piemonte do Paraguaçu possui quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, os quais revelam uma condição aceitável do IQA em todos os pontos (rios Paraguaçu, Capivari e Peixe). Para o IET, as condições se encontram distintas, apresentando condição crítica em um ponto em Itaberaba (rio Capivari) e em Rafael Jambeiro (rio Peixe).

A população desprovida do sistema de esgotamento sanitário ou que não possui outras formas de tratamento é mais elevada nos municípios de Itaberaba e Ruy Barbosa. No entanto, proporcionalmente, os municípios de

Lajedinho, Macajuba e Mundo Novo têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território três empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidora das águas superficiais voltados para indústria química e agroindústria, localizados nos municípios de Itaberaba, Ruy Barbosa e Santa Teresinha.

Em relação a qualidade do ar, o município de Itaberaba destaca-se negativamente devido à frota de veículos nos municípios estudados. No TI não foram identificadas indústrias emissoras de poluentes do ar, exceto mineradoras nas fases de concessão de lavra para extração de granito e gnaíse.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final. As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em sete municípios deste território, concentradas especialmente nos municípios de Boa Vista do Tupim e Ruy Barbosa.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, com cerca de 37% da área, e que a cobertura vegetal é mais representativa, ocupando 62% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 41% da área do TI Piemonte do Paraguaçu. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Áreas-chave para Biodiversidade - KBA e Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Piemonte do Paraguaçu constataram-se 12 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre prática irregular de extração e comercialização de madeira e lenha, e supressão da vegetação sem autorização ambiental, especialmente em Mundo Novo e Santa Teresinha. Quanto ao Ministério Público, foram identificadas cinco autuações sobre práticas ilegais de captura, compra e venda de espécies da fauna no município de Itatim.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste do zoneamento para tornar o crédito mais oportuno, com liberação de crédito e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo a consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a criação de unidades de conservação em regiões de serra, a implantação de laboratórios de análise de água e solo e a construção de viveiros de mudas visando a revegetação de áreas degradadas. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a ampliação e estruturação do modal aeroviário e o investimento em infraestrutura viária, inclusive construção de estradas ecológicas.

### 2.3.12. TI Piemonte Norte do Itapicuru

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 14.123,0 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,4% do território do Estado e engloba os municípios de Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Árido e Semiárido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 650 mm e 500 a 800 mm, respectivamente.

Os Cambissolos Háplicos Eutrófico compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando 24% dos solos existentes na região, seguido de Latossolos Vermelho-Amarelos e Planossolos Háplicos.

Destaca-se no TI Piemonte Norte do Itapicuru a presença de cinco unidades geomorfológicas: Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serra de Jacobina, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e Tabuleiros Interioranos.

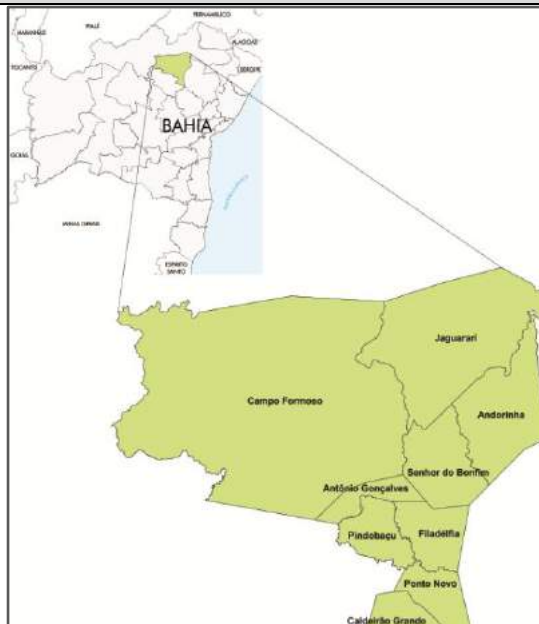


Figura 12 – Localização do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Considerando-se a importância de áreas destinadas para conservação, seja de proteção integral ou de uso sustentável, verifica-se que no território não se registram a presença de unidades de conservação estabelecidas em Decreto.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e colônias de pescadores formalizadas estão distribuídas nos municípios de Andorinha, Ponto Novo e Senhor do Bonfim. É importante frisar também que o TI Piemonte Norte de Itapicuru possui comunidades de fundo de pasto, cuja maioria das famílias se localizam nos municípios de Andorinha, Campo Formoso e Jaguarari. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), somam-se 57 comunidades remanescentes quilombolas no território, concentrados em Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Filadélfia.

O Bahia Arqueológica registrou três ocorrências de sítios arqueológicos em Campo formoso: A Toca, Lisos e Pintura dos Caboclos. O sítio denominado como A Toca apresenta figuras predominantemente geométricas em paredes e tetos da entrada de uma caverna, feitos com giz e carvão. O território apresenta número expressivo de cavernas, alcançando 33 ocorrências no município de Campo Formoso, cuja litologia é predominantemente o calcário (CECAV, 2011).

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Piemonte Norte do Itapicuru tem como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e o cultivo de sisal.

A caprinocultura/ovinocultura é incipiente nesta região, executada de forma extensiva e predominantemente familiar, constituída como uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O cultivo de sisal tem uma produção fundamentalmente familiar, baseada em técnicas de baixo nível tecnológico de manejo do solo, apesar de alguns registros de unidades de produção com natureza empresarial de pequeno porte. Vale ressaltar que a Bahia detém 87% da produção brasileira de sisal, concentrada em sua maior parte na região semiárida baiana.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Piemonte Norte do Itapicuru apresenta 56 indústrias, a maior parte concentrada no município de Senhor do Bonfim, com pouco mais de 52% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 39% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se principalmente, no município de Senhor do Bonfim (17), com destaque para o segmento de impressão de materiais (32%).

As indústrias de médio potencial poluidor representam 23% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Senhor do Bonfim (6) e Campo Formoso (4). O segmento mais representativo neste grupo é o de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com quase de 39% dos empreendimentos. Em Senhor do Bonfim, destacam-se empreendimentos voltados para a construção de edifícios e obras para geração e distribuição de energia elétrica e telecomunicação, e em Jaguarari encontram-se empresas voltadas para a perfuração e sondagens.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 38% do total de empreendimentos do TI Piemonte Norte do Itapicuru. Em Pindobaçu, destacam-se aqueles voltados para a extração de pedra, areia e argila; pedras preciosas e semipreciosas e de minerais metálicos não ferrosos. Os demais segmentos do grupo são representados especialmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 47% dos empreendimentos.

A atividade agrícola que mais se destaca no território é o cultivo de sisal, considerado de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 11ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Piemonte Norte do Itapicuru é superado por outros cinco territórios.

Segundo a PPM, o território possui 176 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) sendo comum a prática da pecuária extensiva, atividade de potencial poluidor médio. Os municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim destacam-se por concentrar em torno de 36% da quantidade de bovinos, enquanto Antônio Gonçalves aparece como o menos expressivo, com 7.447 cabeças. O TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 15ª posição na macrorregião, com 2,7% das cabeças de gado, e a 22ª posição no estado, com 1,6% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de muares exibe os menores números do TI e ocorre em todos os municípios do território, com destaque para Caldeirão Grande que concentra 28% do total. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo ocorrendo também em todos os municípios do território, especialmente em Campo Formoso e Caldeirão Grande que somam mais da metade do total de equinos no TI. Não há criação de bubalinos em nenhum município do TI. Na macrorregião semiárido, o TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 17ª posição entre os 18 municípios em criação de muares e equinos, superando o TI Itaparica em ambos.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (523,3 mil cabeças), e Campo Formoso indica maior expressividade nesse arranjo. As criações de caprinos (199 mil cabeças), ovinos (142 mil cabeças) e suínos (40,8 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, e Campo Formoso também se destaca com 34%, 30% e 25% do total dos rebanhos da macrorregião, respectivamente.

O TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 21ª posição em empreendimentos de agricultura familiar no estado da Bahia os quais são enquadrados como de médio potencial poluidor. Em 2006, o território apresentou pouco mais de 13 mil estabelecimentos concentrados principalmente em Campo Formoso e Caldeirão Grande, que somam mais de 40% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território, em contraste com Senhor do Bonfim com 791 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Piemonte Norte do Itapicuru possui dois pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável do IQA em ambos os pontos (rios Itapicuru e Aipim). Para o IET, as condições se encontram semelhantes.

A população que não é beneficiada com sistema de esgotamento sanitário ou que não possui outras alternativas de tratamento é mais elevada no município de Senhor do Bonfim. No entanto, proporcionalmente, os

municípios de Andorinha e Pindobaçu têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 12 empreendimentos que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltados para indústrias químicas, de cimento e agroindústria, localizados principalmente nos municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

Com relação à qualidade do ar, o município de Senhor do Bonfim destaca-se negativamente com relação à frota de veículos. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se as indústrias ligadas à fabricação de artefatos de cimento localizadas principalmente nos municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim, além de mineradoras nas fases de concessão para extração de cromo, níquel, cromita, cobre, argila e calcário para lavra garimpeira de esmeralda.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final, exceto Filadélfia possui aterro sanitário simplificado.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em seis municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, cerca de 26% da área, e a cobertura vegetal ocupa área de aproximadamente 74% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 52% da área do TI Piemonte Norte do Itapicuru. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica e Áreas-chave para biodiversidade - KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Piemonte Norte do Itapicuru constataram-se 13 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente em supressão da vegetação, ocupação em Áreas de Preservação Permanente sem autorização ambiental, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e funcionamento irregular de postos de combustível, especialmente em Senhor do Bonfim, Jaguarari e Ponto Novo correspondendo a 85% dos casos levantados no território. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia”, e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo do sisal, demanda-se o aproveitamento de 100% das plantas, promoção nacional e internacional das fibras naturais visando à conquista de novos mercados, ampliação da assistência técnica e comercialização dos produtos com certificação oficial.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente apresentou como solicitações a construção de barragens para aumento da oferta de água e regularização da vazão de rios, a implantação de programa de recuperação e proteção da caatinga e a recuperação dos mananciais e mata ciliares são. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a reestruturação do aeroporto de Campo Formoso, a criação de infraestrutura para o turismo e a melhoria e recuperação das estradas, inclusive as vicinais.

### 2.3.13. TI Portal do Sertão

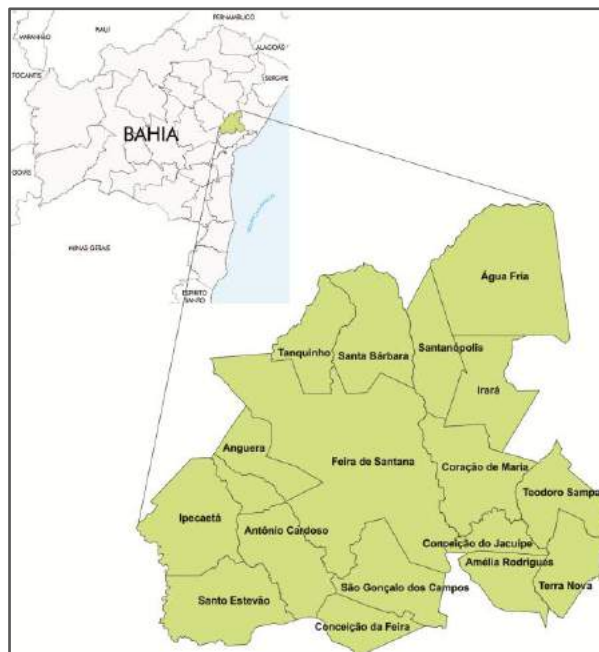
#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Portal do Sertão, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.718,0 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,9% do território do Estado e engloba os municípios de Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido, Semiárido a Subúmido e Úmido a Subúmido com precipitações médias anuais variando de 400 a 850 mm, 500 a 700 mm e 1.300 a 2.000 mm, respectivamente.

Os Planossolos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 35% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos Vermelho-Amarelos.

Destaca-se no TI Portal do Sertão a presença de seis unidades geomorfológicas: Baixada Litorânea, Pediplano Sertanejo, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros do Recôncavo, Tabuleiros Interioranos e Tabuleiros Pré-litorâneos.



**Figura 13** – Localização do Território de Identidade Portal do Sertão no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificada apenas uma unidade de conservação - APA Lago de Pedra do Cavalo, parcialmente inserida no território, com área total em torno de 33.052 ha, 5,69% da extensão territorial do TI Portal do Sertão. A referida APA é de competência estadual e tem caráter de uso sustentável, abrangendo os municípios de Conceição da Feira, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Antônio Cardoso e Feira de Santana.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações de pescadores estão distribuídas em três municípios, estimando um universo de quatro comunidades pesqueiras artesanais. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificadas sete comunidades remanescentes quilombolas, concentradas principalmente no município de Irará.

O território não possui sítios arqueológicos, segundo estudos do Bahia Arqueológica. Por sua vez, foi identificada uma caverna no município de Santo Estêvão, denominada Gruta da Pitanga (CECAV, 2011).

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais representativos no TI Portal do Sertão são a apicultura, a manicultura, a cana de açúcar e a avicultura integrada.

A apicultura esta relacionada atividade familiar, geralmente polivalente, com manejo do solo de baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos, classificado como nível A.

A avicultura integrada configura um importante arranjo produtivo do território, sendo o maior detentor de cabeças do semiárido. O município de Feira de Santana centraliza o abate de frangos, no entanto, os municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Coração de Maria e Irará merecem destaque. O manejo do solo se baseia em técnicas de médio nível tecnológico, enquadrando no manejo de nível B.

O cultivo da cana de açúcar é marcada pela produção de etanol, ainda que em pequena escala quando comparada ao cenário nacional. O sistema é cultivado em solos totalmente irrigados e o seu manejo conta com alto nível tecnológico, se classificando como nível C. Não é observada a participação de agricultores familiares neste

arranjo e o destaque do território é o município de Amélia Rodrigues.

O cultivo da mandioca se assinala como um processo produtivo rotineiro, com a mão de obra familiar e manejo do solo baseado em médio nível tecnológico, configurando manejo do nível B.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Portal do Sertão apresenta 784 indústrias, a maior parte concentrada no município de Feira de Santana, com quase 90% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 60% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Feira de Santana (425) e, em menor escala, em Conceição de Feira (10) e São Gonçalo dos Campos (7). O segmento que mais se destaca nesse grupo é a fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e artefatos de couro (39%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 20% do total dos empreendimentos mapeados, também concentrados em Feira de Santana (56), voltados principalmente para a construção de edifícios, rodovias e ferrovias, recuperação de materiais plásticos e a fabricação de produtos de metal, atividade de maior relevância do grupo, com cerca de 30% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 20% do total de indústrias existentes no TI Portal do Sertão, com destaque para alguns empreendimentos localizados em Feira de Santana voltados para a extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos são representados especialmente pelo setor de fabricação de artefatos de borracha e de material plástico; de minerais não metálicos; metalurgia e fabricação de produtos de metal, respondendo por 48% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de cana de açúcar e mandioca, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O Portal do Sertão ocupa a 13ª posição em relação à área destinada à agricultura no estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a).

Segundo a PPM, o território conta com 295,5 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b), sendo comum a prática de pecuária extensiva, atividade de médio potencial poluidor. O município de Feira de Santana destaca-se por concentrar em torno de 23% da quantidade de bovinos, em contraste com Amélia Rodrigues que aparece como o menos expressivo, com 6.884 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Portal do Sertão ocupa a 10ª posição, com 4,3% das cabeças de gado, e a 16ª posição entre os TIs do estado, com 2,8% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo apenas em dois municípios, enquanto a de equinos representa a maior quantidade de cabeças, ocorrendo em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, que representam um pouco mais de 46% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Conceição do Jacuípe, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, com 46% do total do rebanho. Na macrorregião semiárido, o TI Portal do Sertão ocupa a 2ª posição em criação de muares e equinos, sendo superado apenas pelo TI Vitória da Conquista.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (11,8 milhões de cabeças), sendo Feira de Santana, Conceição de Feira e São Gonçalo dos Campos os municípios mais expressivos nesse arranjo com 57% dos animais registrados no TI. As criações de suínos (257,1 mil cabeças) e ovinos (263,5 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para Feira de Santana, que possui 27% e 26% do total dos respectivos segmentos. A caprinocultura intensiva também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 51.301 animais. Em comparação com os TIs, o TI Portal do Sertão possui a maior quantidade de aves e de suínos, com quase 35% e 15% do total dos respectivos rebanhos do estado da Bahia.

O TI Portal do Sertão ocupa a 8ª posição em número de estabelecimentos vinculados à agricultura familiar no estado da Bahia. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 32 mil estabelecimentos, enquadrados como médio potencial poluidor, os quais concentram-se principalmente em Feira de Santana, Santo Estêvão e Ipecaetá, que somam quase 40% dos empreendimentos. Por outro lado, o município de Terra Nova possui o menor número do território, com apenas 84 destes estabelecimentos familiares.

Em relação à silvicultura da região, só há registros relacionados à extração de madeira, atividade com alto potencial poluidor. A produção no território é de aproximadamente 12.991 m<sup>3</sup> de madeira em tora para papel e celulose, concentrada apenas no município de Água Fria.

#### ▪ **Qualidade ambiental**



Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Portal do Sertão possui 12 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam uma condição de IQA que varia de regular a crítica em metade dos pontos (rios Pojuca, Jacuípe, Subaé e Curimataí e os riachos Principal e do Maia) enquanto a outra parte se mostra aceitável (rios Pojuca, Jacuípe, Subaé e Traripe). Para o IET, as condições são distintas, apresentando uma condição aceitável em apenas um ponto (rio Jacuípe), enquanto os outros variam entre condição regular ou crítica.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou que não possui outras formas de tratamento é mais elevada nos municípios Terra Nova e Amélia Rodrigues. No entanto, proporcionalmente, os municípios Tanquinho, Anguera e também Terra Nova, detêm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 65 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais, voltados principalmente para indústria química e concentrados na região de Feira de Santana.

Com relação à qualidade do ar, o município de Feira de Santana destaca-se negativamente devido à frota de veículos. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se indústrias têxteis localizadas principalmente no município de Feira de Santana e mineradoras nas fases de concessão de lavra para extração de granito, granulito, argila, granodiorito e gnaíse.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final, exceto Conceição do Jacuípe e Feira de Santana, com aterros sanitários simplificado e convencional, respectivamente.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios deste território, concentradas especialmente em de Feira de Santana.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, cerca de 36% da área, e a cobertura vegetal é mais representativa, ocupando aproximadamente 59% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 21% da área do TI Portal do Sertão. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes: Áreas de Importância Biológica, Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA e Áreas-chave para biodiversidade - KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Portal do Sertão constataram-se 142 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre construções residenciais irregulares, empreendimentos industriais na fase de operação e instalação irregular de postos de combustíveis, especialmente em Feira de Santana, com 79% das ocorrências levantadas no território. Não foram observadas autuações provenientes do Ministério Público.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA e o fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste do zoneamento para tornar o crédito mais oportuno e a melhoria do padrão de qualidade do produto e unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala e formação de associações e cooperativas.

Para a criação de aves, destacam-se ainda como demandas a articulação com agentes financeiros e de fomento para atender aos pequenos produtores, requalificação dos pequenos abatedouros para cumprimento das normas legais e a estruturação/adequação das feiras e mercados municipais aos padrões de segurança sanitária.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a revitalização dos mananciais, implantação de viveiros de árvores nativas e a implementação de programa de conservação do solo e da água como base da sustentabilidade produtiva da agropecuária. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a transformação do aeródromo em aeroporto no município de Feira de Santana, readequação das rodovias estaduais e fomento a aquisição de equipamentos para recuperação e manutenção de estradas vicinais e vias urbanas através de consórcio público.

### 2.3.14. TI Semiárido Nordeste II

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Semiárido Nordeste II, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 15.976,8 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,9% do território do Estado, e engloba os municípios de Adestina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.

O território apresenta condições climáticas heterogêneas, compreendendo áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Semiárido a Árido, com precipitações médias anuais variando de 700 a 800mm e 400 a 700 mm, respectivamente.

Os Neossolos Quartzarênicos Órtico compõem as classes de solos predominantes desse TI, chegando a 30% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Litólicos Eutrófico (20%).

Destaca-se no TI Semiárido Nordeste II a presença de quatro unidades geomorfológicas: Patamares Dissecados do rio Vaza-Barris, Pediplano Sertanejo, Tabuleiros do Itapicuru e Tabuleiros do Rio Real.

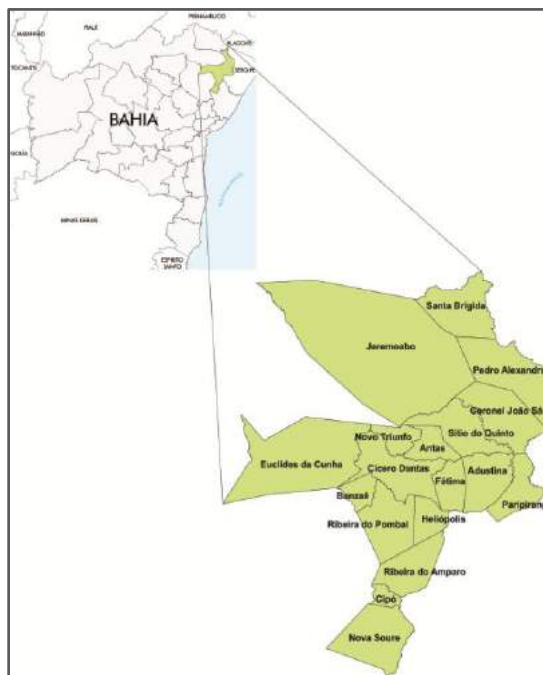


Figura 14 – Localização do Território de Identidade Semiárido Nordeste II no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Algumas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas cinco unidades de conservação, com 139.842 ha, 8,75% da extensão territorial do TI Semiárido Nordeste II. As unidades de conservação são de uso sustentável (ARIE Cocorobó, APA Serra Branca e RPPN Reserva Pousa das Garças), com exceção da Estação Ecológica Raso da Catarina, considerada área de proteção integral em virtude de suas particularidades ambientais. Dentre as unidades destacam-se a Estação Ecológica Raso da Catarina de competência federal e a APA Serra Branca/Raso da Catarina de competência estadual, ambas localizadas no município de Jeremoabo que possuem aproximadamente 65.136 ha e 67.233 ha respectivamente.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), há apenas duas associações pesqueiras na região localizadas no município de Adestina. O TI apresenta comunidades indígenas nos municípios de Banzaê e Euclides da Cunha e segundos dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificadas quatro comunidades remanescentes de quilombolas nos municípios de Cipó e Jeremoabo.

No que diz respeito à ocorrência de sítios arqueológicos, um estudo realizado por Comerlato (2007) identificou cerca de nove sítios evidenciando pinturas e abrigos sob-rocha na região de Santa Brígida. Quanto aos registros espeleológicos, foram identificadas quinze cavernas, inseridos no município de Paripiranga, na conformação de grutas e furnas composta por litologia calcária (CECAV, 2011).

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI do Semiárido Nordeste II possui como principal arranjo produtivo rural a apicultura.

A apicultura é caracterizada como atividade familiar, geralmente polivalente, com manejo do solo de baixo nível tecnológico em seus processos produtivos. Na avaliação global do Estado, os municípios de Jeremoabo e Ribeira do Pombal destacam-se em termos de produção de mel e valor da produção.

#### Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Semiárido Nordeste II apresenta 39 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Euclides da Cunha, com pouco mais de 30% dos empreendimentos levantados, e Ribeira do Pombal, com cerca de 20%. A partir desse mapeamento, aproximadamente 39% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Euclides da Cunha (5). Os segmentos que mais se destacam neste grupo são a fabricação de alimentos e bebidas (27%), de móveis e produtos de madeira (27%) e de vestuário e acessórios (27%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 28% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Euclides da Cunha (5). Neste, há destaque para empreendimentos voltados à construção de edifícios e serviços especializados para construção, embora o segmento que tem maior representatividade no grupo é o de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com quase metade dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 33% do total de indústrias existentes do Semiárido Nordeste II, com destaque para empreendimentos em Cipó e Euclides da Cunha, voltados à extração de pedra, areia e argila e de minerais metálicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 38% dos estabelecimentos.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de milho e mandioca, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Semiárido Nordeste II ocupa a 2ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, superado apenas pelo TI Bacia do Rio Grande, segundo os dados da PAM (IBGE, 2010a) a maior área entre os territórios da macrorregião Semiárido.

Segundo a PPM, o território possui 394,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática de pecuária extensiva, atividade de médio potencial poluidor. Os municípios de Jeremoabo, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha e Cícero Dantas destacam-se por concentrar em torno de 43% da quantidade de bovinos, em contraste com Cipó que aparece como o menos expressivo, com 7.400 cabeças. O TI Semiárido Nordeste II ocupa a 7ª posição na macrorregião semiárido, com 6,2% das cabeças de gado e a 12ª posição no estado, com 3,7% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em dois municípios, enquanto os equinos representam a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para os municípios de Coronel João Sá, Jeremoabo, Nova Soure e Pedro Alexandre, que representam quase 40% do total. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Jeremoabo e Pedro Alexandre. Na macrorregião semiárido, o TI Semiárido Nordeste II ocupa a 9ª e 8ª posições em criação de muares e equinos, sendo responsável também pelo sétimo maior rebanho de bubalinos da macrorregião.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (730,9 mil cabeças) e Ribeira do Amparo indica maior expressividade neste arranjo. A criação de ovinos ocorre em todos os municípios do TI, destaque para Euclides da Cunha com mais de 20% das 218,3 mil cabeças do território. A criação intensiva de caprinos e suínos também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 72.044 e 43.256 animais, respectivamente. Jeremoabo concentra quase 52% dos caprinos e 10% dos suínos do TI Semiárido Nordeste II.

O TI ocupa a 2ª posição em número de empreendimentos vinculados à agricultura familiar na Bahia, sendo superado apenas pelo TI Sisal. Em 2006, este território apresentou quase 56 mil estabelecimentos desse tipo, que se enquadram como médio potencial poluidor, concentrados principalmente em Paripiranga e Euclides da Cunha. Por outro lado, o município de Cipó possui o menor número do território, com 1.095 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Semiárido Nordeste II possui seis pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável do IQA em todos os pontos (rios Itapicuru e Vaza-Barris e Açude Adustina), exceto no município de Fátima (rio Real). Para o IET, encontra-se condição aceitável em apenas um ponto (rio Itapicuru), enquanto os outros variam de regular a crítica.

A população desprovida de acesso ao sistema de esgotamento sanitário e que não possuem outras alternativas de tratamento é mais elevada nos municípios Jeremoabo e Cícero Dantas. No entanto, proporcionalmente, o município de Antas tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território oito empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltados principalmente para indústria química e agroindústria, e concentrados nos municípios de Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal, respectivamente.

Com relação à qualidade do ar, o TI não apresenta nenhum município com população urbana maior que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação à frota de veículos e a qualidade do ar local. Não foram encontrados registros de indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, verificando-se apenas a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de calcário.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final,

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 13 municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Euclides da Cunha, Jeremoabo e Novo Triunfo.

A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, com cerca de 38% da área, e a cobertura vegetal é mais representativa, ocupando aproximadamente 62% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 39% da área do TI Semiárido Nordeste II. Com relação às áreas importantes para a conservação da biodiversidade, foram identificadas as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Sítio BAZE, Áreas Importantes para a Conservação das Aves - IBA e Áreas-chave para biodiversidade - KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Semiárido Nordeste II constataram-se 11 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre supressão de vegetação para fins agropastoris, atividade irregular de matadouro municipal e disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, especialmente em Antas, Euclides da Cunha e Jeremoabo, este último respondendo 55% das autuações levantadas no território. Não foram observadas autuações no território advindas do Ministério Público.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste do zoneamento para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito e melhoria do padrão de qualidade do produto e unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a implantação de programa de educação ambiental, inclusive para o homem do campo, criação de parques estaduais, reflorestamento do bioma caatinga e a descentralização das atividades de fiscalização e licenciamento ambiental. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a recuperação das principais rodovias que interligam os municípios do TI e melhoria das estradas vicinais.

### 2.3.15. TI Sertão do São Francisco

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Sertão do São Francisco, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 61.616,5 km<sup>2</sup>, equivalente a 10,9% do território do Estado e engloba os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Árido e Semiárido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 700 mm.

Os Neossolos Quartzarênicos Órtico compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando 25% dos solos existentes na região, seguido de Latossolos vermelho-Amarelos e Argissolos Vermelho-Amarelos.

Destaca-se no TI Sertão do São Francisco a presença de oito unidades geomorfológicas: Depósitos Eólicos, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serra do Boqueirão, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Tabuleiros do Itapicuru, Vão do São Francisco e Várzea e Terraços Aluvionares.

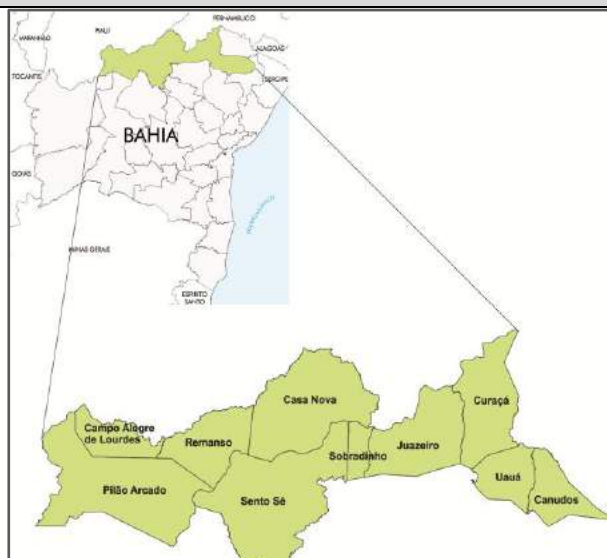


Figura 15 – Localização do Território de Identidade Sertão do São Francisco no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas três unidades de conservação, com 1.688.059 ha, correspondente a 27,40% da extensão do TI Sertão do São Francisco. As unidades de conservação são de uso sustentável e competência estadual, com exceção do Parque Nacional Serra das Confusões, de proteção integral e competência federal. Destaca-se a APA Lago do Sobradinho, que abrange uma área de aproximadamente 1.233.475 ha em torno de seis municípios.

O regime de propriedade “Fundo de Pasto” é um modelo de produção e gestão de recursos naturais que é uma importante fonte de estabilidade social e de preservação da história e cultura comunitária no território e abrange 259 comunidades.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em praticamente todo o território, estimando um universo de 13 comunidades pesqueiras artesanais. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados quatro comunidades remanescentes de quilombolas concentradas em Curaçá.

O Bahia Arqueológica identificou 73 sítios arqueológicos no território, predominantemente em Sento Sé, relevantes em arte rupestre e oriundos do período pré-colonial, como os sítios Grota do Batedor e Corrente caracterizados por pintura rupestre em rocha. No município de Curaçá destacam-se os sítios Serrote do Velho Chico, que é um abrigo de calcário que apresenta pinturas e gravuras rupestres; Curral Velho e Poço Grande que apresentam pinturas em rochas.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais importantes do TI Sertão do São Francisco são a caprinocultura/ovinocultura, a fruticultura irrigada e os cultivos de cana de açúcar e maracujá.

O arranjo da caprinocultura/ovinocultura é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar. Basicamente, este arranjo se constitui como uma atividade realizada para complemento de renda, com patamar tecnológico direcionado para a produção de carne e leiteira e manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico.

A fruticultura irrigada no território adota técnicas compatíveis com a exigência dos consumidores,

mantendo a inovação constante do processo, prática conhecida como a PIF (Produção Integrada da Fruticultura), eo manejo do solo é realizado com alto nível tecnológico, classificando-se no nível C.

A cana de açúcar é marcada pela produção de etanol, ainda que em escala pequena quando comparada ao cenário nacional. O sistema é cultivado em solos totalmente irrigados e o manejo conta com alto nível tecnológico, se classificando como nível C. O município de Juazeiro é o destaque do arranjo, realizando um projeto pioneiro no Brasil em implantação de uma usina produtora de açúcar e álcool.

O cultivo de maracujá é praticado com lavoura irrigada, por produtores familiares e pequenos e médios empresários e o manejo do solo é baseado em alto nível tecnológico.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Sertão do São Francisco apresenta 73 indústrias, a maior parte concentrada no município de Juazeiro, cerca de 90% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 49% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Juazeiro (33). Os segmentos que mais se destacam nesse gruposo os setores de impressão e reprodução de gravações (28%) e fabricação de produtos têxteis, vestuário e acessórios (28%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 26% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se também no município de Juazeiro (7).. Um dos segmentos de destaque do grupo é o de fabricação alimentos e bebidas, englobando 37% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 25% do total de indústrias existentes no TI Sertão do São Francisco, com destaque para empreendimentos em Juazeiro e Curaçá, voltados para a extração de pedra, areia e argila, e em Campo Alegre de Lourdes, que atuam na extração mineral para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos. Outro segmento representativo no território é o setor de fabricação alimentos, respondendo por 28% dos empreendimentos desse grupo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de cana de açúcar, coco, maracujá e fruticultura irrigada, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Sertão do São Francisco ocupa a 17ª posição em área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), e a 8ª posição na macrorregião semiárido.

Segundo a PPM, o território exibe 162,3 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre pecuária extensiva, atividade com potencial poluidor médio. Os municípios de Casa Nova e Remanso destacam-se por concentrar em torno de 34% da quantidade de bovinos, em contraste com Canudos que aparece como o menos expressivo, com 4.900 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Sertão do São Francisco ocupa a 16ª posição, com 2,5% das cabeças de gado, e a 23ª posição no estado, com 1,5% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios, com destaque para Casa Nova, Juazeiro, Pilão Arcado e Sento Sé, que juntos concentram 66% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo também em todos os municípios do território, especialmente em Juazeiro e Remanso, que possuem 41% do total. Não foi verificada a criação de bubalinos no território. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o Sertão do São Francisco ocupa a 13ª e 16ª posições em criação de muares e equinos, respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chamam atenção os grupos dos caprinos (1,06 milhões de cabeças) e dos ovinos (800 mil cabeças), com destaque para Casa Nova que possui maior expressividade nos arranjos mencionados. A criação de aves (557 mil cabeças) e a criação intensiva de suínos (87 mil animais) também ocorrem no território, com destaque mais uma vez para o município de Casa Nova, com 19% e 26%, respectivamente.

O número de empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Sertão do São Francisco a 9ª posição no estado. Em 2006, este território apresentou quase 32 mil estabelecimentos concentrados, principalmente, em Casa Nova e Pilão Arcado, com 35% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Sobradinho possui o menor número do território, com 342 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para

a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Sertão do São Francisco possui 10 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável de IQA em todos os pontos (rios Vaza-Barris, São Francisco, Curaçá e Salitre). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, apresentando condição regular em Canudos (rio Vaza-Barris), Juazeiro (rio Curaçá e Salitre) e Sobradinho (rio São Francisco).

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada no município de Juazeiro. No entanto, proporcionalmente, o município de Canudos tem um percentual maior de não atendimento.

O território possui 11 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais, especialmente associados à agroindústria.

Com relação a qualidade do ar, os municípios de Juazeiro e Casa Nova destacam-se negativamente devido à frota de veículos encontrada. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se as indústrias ligadas a produção de insumos químicos, localizadas em Juazeiro, e a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de amianto, calcário, cobre, cromita, cromo, dolomito, fosfato, granito, magnesita, mármore e migmatito.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que mais da metade dos municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Os municípios de Curaçá, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé possuem aterros sanitários para disposição final.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em oito municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Pilão Arcado e Remanso.

A análise de uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, com cerca de 19% da área, e a cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área aproximada de 76% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 70% da área do TI Sertão do São Francisco. Com relação às principais áreas para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Sítio BAZE, IBA e KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Sertão do São Francisco, constataram-se 19 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre lançamento *in natura* de efluentes domésticos e hospitalares em corpos hídricos, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e supressão irregular da caatinga, sendo Juazeiro o município com maior número de autuações (42%). Não foram observadas autuações provenientes do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à cana de açúcar e seus derivados, a criação de programa de desenvolvimento para assistência técnica, o fortalecimento das organizações de produtores, além da fiscalização nas barreiras fiscais para açúcar e etanol e na comercialização dos produtos derivados. Para o arranjo produtivo da fruticultura irrigada, demanda-se a ampliação do número de centrais de abastecimentos e criação de plataforma de logística.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a execução de projeto de revitalização da Bacia do Rio São Francisco e fomento à educação ambiental de forma contextualizada com o bioma caatinga. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a recuperação das principais rodovias que interligam os municípios do TI, com melhoria das estradas vicinais, e a implantação do sistema aquaviário.

### 2.3.16. TI Sertão Produtivo

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Sertão Produtivo, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 23.550,9 km<sup>2</sup>, equivalente a 4,2% do território do Estado e engloba os municípios de Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada das Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais em torno de 500 a 700 mm e 700 a 1.000 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 40% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos e Argissolos Vermelho-Amarelos que, juntos, estão presentes em aproximadamente 35% da área do território.

O TI Sertão Produtivo possui sete unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio de Contas, Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Vão do São Francisco e Serras Setentrionais.

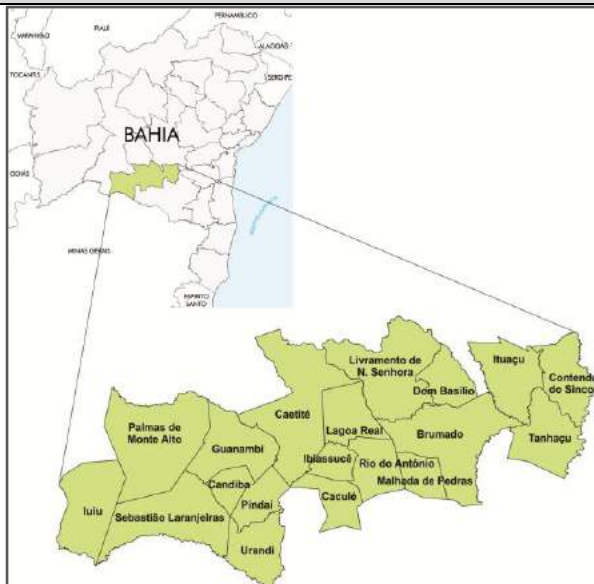


Figura 16 – Localização do Território de Identidade Sertão Produtivo no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas quatro unidades de conservação totalmente inseridas no território, com área de aproximadamente 58.365 ha, 2,48% da extensão territorial. A unidade de proteção integral Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos possui a maior área entre as demais e abrange os municípios de Urandi, Sebastião Laranjeiras, Pindaí, Candiba, Guanambi e Palmas de Monte Alto.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações de pescadores estão distribuídas nos municípios de Caculé, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora, estimando um universo de três comunidades pesqueiras artesanais. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados 18 comunidades remanescentes de quilombolas concentrados, principalmente, nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Caetité.

Com relação aos registros de sítios arqueológicos do Bahia Arqueológica, foram identificados oito sítios concentrados nos municípios de Caetité, Ituaçu, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Guanambi e Sebastião Laranjeiras. O município de Palmas de Monte Alto é responsável pelo maior número de registros arqueológicos, correspondendo a 38% do total levantado. Quanto à ocorrência de cavernas, os municípios de Caetité e Iuiú correspondem juntos a 80% do universo de 74 ocorrências no território (CECAV, 2011).

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

No TI Sertão Produtivo, os arranjos produtivos rurais mais significativos são a caprinocultura/ovinocultura, a fruticultura irrigada e os cultivos de maracujá e algodão.

O arranjo da caprinocultura/ovinocultura é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar. O patamar tecnológico é direcionado à produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico, classificado como nível B.

A fruticultura irrigada no território adota técnicas compatíveis com a exigência dos consumidores, mantendo a inovação constante do processo. Em Brumado ocorre a prática da lavoura irrigada voltada para o



agronegócio, mais com captações do Rio de Contas, entre outros. O manejo do solo é realizado com alto nível tecnológico, classificando-se no nível C, e progressivamente o sistema adota técnicas mais avançadas, sendo conhecida como a PIF (Produção Integrada da Fruticultura).

O cultivo de maracujá é praticado como lavoura irrigada, por produtores familiares e pequenos e médios empresários. Esse sistema se apropria de técnicas avançadas e o manejo do solo baseia-se em alto nível tecnológico, nível C.

O algodão é um arranjo produtivo rural consolidado na região no Cerrado, embora o TI Sertão Produtivo englobe dois municípios, Palmas de Monte Alto e Iuiú, que possuem valores de produção significativos no cenário global. Nesse território, o manejo do solo se baseia em alto nível tecnológico, nível C.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Sertão Produtivo apresenta 243 indústrias, a maior parte concentrada no município de Guanambi, com quase 40% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 47% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, centralizadas, principalmente, em Guanambi (56) e Brumado (18). Os segmentos que mais se destacam neste grupo são os relacionados à fabricação de produtos têxteis, de vestuário e acessórios, e de artigos de couro (38%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 21% do total dos empreendimentos mapeados, especialmente associados à fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, e concentram-se em sua maioria nos municípios de Guanambi (17) e Brumado (10). Nestes, se destacam atividades relacionadas à obras de geração e distribuição de energia elétrica, e em Brumado, tem notoriedade a construção de edifícios, recuperação de materiais metálicos e montagem de instalações industriais.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 32% do total de indústrias existentes do TI Sertão Produtivo e o segmento mais representativo é fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 60% dos empreendimentos. Em Brumado, é possível observar a extração de minerais não metálicos; em Tanhaçu há extração de pedra, areia e argila; e em Caetité, as atividades de extração de minério de ferro, de minerais radioativos e de manganês são mais evidentes.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de cana de açúcar, côco, maracujá e fruticultura irrigada, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Sertão Produtivo ocupa a 9ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), e possui área de média a alta dentre os territórios integrantes da macrorregião.

Segundo a PPM, o território possui 466,6 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a pecuária extensiva, atividade de potencial poluidor médio. Os municípios de Palmas de Monte Alto, Guanambi e Brumado destacam-se por concentrar em torno de 33% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Contendas do Sincorá aparece como o menos expressivo, com 8.198 cabeças. Na macrorregião semiárido, o TI ocupa a 4ª posição, com 7,3% das cabeças de gado, e a 8ª posição no estado, com 4,4% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para Brumado, Ituaçu, Rio do Antônio e Tanhaçu que concentram 55% do total de criações existentes no TI. A região não possui criação de bubalinos, em contraste com os equinos que representam a maior quantidade de cabeças do grupo e ocorrem também em todos os municípios, com destaque para os municípios de Tanhaçu e Brumado, que juntos concentram 23% do total de equinos. Em comparação com a macrorregião semiárido, o TI Sertão Produtivo ocupa a 4ª e 3ª posições em criação de muares e equinos, respectivamente.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (1,2 milhões de cabeças), com Caetité indicando maior expressividade neste arranjo. As criações de suínos (152,5 mil cabeças), caprinos (151,1 mil cabeças) e ovinos (111,6 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios, com exceção de ovinos em Candiba, e destacam-se Tanhaçu e Brumado que concentram juntos 19%, 46%, e 27%, respectivamente.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Sertão Produtivo a 3ª posição no estado, superado apenas pelos TIs Sisal e Semiárido Nordeste II. Em 2006, este território apresentou quase 44 mil estabelecimentos de agricultura familiar, mais concentrados em Caetité, Livramento de Nossa Senhora e Guanambi, que detém cerca de 30% do total, em contraste com Contendas do Sincorá que possui apenas 175 desses estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Sertão Produtivo possui oito pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, que revelam uma condição aceitável de IQA em todos os pontos (rios de Contas, Brumado, do Antônio, Ouriver e Caraíbas de Dentro, e a Lagoa de São Timóteo). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, apresentando condição crítica em Dom Basílio (rio Brumado) e Palmas de Monte Alto (rio Carnaíba de Dentro).

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento é mais elevada nos municípios de Guanambi, Brumado e Caetité.

Encontram-se no território 11 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais, voltados principalmente para mineração e concentrados na região de Brumado.

Em relação a qualidade do ar, os municípios de Guanambi e Brumado destacam-se negativamente devido à frota de veículos. A respeito das indústrias potencialmente poluentes do ar, destacam-se as de produção de cerâmica, localizadas em Caculé, e mineradoras na fase de concessão para extração de calcário, dolomito, fosfato, magnesita, manganês, quartzito e talco.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 11 municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Iuiú, Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras.

A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, com cerca de 58% da área, e a cobertura vegetal é menos representativa, ocupando uma área aproximada de 39% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 30% da área do TI Sertão Produtivo. Com relação às principais áreas para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço e KBA.

#### **\* Denúncias e demandas**

No TI Sertão Produtivo constataram-se quatro notificações apresentadas pelo Inema devido à disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, atividade mineradora clandestina e instalação industrial irregular, especialmente em Livramento de Nossa Senhora, com metade das autuações levantadas. Não foram observadas autuações provenientes do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo pela divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

Para o arranjo produtivo do algodão, ressalta-se a demanda de modernização e ampliação dos terminais portuários para atendimento das demandas, o desenvolvimento de parcerias e convênios e cooperação técnica para pesquisas aplicadas em ciência e tecnologia. Para a fruticultura irrigada, demanda-se a ampliação do número de centrais de abastecimentos e criação de plataforma de logística.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a criação de unidades de conservação em áreas de serra, a construção de viveiros de mudas para revegetação de áreas degradadas e a revitalização das bacias hidrográficas. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a ampliação e estruturação do modal aeroviário e investimento em infraestrutura viária, inclusive construção de estradas ecológicas.

### 2.3.17. TI Sisal

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Sisal, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 20.398,8 km<sup>2</sup>, equivalente a 3,6% do território do Estado e engloba os municípios de Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Semiárido a Subúmido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 800mm e 700 a 850mm, respectivamente.

Os Planossolos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 62% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Regolíticos Eutrófico e Latossolos Vermelho-Amarelos Distrófico Alumínico, que juntos, representam 20% de solos presentes no território.

Destaca-se no TI Sisal a presença de três unidades geomorfológicas: Pediplano Sertanejo, Tabuleiros do Itapicuru e Tabuleiros Interioranos.

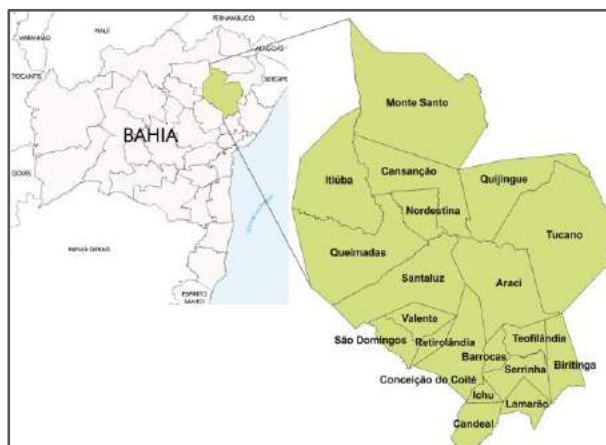


Figura 17 – Localização do Território de Identidade Sisal no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas três unidades de conservação com cerca de 535,74 ha, correspondente a 0,03% da extensão territorial do TI Sisal. As unidades de conservação são de uso sustentável e competência federal e estão contidas no município de Queimadas: RPPN Canto dos Pássaros que contempla aproximadamente 233,74 ha, RPPN Fazenda Morrinhos com 192 ha, e a RPPN Fazenda Piabas, abrange cerca de 110 ha deste território.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações, colônias e sindicatos de pescadores estão distribuídas em três municípios (Araci, Cansanção e Itiúba), estimando um universo de sete comunidades pesqueiras artesanais. Vale ressaltar também a existência de comunidades de fundo de pasto em Monte Santo, com 49 aglomerados. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados três comunidades remanescentes de quilombolas localizados nos municípios de Biritinga, Monte Santo e Nordestina.

Os estudos do Bahia Arqueológica identificaram dois registros de sítios arqueológicos em Monte Santo, denominados Serrote da Onça e Pedra do Índio e não foi verificada a existência de cavernas no território (CECAV, 2011).

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais importantes do TI Sisal são a apicultura, a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e sisal.

A apicultura no semiárido, especialmente neste território, tem sido estimulada por associações para diversificar a geração de renda e facilitar o financiamento de equipamentos para pequenos produtores. No entanto, o arranjo ainda caracteriza-se como atividade familiar, geralmente polivalente, com baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos.

A caprinocultura/ovinocultura é executada de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, constituindo atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para produção de carne e leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O milho é produzido com restrições hídricas, não tendo rendimentos físicos elevados. O principal agente é o

pequeno produtor familiar descapitalizado, que destina sua produção para subsistência ou para ração animal. O manejo do solo pouco evoluiu com relação à tecnologia, se mantendo classificado como nível A, no que diz respeito a insumos e operações.

O cultivo de sisal no Estado foi introduzido neste território, e sua produção caracteriza-se por ser fundamentalmente familiar, apesar de alguns registros de unidades de natureza empresarial, com manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, nível A. A maioria das unidades de produção é de pequeno porte, embora a Bahia represente 87% da produção de sisal brasileira, concentrada em sua maior parte na região semiárida baiana.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Sisal apresenta um total de 154 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Conceição do Coité, com pouco mais de 30% dos empreendimentos levantados, e Serrinha, com cerca de 20%. A partir desse mapeamento, aproximadamente 65% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Conceição do Coité (36), Serrinha (20), Tucano (13) e Valente (12). Os segmentos que mais se destacam neste grupo são os relacionados a fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (53%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 8% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria em Serrinha (5), com destaque para atividades de construção de edifícios nesse município. Os segmentos mais representativos neste grupo são o de fabricação de produtos metálicos (37%) e fabricação de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos (36%).

As indústrias com alto potencial poluidor representam 27% do total de indústrias existentes do TI Sisal e são representadas especialmente pelo setor de fabricação de produtos têxteis, respondendo por 51% dos empreendimentos desse grupo. Os municípios de Barrocas, Nordestina, Santaluz, Teofilândia e Tucano possuem indústrias extrativas classificadas nesse grupo. .

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de milho e sisal, considerados de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Sisal ocupa a 4ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a) e a 2ª posição na macrorregião semiárido, superado apenas pelo TI Semiárido Nordeste II.

Segundo a PPM, território possui 330 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática de pecuária extensiva, considerada de médio potencial poluidor. Os municípios de Tucano, Itiúba e Conceição do Coité destacam-se por concentrar em torno de 29% da quantidade de bovinos, em contraste com São Domingos que aparece como o menos expressivo, com 4.600 cabeças. O TI Sisal ocupa a 9ª posição na criação de gado na macrorregião semiárido, com 5,2% das cabeças e a 15ª posição no estado, com 3,1% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exhibe os menores números, ocorrendo apenas em dois municípios, já os equinos representam a maior quantidade de cabeças e ocorrem em todos os municípios do território, com destaque para Queimadas e Santaluz que representam quase 26% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Cansanção com 26% do total do rebanho. Na macrorregião semiárido, o TI Sisal ocupa a 12ª e 11ª posições em criação de equinos e muares respectivamente, além do quarto maior rebanho de bubalinos da macrorregião.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (862,1 mil cabeças) e dos ovinos (447,7 mil cabeças). Serrinha traz indicações de maior expressividade no primeiro arranjo mencionado com 20% do total, enquanto que Monte Santo concentra 25% dos ovinos do TI. A criação de caprinos (253,6 mil cabeças) e suínos (95,5 mil cabeças) ocorre em todos os municípios, porém com menor expressividade. O destaque mais uma vez é de Serrinha, com 16% do total de suínos, e Monte Santo, responsável por 34% das cabeças de caprinos.

O TI Sisal ocupa a 1ª posição em número de empreendimentos de agricultura familiar no estado, enquadrados como médio potencial poluidor. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 58 mil estabelecimentos de agricultura familiar, principalmente em Monte Santo, Tucano, Araci, Conceição do Coité e Cansanção, que detém mais da metade dos estabelecimentos familiares no território, em contraste com Ichu que possui o menor número do território, com 510 destes empreendimentos.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Sisal possui nove pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam condição aceitável de IQA na maior parte dos pontos, com condição crítica em Cansação (rio Jacrici) e regular em Quijingue (rio Quijingue). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, apresentando uma condição aceitável apenas em Lamarão (rio Joanes) e Tucano (rio Itapicuru).

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou outras fontes de tratamento se apresenta mais elevada nos municípios de Serrinha e Tucano. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Lamarão, Itiúba, Queimadas e também Tucano, detêm os maiores percentuais de não atendimento.

Encontram-se neste território quatro empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais, voltados principalmente para agroindústria.

Em relação a qualidade do ar, os municípios de Serrinha e Conceição do Coité se destacam negativamente devido à frota de veículos. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, observa-se uma empresa de produção de fibras têxteis em Conceição do Coité e a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de cobre, cromita, cromo, granito, minério de ouro e ouro.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição exceto Araci, São Domingos e Tucano que possuem aterros sanitários convencionais.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 17 municípios do território.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, com cerca de 36% da área, e a cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área de aproximadamente 64% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 26% da área do TI Sisal. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica e KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Sisal constataram-se 17 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre lançamento *in natura* de efluentes domésticos, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e instalação irregular de postos de combustíveis, além de casos isolados de supressão de vegetação, matadouro irregular em operação e extração ilegal de minério. As ocorrências estão uniformemente distribuídas nos municípios, destacando-se Biritinga, Conceição do Coité, Queimadas, Retirolândia e Valente. Não foram observadas autuações no território provenientes do Ministério Público.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA, ao fomento de implantação de armazéns gerais e disponibilização de cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

Para o arranjo produtivo do sisal demanda-se o aproveitamento de 100% das plantas; a promoção nacional e internacional das fibras naturais visando à conquista de novos mercados; ampliação da assistência técnica, incluindo defesa sanitária, manejo e questões ambientais e sociais das cadeias produtivas, e a comercialização dos produtos com certificação oficial.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a construção e recuperação de viveiros para produção e distribuição de mudas nativas para reflorestamento e a implantação de programa de recuperação dos mananciais e mata ciliares. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se construção e recuperação de terminais rodoviários, e construção e manutenção das estradas do território, inclusive as vicinais.

### 2.3.18. TI Vale do Jiquiriçá

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.287,0 km<sup>2</sup>, equivalente a 1,9% do território do Estado e engloba os municípios de Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 700 a 900 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 65% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos Vermelho-Amarelos que correspondem a 23% da área do território.

Destaca-se no TI Vale do Jiquiriçá a presença de cinco unidades geomorfológicas: Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serras Marginais e Maciço Central, Tabuleiros Interioranos e Tabuleiros Pré-litorâneos.

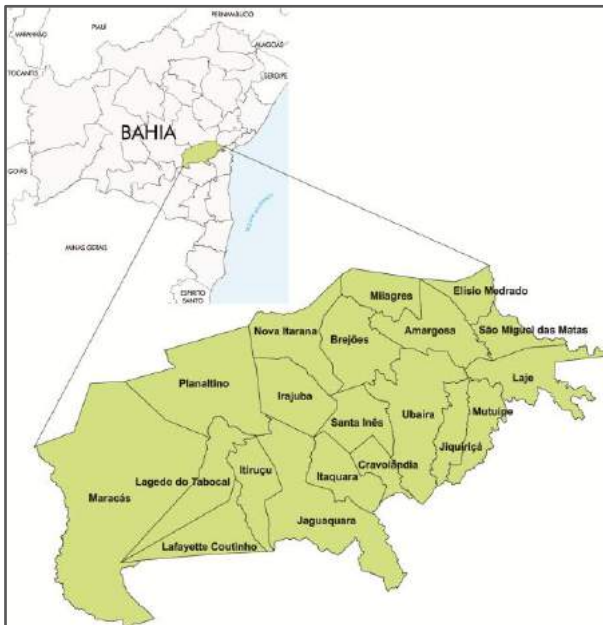


Figura 18 – Localização do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas duas unidades de conservação com aproximadamente 25.271 ha, correspondente a 2,46% da extensão do TI Vale do Jiquiriçá. As unidades de conservação são de uso sustentável, sendo a RPPN Fazenda Kaybí, localizada em Ubaíra, de competência federal, enquanto a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança é de competência estadual e abrange seis municípios em uma área de 25.266 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), há apenas uma associação pesqueira no TI Vale do Jiquiriçá, localizada no município de Maracás. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), não foram identificadas comunidades remanescentes quilombolas no território.

O Bahia Arqueológica identificou apenas um sítio arqueológico no território localizado em Milagres, denominado Pedra do Sino e cuja arte rupestre encontrada é associada a ocupações do período Pré-Colonial. Não foram identificados registros espeleológicos no território (CECAV, 2011).

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

No TI Vale de Jiquiriçá, os arranjos produtivos rurais mais expressivos são a avicultura integrada, a manicultura e o cultivo de maracujá.

A avicultura integrada se configura um importante arranjo produtivo na região, sendo o TI o maior detentor de cabeças do semiárido e o município de Jaguaquara o destaque do território. O manejo do solo se baseia em técnicas de médio nível tecnológico, se enquadrando no nível B.

O cultivo da mandioca se assinala como um processo produtivo rotineiro, de mão-de-obra familiar e manejo do solo baseado em médio nível tecnológico, nível B.

O cultivo de maracujá é praticado como lavoura irrigada por produtores familiares e pequenos e médios empresários, que adotam técnicas avançadas e alto nível tecnológico de manejo do solo, nível C.

#### Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Vale do Jiquiriçá apresenta 60 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Amargosa e Jaguaquara, com quase 30% e 15%, respectivamente. A partir desse mapeamento, aproximadamente 58% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Amargosa (11) e Jaguaquara (6). O segmento que mais se destaca neste grupo é o setor de fabricação de alimentos e bebidas (52%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor encontram-se dispersas no território e representam 22% do total dos empreendimentos mapeados, sendo a fabricação de alimentos e bebidas o maior representante do grupo, com quase 80% dos empreendimentos. Em Jiquiriçá e Maracás se destacam empreendimentos voltados para a construção de edifícios. As indústrias com alto potencial poluidor representam 20% do total de indústrias existentes do TI Vale do Jiquiriçá e a fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal, respondem por 59% dos empreendimentos do grupo. Os municípios de Lajedo do Tabocal e Maracás possuem indústrias extrativas (extração de pedra, areia e argila) de destaque.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de mandioca e maracujá, considerados de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Vale do Jiquiriçá ocupa a 19ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), e área relativamente baixa dentre os territórios da macrorregião semiárido.

Segundo a PPM, o território possui 279,7 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a pecuária extensiva, atividade de médio potencial poluidor. Os municípios de Maracás, Amargosa e Jaguaquara destacam-se por concentrar em torno de 38% da quantidade de bovinos, enquanto Jiquiriçá aparece como o menos expressivo, com 3.746 cabeças. O TI Vale do Jiquiriçá ocupa a 12ª posição na macrorregião semiárido, com 4,4% das cabeças de gado, e a 18ª posição no estado, com 2,6% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muare e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de. Há uma pequena quantidade de bubalinos apenas no município de Lafaiete Coutinho, caracterizando o TI como o segundo menos expressivo dentre os criadores na região do semiárido. Já a criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo ocorrendo em todos os municípios do Vale do Jiquiriçá. Destacam-se os municípios de Itiruçu, Jaguaquara e Maracás, que representam quase 45% do total de equinos no TI. A criação de muare exibe valores intermediários entre bubalinos e equinos, com destaque para Amargosa, Laje e Mutuípe com quase 39% do número de cabeças do TI. Na macrorregião semiárido, o Vale do Jiquiriçá ocupa a 3ª e 5ª posições em criação de muare e equinos, respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (1,487 milhões de cabeças) e Jaguaquara indica maior expressividade nesta arranjo. As criações de caprinos (89,5 mil cabeças), suínos (44,2 mil cabeças) e ovinos (33,9 mil cabeças) ocorrem em grande parte dos municípios, com destaque para Maracás, com 27% dos caprinos, Ubaíra, com 20% dos suínos, e Lajedo do Tabocal, com 22% dos ovinos.

O TI Vale do Jiquiriçá ocupa a 14ª posição em número de empreendimentos vinculados à agricultura familiar no estado, enquadrados como médio potencial poluidor. Em 2006, este território apresentou quase 23 mil estabelecimentos desse tipo, concentrados principalmente em Mutuípe, Ubaíra, Laje e Jiquiriçá. Por outro lado, o município de Sobradinho possui o menor número do território, com 56 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Vale do Jiquiriçá possui seis pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável de IQA em todos os pontos (rios Dona, Jiquiriçá, Ribeirão e Preto). Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando uma condição regular apenas em São Miguel das Matas (rio Dona) e em Mutuípe (rio Jiquiriçá).

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento de resíduos se apresenta mais elevada em Itaquara, Brejões, Jaguaquara e Milagres. No entanto, proporcionalmente, os municípios Itaquara e Brejões têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território cinco empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais, os quais estão voltados principalmente para agroindústria e concentrados nas regiões de Amargosa e Maracás.

Em relação à qualidade do ar, o município de Jaguaquara destaca-se negativamente devido à frota de veículos. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se estabelecimento ligado a produção de artefatos de couro, localizado em Amargosa, e presença de mineradoras nas fases de requerimento para extração de areia, saibro e cascalho.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que metade dos municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Os municípios Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Mutuípe, Planaltino e Santa Inês possuem aterros sanitários simplificados, enquanto Jaguaquara, Jiquiriçá e Ubaíra possuem aterros sanitários convencionais.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em oito municípios, ocorrendo em áreas dispersas do TI. A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para pecuária e agropecuária, com cerca de 55% e 22%, respectivamente, e a cobertura vegetal é menos representativa, ocupando uma área aproximada de 22% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 16% da área do TI Vale do Jiquiriçá. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA.

#### • Denúncias e demandas

No TI Vale do Jiquiriçá constataram-se 15 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre supressão da vegetação sem autorização ambiental e comercialização irregular de madeira e lenha, concentradas especialmente em Mutuípe e Ubaíra. O território possui também 41 autuações decorrentes principalmente da degradação de vegetação nativa, intervenção em áreas de preservação permanente e extração e comercialização ilegal de madeira, sendo Maracás o responsável por 66% de autuações levantadas no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da fruticultura irrigada, demanda-se a ampliação do número de centrais de abastecimentos e criação de plataforma de logística.

Para o arranjo produtivo da mandioca, a população requer a adequação da área de produção no zoneamento, acesso ao crédito ao produtor antes do plantio e a melhoria do padrão de qualidade do produto e unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a revitalização da Bacia do Vale do Jiquiriçá, além da instalação e implementação da gestão ambiental compartilhada. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se implantação de aeroporto nas proximidades do território, restabelecimento do transporte ferroviário e construção e manutenção da malha rodoviária do território.



### 2.3.19. TI Velho Chico

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Velho Chico, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 45.986,5 km<sup>2</sup>, equivalente a 8,2% do território do Estado e engloba os municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais em torno de 500 a 700 mm e 700 a 1.000 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 40% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos e Argissolos Vermelho-Amarelos que, juntos, estão presentes em aproximadamente 35% da área do território.

Destaca-se no TI Velho Chico a presença de nove unidades geomorfológicas: Chapadão Central, Depósitos Eólicos, Patamar do Chapadão, Pediplano Sertanejo, Serra do Boqueirão, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Serras Setentrionais, Vão do São Francisco e Várzea e Terraços Aluvionares.

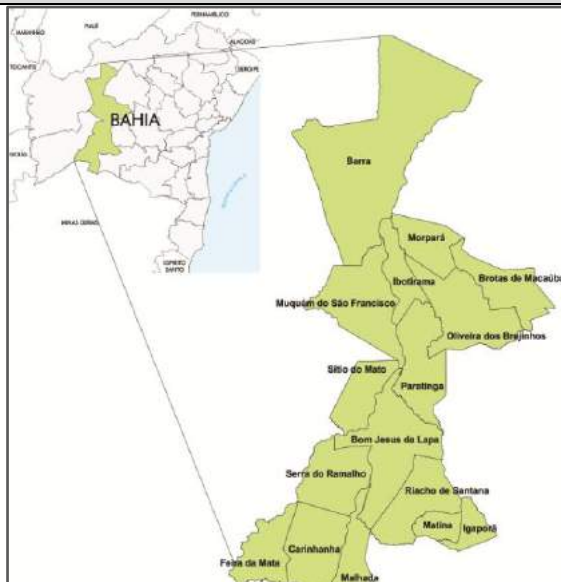


Figura 19 – Localização do Território de Identidade Velho Chico no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas oito unidades de conservação com cerca de 525.765 ha, correspondente a 11,43% da extensão do TI Velho Chico. A maioria das unidades de conservação é de uso sustentável, enquadradas como Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular de Patrimônio Natural, com exceção do Parque Estadual Verde Grande, de proteção integral. A unidade de conservação que mais se destaca é a APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, que abrange uma área de aproximadamente 511.083 ha, representando em percentual acima de 97% da área protegida do TI.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em praticamente todos os municípios, estimando um universo de 12 comunidades pesqueiras artesanais e a maior concentração de comunidades de pesca em águas continentais do Estado. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados 22 comunidades remanescentes quilombolas, localizadas principalmente nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Riacho de Santana.

No território, foram identificados 42 sítios arqueológicos em diversos municípios, registrados como arte rupestre, material cerâmico e lítico, cujo período está associado a ocupações humanas na fase Pré-colonial. Destacam-se os sítios Morro do Cruzeiro e Barragem Aguada, localizados em Brotas de Macaúbas; Gruta do Tamarindo, em Serra do Ramalho; assim como os instrumentos líticos encontrados em Pedra do Tapuia, localizada em Oliveira de Brejinhos. Outra característica relevante é a existência de cavernas, perfazendo-se um total de 81 registros e que se concentram predominantemente em Feira da Mata, Carinhanha e Serra do Ramalho.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais que mais se destacam no TI Velho Chico são os cultivos de soja e algodão.

Apesar do algodão ser um arranjo produtivo rural consolidado na região do cerrado, alguns municípios no território desenvolvem essa cultura, com manejo do solo baseado em alto nível tecnológico, nível C. Os principais municípios de destaque dentro do território são Serra do Ramalho e Malhada.

O cultivo da soja se faz presente na porção onde as condições físicas se assemelham às do Cerrado, ou seja, marginalmente ao norte do território, com destaque para o município de Serra do Ramalho. O manejo do solo é

baseado em técnicas de médio a alto nível tecnológico, classificando o manejo como nível B/C.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Velho Chico apresenta um total de 49 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Ibotirama, com cerca de 30% e 25%, respectivamente. A partir desse mapeamento, aproximadamente 30% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Bom Jesus da Lapa (6). O segmento que mais se destaca neste grupo é setor de impressão e reprodução de gravações (53%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 33% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Bom Jesus da Lapa (6) e Ibotirama (5). Os segmentos mais representativos são os setores de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com 38% dos empreendimentos, e de fabricação de alimentos e bebidas, com 37%. O município de Bom Jesus da Lapa apresenta ainda empreendimentos de obras de engenharia civil classificadas neste grupo.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 37% do total de indústrias existentes do TI Velho Chico, com maior representatividade para Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos, todos ligados à indústria extrativa. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos, respondendo por 61% dos empreendimentos.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de soja e algodão, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Velho Chico ocupa a 14ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010A) e uma área mediana entre a macrorregião semiárido.

Segundo a PPM, o território possui 645,6 mil cabeças de gado (PAM, 2010) e ocorre a prática da pecuária extensiva. Os municípios de Muquém do São Francisco e Serra do Ramalho destacam-se por concentrar em torno de 28% da quantidade de bovinos, enquanto Brotas de Macaúbas aparece como o menos expressivo, com 13.114 cabeças. O TI Velho Chico possui o segundo maior número de cabeças de gado da macrorregião semiárido (10,1% do total), sendo superado apenas pelo TI Médio Sudoeste da Bahia, e ocupa a 5ª posição no estado, com 6,1% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo todos os municípios do território, com destaque para Bom Jesus da Lapa e Riacho de Santana, que concentram 35% do total de criações existentes. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo também em todos os municípios e com maior notoriedade em Riacho de Santana e Serra do Ramalho, com 39% do total de equinos. Não foram observados registros de bubalinos na região. Na macrorregião semiárido, o TI Velho Chico ocupa a 8ª e 4ª posições em criação de muares e equinos, respectivamente.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (804,5 mil cabeças) e três municípios com mais de 100 mil cabeças: Paratinga, Riacho de Santana e Igaporã. As criações de suínos (114,2 mil cabeças), caprinos (87,4 mil cabeças) e ovinos (66,4 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, destacando-se em Bom Jesus da Lapa no primeiro arranjo mencionado e Oliveira dos Brejinhos nos outros dois.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Velho Chico a 10ª posição em número de estabelecimentos no estado, apresentando um número de médio a alto com relação aos outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 31 mil estabelecimentos concentrados, principalmente, em Paratinga, Barra e Serra do Ramalho, que detém cerca de 30% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Muquém de São Francisco possui o menor número, com 733 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais o TI apresenta nove pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, que revelam uma condição aceitável de IQA em todos os pontos (rio Paramirim, Caririnha, São Francisco, Grande e Corrente). Para o IET, as condições se encontram menos

favoráveis, apresentando condição regular em Oliveira dos Brejinhos (rio Paramirim) e Bom Jesus da Lapa (rio São Francisco), e crítica em Paratinga e Ibotirama (rio São Francisco em ambos).

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada nos municípios de Barra e Bom Jesus da Lapa. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Brotas de Macaúbas e Barra possuem percentual maior de não atendimento.

No território foi identificado um empreendimento industrial localizado no município de Barra que desenvolve atividade com potencial de poluição das águas superficiais.

Em relação à qualidade do ar, o município de Bom Jesus da Lapa destaca-se negativamente devido à frota de veículos encontrada. Não foram observadas indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar além de mineradoras na fase de requerimento de extração de areia, cascalho, quartzo, calcário, granito, conglomerado, água mineral e sienito.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 13 municípios deste território, estando concentradas especialmente em Barra e em menor proporção nos municípios de Muquém de São Francisco e Malhada.

A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, com cerca de 18% da área, seguido pela pecuária com 11%. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 70% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 57% da área do TI Velho Chico. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço e KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Velho Chico constataram-se oito notificações apresentadas pelo Inema que incidem sobre transporte de produtos perigosos, supressão da vegetação e ocupação em APP sem autorização ambiental, identificadas em Barra, Muquém de São Francisco, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a criação de unidades de conservação, o fortalecimento dos consórcios públicos na área ambiental, a implementação de programas de educação ambiental e a regularização da vazão dos rios locais. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a construção de um aeroporto em Bom Jesus da Lapa, construção e manutenção de estradas e construção e reforma de cais nas cidades ribeirinhas.

### 2.3.20. TI Vitória da Conquista

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Vitória da Conquista, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 27.275,6 km<sup>2</sup>, equivalente a 4,7% do território do Estado e engloba os municípios de Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 700 a 900 mm. Ainda sob domínio do clima semiárido em algumas regiões, há exceção no município de Presidente Jânio Quadros aonde chega a apresentar precipitações inferiores a 500 mm em determinadas épocas do ano.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 56% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos que correspondem a 30%.

Destaca-se no TI Vitória da Conquista a presença de oito unidades geomorfológicas: Depressão Itabuna Itapetinga, Patamares do Médio Rio de Contas, Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo, Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, Planalto dos Geraizinhos, Serras Marginais e Maciço Central e Serras Setentrionais.



Figura 20 – Localização do Território de Identidade Vitória da Conquista no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Registram-se poucas áreas no território que se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas duas unidades de conservação, com cerca de 52,70 ha, o que corresponde a apenas 0,06% da área total do território. As unidades de conservação são de uso sustentável, destacando a APA Serra do Ouro, que ocupa aproximadamente 44 ha no território. A RPPN Rio dos Monos é de competência Federal e está totalmente inserida em Barra do Choça, ocupando em torno de 9 ha do município.

Com relação a registro de povos e comunidades tradicionais, o município de Planalto possui cerca de 70 famílias na comunidade Cinzento que aguardam a titulação de terras. A comunidade destaca-se pela força de lideranças femininas e pelo desenvolvimento de trabalhos educacionais junto aos jovens, enquanto nas comunidades do Velame e de Sinzoca o destaque é a existência de grupos e vínculos Brasil-África.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados 27 grupos quilombolas, sendo que 16 comunidades estão localizadas em Vitória da Conquista. Segundo dados do Programa GeografAR do ano de 2011, estima-se um universo de cinco associações e comunidades pesqueiras.

Segundo dados do CECAV (2011), foram registradas 28 cavernas no município de Licínio de Almeida. Quanto ao levantamento de estudos realizados pelo Bahia Arqueológica, identificou-se apenas um sítio arqueológico em Licínio de Almeida, denominado Pedra Arenosa, com aspectos de pintura rupestre em rochas.

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Vitória da Conquista possui como principais arranjos produtivos rurais a apicultura, a avicultura integrada, a bovinocultura, a manicultura e o cultivo de café.

A apicultura é uma atividade familiar, geralmente polivalente, mantendo outras atividades complementares. O manejo do solo é classificado pelo baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos.

No arranjo da bovinocultura a pecuária de corte predomina e o manejo do solo adota técnicas de médio a alto nível tecnológico, nível B/C. O município de Vitória da Conquista é o destaque em número de cabeças de gado na região.

A cafeicultura é uma atividade de média a elevada complexidade tecnológica, com prática de técnicas de irrigação e o manejo do solo considerado como nível C. A atividade não envolve agricultores familiares, por exigir elevados investimentos e técnicas complexas do cultivo. O sistema produtivo é predominantemente tradicional e possui pouca elasticidade para expansão do arranjo devidoas limitações físicas.

O cultivo da mandioca se assinala como um processo produtivo rotineiro, com a mão de obra familiar e manejo do solo baseado em médio nível tecnológico, nível B. O destaque do território em área plantada e valor de produção é o Município de Cândido Sales.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Vitória da Conquista apresenta um total de 388 indústrias, a maior parte concentrada no município que dá nome ao território, o qual possui pouco mais de 85% dos empreendimentos levantados e engloba a maioria dos estabelecimentos de cada classe de potencial poluidor. A partir desse mapeamento, aproximadamente 58% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor e os segmentos que mais se destacam neste grupo são os de fabricação de alimentos e bebidas (31%) e fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e artigos e artefatos de couro (28%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 19% do total dos empreendimentos mapeados e os segmentos mais representativos são o de fabricação de alimentos e bebidas (33%) e de fabricação de minerais não metálicos e produtos de metal (32%). Em Vitória da Conquistahá destaque também para empreendimentos ligados a construção de edifícios, incorporação de empreendimentos imobiliários, obras e serviços especializados de engenharia civil, recuperação de materiais plásticos, obras de urbanização e obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicação.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 23% do total de indústrias existentes do TI. Os municípios de Anagé, Belo Campo, Encruzilhada, Guajeru, Licínio de Almeida, Piripá, Tremedal e Vitória da Conquista possuem indústrias extrativas que estão classificadas neste grupo. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados especialmente pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico, artefatos de minerais não metálicos, metalurgia e produtos de metal, respondendo por pouco mais da metade dos empreendimentos deste grupo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são os cultivos de café e mandioca, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Vitória da Conquista ocupa a 12ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010ae apresenta uma área média em relação aos TIs da macrorregião semiárido.

Segundo a PPM, o território possui 609,7 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática de pecuária extensiva. Os municípios de Vitória da Conquista e Ribeirão do Largo destacam-se por concentrar em torno de 31% da quantidade de bovinos, enquanto Maetinga aparece como o menos expressivo, com 6.027 cabeças. O TI Vitória da Conquista possui o terceiro maior número de cabeças de gado da macrorregião semiárido, totalizando 9,6% do total, e a 6ª posição no estado, com 5,7% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exhibe os menores números, ocorrendo em apenas quatro municípios, em contraste com a criação de equinos que representa a maior quantidade de cabeças do grupo e ocorre em todos os municípios do território, com destaque para os municípios de Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Aracatu e Tremedal que somam 38% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo e Encruzilhada. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Vitória da Conquista possui o rebanho mais expressivo nas criações de equinos e muares.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (1,78 milhões de cabeças) e Vitória da Conquista indica maior expressividade neste arranjo, com 42% do total do TI. As criações de suínos (147 mil cabeças), caprinos (129,2 mil cabeças) e ovinos (118,5 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios, com destaque para Anagé, com 11%, 18%, e 16% dos totais nos segmentos citados, respectivamente.

O TI Vitória da Conquista ocupa a 5ª posição em número de empreendimentos vinculados a agricultura familiar no estado, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 38 mil desses estabelecimentos, concentrados principalmente em Anagé, Aracatu, Barra do Choça,

Belo Campo e Bom Jesus da Serra, onde o conjunto detém cerca de 35% do total de estabelecimentos. Por outro lado, o município que dá nome ao território possui o menor número, com 614 destes estabelecimentos familiares .

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Vitória da Conquista apresenta quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema, os quais revelam uma condição aceitável de IQA em todos os pontos (rio Pardo e Gavião e córrego Lagoa de Baixo). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis em Encruzilhada e Ribeirão do Lardo (rio Pardo em ambos), e regulares em Vitória da Conquista (córrego Lagoa de Baixo) e Anagé (rio Gavião).

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada nos municípios Poções e Vitória da Conquista. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Ribeirão do Largo e Encruzilhada têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território seis empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais voltados principalmente para a agroindústria e concentrados nos municípios de Guajeru e Mortugaba. Destacam-se também dois empreendimentos em Vitória da Conquista, voltados para mineração e indústria química.

Em relação a qualidade do ar, os municípios de Vitória da Conquista e Poções destacam-se negativamente devido à frota de veículos existente. O TI não apresenta registros de indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, apenas ocorre presença de mineradoras nas fases de requerimento de extração de areia e de concessão de lavra de ametista, manganês, berilo, diatomito, bentonita, gema, gnaisse, granito e feldspato.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios Barra do Choça, Encruzilhada e Ribeirão do Largo possuem aterros sanitários simplificados e Vitória da Conquista conta com um aterro sanitário convencional.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 18 municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Cordeiros. A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agropecuária, ocupando cerca de 32% da área do território, seguido pela pecuária com 15% e agricultura com 5%. A cobertura vegetal é mais representativa, com área de aproximadamente 45% do território.

Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço IBA e KBA. A vegetação remanescente representa 27% da área do TI Vitória da Conquista.

#### ▪ **Denúncias e demandas**

No TI Vitória da Conquista, constataram-se quatro notificações apresentadas pelo Inema que incidem sobre a disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, instalação de postos de combustível sem licença ambiental e atividade mineradora irregular, localizadas em Cândido Sales, Vitória da Conquista, Encruzilhada e Aracatu Não foram observadas autuações provenientes do Ministério Público no território..

Das demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o café, destaca-se também o estabelecimento da câmara setorial como órgão direcionador na governança da cadeia do café na Bahia; a estruturação da oferta do café de acordo com as características especiais demandadas pelo mercado e financiamento para renovação de lavouras e novos plantios, com infraestrutura de qualidade.

Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se ampliação da área de produção no zoneamento, visando torná-la mais aderentes aquelas atualmente utilizadas por essa lavoura, permitindo que o produtor tenha acesso ao crédito antes do plantio e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, o que favorece ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações o desenvolvimento de campanha de educação ambiental, implantação do zoneamento ecológico-econômico no território, recuperação e preservação das

nascentes e construção de barragens. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se construção de novo aeroporto em Vitória da Conquista, construção e melhoria das estradas intermunicipais e implantação de plataforma logística.

### 2.3.21. TI Litoral Norte e Agreste Baiano

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, inserido na macrorregião litoral norte, compreende uma área de 14.516,9 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,5% do território, e engloba os municípios de Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouricangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real e Sátiro Dias.

O território apresenta condições climáticas heterogêneas, compreendendo áreas sob influência predominante de clima Subúmido a Seco, Úmido a Subúmido e Subúmido, com precipitações médias anuais variando de 800 a 1.000 mm, 1.300 a 2.000 mm e 1.000 a 1.200 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos Alumínico juntamente aos Argissolos Vermelho-Amarelos Distrófico compõem as classes de solos predominantes desse TI, chegando a 60% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Quartzarênicos (13%).

Destaca-se no TI Litoral Norte e Agreste Baiano a presença de nove unidades geomorfológicas: Borda Marinha, Pediplano Sertanejo, Planície Marinha e Fluvio-marinha e Tabuleiros (Costeiros, do Itapicuru, do Recôncavo, do Rio Real, Interioranos e Pré-litorâneos).



**Figura 21** – Localização do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Com relação às áreas legalmente protegidas, foram identificadas 13 unidades de conservação com cerca de 140.426 ha, correspondente a 9,67% da extensão do TI Litoral Norte e Agreste Baiano. Todas as áreas para conservação deste território são de uso sustentável, se destacando a APA Litoral Norte que contempla aproximadamente 137.866 ha de área, que equivale a 9,3% do TI. São presentes neste TI unidades caracterizadas como RPPN, ainda que em pequenas extensões, que têm como principal função a preservação dos recursos naturais e hídricos em propriedades privadas, como a RPPN Cajueiro, RPPN Fazenda Lontra/Saudade, RPPN Dunas de Santo Antônio e RPPN Agda.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em quatro municípios, estimando um universo de 10 associações e colônias de pescadores artesanais. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados 12 comunidades remanescentes de quilombolas, concentrados principalmente nos municípios de Mata de São João, Araçás e Alagoinhas.

Segundo dados do Bahia Arqueológica, não constam no território, registros de sítios arqueológicos, bem como áreas de preservação espeleológica (CECAV, 2011).

#### ▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

O TI Litoral Norte e Agreste Baiano possui uma pluralidade de arranjos produtivos rurais. Dentre estes os principais são: apicultura, avicultura integrada, bovinocultura, caprinocultura/ovinocultura, citricultura, manicultura, silvicultura, e ainda os cultivos de mamão, côco, milho e maracujá.

A apicultura no estado é caracterizada por ser uma atividade ligada à agricultura familiar com manejo do solo adotando técnicas de baixo nível tecnológico. O município de Inhambupe possui a maior produção de mel no território.

A avicultura integrada, em geral, é uma atividade complementar de grande interesse social. O capital social deste território é o segundo no Estado, contando com associações e cooperativas que integram cadeias produtivas competitivas. Existem ainda produtores que são associados aos frigoríficos no município de Sátiro Dias, onde este arranjo se destaca, assim como em Alagoinhas, Mata de São João e Entre Rios. O manejo do solo é classificado no nível B, portanto, se caracteriza pela adoção de um nível tecnológico médio.

No arranjo produtivo da bovinocultura predomina a pecuária extensiva, conduzida por pecuaristas semi-extrativistas dos recursos naturais. O manejo do solo é realizado adotando técnicas de baixo nível tecnológico, nível A, e o município de Rio Real possui o maior número de cabeças de gado do território.

A caprinocultura/ovinocultura é praticada em caráter de fundo de quintal ou como atividade complementar à bovinocultura ou equinocultura, com baixo nível tecnológico no manejo do solo e destaca-se no município de Mata de São João.

O cultivo de frutas cítricas neste território adota o processo produtivo semimoderno, onde as práticas culturais são em sua maioria manuais, exceto o preparo da terra, e o manejo do solo é realizado com médio nível tecnológico. Existe uma demanda por avanços nas esferas tecnológica e gerencial da cultura para melhoria da qualidade dos cítricos no território.

O coco é um cultivo prevalecente na faixa litorânea, com processo produtivo rotineiro e baixa utilização de insumos modernos e mecanização, normalmente ocorre limpeza e preparo do solo, plantio com mudas, tratamentos culturais e colheita manual. O manejo do solo é realizado com tecnologias de baixo e médio nível, sendo classificado nos níveis A e B. A implantação de indústria para o seu processamento não se justifica pelo fato do produto ser consumido *in natura*. Os destaques do território são os municípios de Acajutiba, Jandaíra, Esplanada e Conde.

O cultivo de mamão apresenta processos elaborados de pós-colheita e empacotamento, não sendo observada a participação de agricultores familiares devido à necessidade de bases tecnológicas mais avançadas. Apesar desse fato, o manejo do solo no território é considerado de nível tecnológico médio, enquadrando-se no nível B. Os municípios de Esplanada e Rio Real são os que apresentam maior valor da produção do mamão.

A manicultura utiliza uma mão de obra familiar, com pouca atividade assalariada e baixa utilização de mecanização e insumos modernos. Neste território não se apresenta expressivamente no agronegócio, configurando uma atividade complementar e consorciada com as lavouras comerciais. O manejo do solo se baseia em baixo nível de tecnologia, caracterizando-se como nível A.

O cultivo do milho consiste numa produção praticada em consórcio ou com restrições hídricas cujo manejo do solo é baseado em baixo nível de tecnologia, classificado como nível A. Os principais agentes são os pequenos produtores descapitalizados, que utilizam parte da produção para subsistência ou ração animal. O município de maior destaque em termos de área plantada e valor de produção é Sátiro Dias.

A silvicultura configura um arranjo altamente mecanizado e monocultor. Os maiores destaques no território para o cultivo do eucalipto visando a produção de celulose são Entre Rios, Aramari, Itanagra e Esplanada, enquanto Inhambupe e Ouriçangas destacam-se pela produção de madeira para outras finalidades. O manejo do solo utiliza alto nível de tecnologia, classificando-se no nível C.

O cultivo de maracujá está integrado com o processamento de suco concentrado visando comercialização no exterior, sendo um arranjo voltado para a verticalização. A participação de agricultores familiares é relevante neste arranjo e, quanto ao manejo de solo, este é considerado no nível B, por utilizar tecnologia de nível médio.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.



No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Litoral Norte e Agreste Baiano apresenta um total de 203 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Alagoinhas, com pouco mais de 35% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 48% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Alagoinhas (37) e Pojuca (10). O segmento que mais se destaca neste grupo, é a fabricação de móveis e produtos de madeira (38%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 21% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria em Alagoinhas (14) e Mata de São João (6). Destacam-se empreendimentos localizados em Alagoinhas, Catu e Mata de São João ligados a construção de edifícios, e para o último, incorporação de empreendimentos imobiliários. Em Olindina e Catu se observam empreendimentos voltados para instalações elétricas, e em Alagoinhas e Pojuca, obras de terraplenagem. Já em Entre Rios e Mata de São João, ressaltam-se os empreendimentos de recuperação de materiais e em Alagoinhas apenas de recuperação de materiais metálicos. Empreendimentos envolvidos com montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas e outros ligados a obras gerais de engenharia civil são vistos em Pojuca. Os segmentos que apresentam maior representatividade neste grupo, além dos já citados (36%), são o de fabricação de alimentos e bebidas, com 29% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 31% do total de indústrias existentes no TI Litoral Norte e Agreste Baiano. Os municípios de Alagoinhas, Catu, Crisópolis, Mata de São João, Olindina e Pojuca possuem empreendimentos ligados a indústria extrativa. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com 53% dos empreendimentos.

As atividades agrícolas que mais se destacam são as produções de citros, coco, mamão, mandioca, milho e maracujá e, em menor escala, a cana de açúcar, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Litoral Norte e Agreste Baiano ocupa a 8ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a).

Segundo a PPM (IBGE, 2010b), o território possui 363,1 mil cabeças de gado. Os municípios de Rio Real, Inhambupe e Entre Rios destacam-se por concentrar em torno de 25% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Aramari aparece como o menos expressivo, com 5.129 cabeças. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Litoral Norte e Agreste Baiano ocupa a 13ª posição, com 3,4% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em sete municípios, com destaque para Mata de São João e Pojuca que concentram 81% do total de criações existentes no território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios. Destacam-se também os municípios de Conde e Esplanada, que representam 25% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Esplanada.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (4,3 milhões de cabeças) com destaque para os municípios de Entre Rios e Alagoinhas, responsáveis por 49% da produção. O rebanho de suínos (63,7 mil) e ovinos (75,2 mil) estão distribuídos em todos os municípios do território, com maior expressividade nos municípios de Sátiro Dias e Itapicuru, respectivamente.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Litoral Norte e Agreste Baiano a 7ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, o território apresentou cerca de 36 mil estabelecimentos concentrados em Crisópolis, Rio Real, Itapicuru, Aporá e Itapicuru que somam mais da metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território, em contraste com o município de Cardeal da Silva que possui apenas 78 destes estabelecimentos familiares.

As atividades relacionadas com a silvicultura possuem diferentes potenciais poluidores associados. A extração de carvão vegetal faz-se presente no TI com 89.315 toneladas produzidas, e se enquadra como atividade de médio potencial poluidor, já a extração de madeira possui um potencial poluidor alto. No território foram registrados 221,5 mil m<sup>3</sup> de toras de madeira produzidas para outras finalidades e 2,1 milhões de m<sup>3</sup> de madeira em tora para papel e celulose. Destacam-se os municípios de Aramari, Entre Rios, Esplanada e Itanagra que somam quase 70% da madeira produzida no território de identidade.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Litoral Norte e Agreste Baiano apresenta 22

pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável de IQA em quase todos os pontos (rios Inhambupe, Subauma, Sauípe, Imbassaí, Pojuca, Jacuípe, Itapicuru e Real). Houve registro de condição crítica apenas em Itapicuru, no rio Real, para o parâmetro do IQA. Para o IET, as condições se encontram aceitáveis em Entre Rios e Mata de São João (rios Inhambupe, Subauma, Sauípe e Imbassaí), enquanto em Entre Rios, Pojuca, Olindina, Conde, Itapicuru e Rio Real (rios Subauma, Pojuca, Itapicuru e Real) indicam condição crítica.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada nos municípios Catu e Alagoinhas. No entanto, proporcionalmente, além de Catu, os municípios de Olindina e Aramari têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 30 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais voltados principalmente para indústria de madeira e concentrados no município de Esplanada. Destacam-se também empreendimentos voltados para indústria química, localizados em Catu, Alagoinhas e Pojuca.

Em relação à qualidade do ar, os municípios de Alagoinhas e Catu destacam-se negativamente devido à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, têm notoriedade as indústrias petroleiras, localizadas em Alagoinhas e Catu. Foram também identificadas mineradoras na fase de requerimento de extração de areia; fase de registro para extração de areia e cascalho; fase de lavra garimpeira de quartzo e fase de concessão de lavra para extração de água mineral e argila.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que a maioria dos municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Os municípios que se excetuam são Aporá, Conde e Itanagra com aterros sanitários simplificados e Alagoinhas, Catu, Mata de São João e Pojuca que possuem aterros sanitários convencionais.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 10 municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Itapicuru.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso predominante do solo é para agropecuária, com cerca de 44% da área, seguido pela agricultura com 14% e silvicultura com 8%. A cobertura vegetal é representativa, ocupando área total de aproximadamente 27% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 24% da área do TI Litoral Norte e Agreste Baiano. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA.

#### **- Denúncias e demandas**

No TI Litoral Norte e Agreste Baiano constataram-se 22 notificações apresentadas pelo Inema nos municípios de Conde, Jandaíra e Araçás que incidem basicamente sobre danos em Áreas de Preservação Permanente. As notificações advindas do Ministério Público respondem por 53 encaminhamentos, onde predominam atividades ilegais de extração, transporte e depósito de madeira e lenha; captura e depósito da fauna terrestre e pesca em período proibido, especialmente detectadas em Pojuca, Mata de São João e Conde, responsáveis por 85% das ocorrências levantadas no território.

Ente as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da fruticultura irrigada, demanda-se a ampliação do número de centrais de abastecimentos e criação de plataforma de logística.

Para o arranjo produtivo da citricultura, podem-se citar as mesmas demandas citadas para a fruticultura irrigada, a capacitação da gestão e o estabelecimento de uma legislação adequada para a agroindústria familiar.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a criação de um programa para revitalização de nascente de rios, bem como matas ciliares e represas, e o controle da expansão do plantio de eucalipto. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a revitalização da rede ferroviária, manutenção dos aeroportos de Esplanada e Cipó e construção de um aeroporto em Alagoinhas e ampliação dos serviços de telefonia móvel, internet e sinal de televisão.

### 2.3.22. TI Metropolitano de Salvador

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Metropolitano de Salvador, inserido na macrorregião Recôncavo-RMS, compreende uma área de 2.779,2 km<sup>2</sup>, equivalente a 0,5% do território do Estado e engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz.

Compreende área sob influência predominante de clima Superúmido a Úmido e Úmido, com precipitações médias anuais variando de 1.600 a 2.500mm e de 1.900 a 2.000 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos Alumínico compõem a classe de solos predominantes desse TI, chegando a 33% dos solos existentes na região, seguido de Espodosolos Humilúvicos e Latossolos Vermelho-Amarelos Alumínico.

Destaca-se no TI Metropolitano Salvador a presença de sete unidades geomorfológicas: Baía de Todos os Santos, Baixada Litorânea, Planície Marinha e Fluvio-marinha, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros do Recôncavo, Tabuleiros Pré-litorâneos e Várzea e Terraços Aluvionares.



Figura 22 – Localização do Território de Identidade Metropolitano de Salvador no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas dez unidades de conservação com cerca de 159.560 ha, correspondente a 57,41% da extensão do TI Metropolitano de Salvador. Todas as unidades de conservação do território são de uso sustentável e apenas duas delas são de competência federal.

A unidade de maior destaque é a APA Baía de Todos os Santos, que contempla 97.727 ha, correspondendo 61,25% das áreas protegidas deste TI. Vale destacar também as áreas de proteção ambiental que se situam a norte do território: APA Lagoas e Dunas do Abaeté, APA Joanes-Ipitanga e APA Lagoas de Guarajuba, que muitas vezes confrontando-se com áreas de expansão residencial e comercial.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e colônias de pesca artesanal estão distribuídas em praticamente todo o território, estimando um universo de 58 comunidades pesqueiras artesanais, que representam a maior produção pesqueira da toda faixa litorânea do estado, com destaque para Salinas de Margarida, Salvador e Vera Cruz. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), registram-se 10 comunidades remanescentes de quilombolas, localizados principalmente no município de Salvador (Ilha de Maré).

No levantamento de sítios arqueológicos feito pelo Bahia Arqueológica, não foram identificados registros no território. Com relação às cavernas, foi identificado apenas um registro no município de Candeias, denominado Gruta Aratu e cuja estrutura litológica é composta por arenito.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O arranjo produtivo rural mais expressivo no TI Metropolitano de Salvador é o cultivo de coco, concentrado na área litorânea de Camaçari e Lauro de Freitas, próximas às praias oceânicas e na orla da Baía de Todos os Santos. Quanto ao manejo do solo, este é baseado em médio nível tecnológico, podendo então ser classificado como nível B.

#### ▪ Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Metropolitano de Salvador apresenta o maior número de indústrias quando comparado a outros territórios, com um total de 2.317 empreendimentos, a maior parte concentrada nos municípios de Salvador (1.320), Lauro de Freitas (338), Camaçari (306) e Simões Filho (225). A partir desse mapeamento, aproximadamente 41% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios anteriormente citados, com destaque para a capital com 57% dos estabelecimentos classificados neste grupo. Os segmentos que mais se destacam são a fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e artigos e artefatos de couro (36%) e o setor de impressão e reprodução de gravações e fabricação de produtos diversos (21%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 31% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se mais uma vez nos municípios de Salvador (458), Lauro de Freitas (101) e Camaçari (85). O município de Salvador apresenta indústrias que atuam no setor de transmissão e distribuição de energia elétrica. Ainda na capital, em Camaçari e Simões Filho, é possível observar as atividades de recuperação de materiais metálicos e plásticos e de coleta de resíduos não perigosos. Especialmente em Salvador e também em Camaçari, Simões Filho, Candeias, Dias D'Ávila e Lauro de Freitas, as atividades ligadas à construção civil são bastante representativas. Todos estes setores citados anteriormente são responsáveis por 61% de todos os empreendimentos de médio potencial poluidor do TI Metropolitano de Salvador. Outro segmento que possui destaque neste grupo é a fabricação, manutenção, reparação e instalação de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos e equipamentos de informática (18%).

As indústrias com alto potencial poluidor representam 28% do total de indústrias existentes no TI Metropolitano de Salvador. Em termos proporcionais, o município de Simões Filho é o que possui o maior número de indústrias de alto potencial poluidor, com quase 60% dos seus empreendimentos. Em número, os municípios de Salvador e Camaçari são o destaque, com 225 e 143 empreendimentos, respectivamente. As atividades ligadas à indústria extrativista deste grupo estão presentes nos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. Com relação à geração de energia elétrica, a atividade pode ser observada em Camaçari, Candeias e Salvador. Em Salvador e Lauro de Freitas se observam empreendimentos associados à construção, especialmente relacionados ao saneamento básico. Ademais, os segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de borracha e material plástico, artefatos de minerais não metálicos, metalurgia e produtos de metal, respondendo por quase 50% do total. O setor de fabricação de produtos derivados do petróleo, de produtos químicos e farmacêuticos também se destaca, com 26% das indústrias de alto potencial poluidor.

A atividade agrícola que mais se destaca no território é a produção de coco, e com menos expressividade ocorre também a produção de mandioca, citros e cana de açúcar, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Metropolitano de Salvador ocupa a 27ª (última) posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), com apenas 0,05% da área destinada a esse uso no estado da Bahia.

O mapeamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia entre 2007 e 2009, identificou 15 empreendimentos de carcinicultura no território, sendo que 67% operam sem a licença ambiental (IMA, 2009). O município de Salinas da Margarida concentra oito empreendimentos de carcinicultura, quatro deles sem licença ambiental e Vera Cruz comporta seis empreendimentos, sendo apenas um deles licenciado. Verifica-se também a ocorrência de um empreendimento sem licença no município de Itaparica.

Segundo a PPM, o território possui 19 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática de pecuária extensiva, atividade de potencial poluidor médio. Os municípios de Candeias, Camaçari e Simões Filho destacam-se por concentrar em torno de 84% da quantidade de bovinos. Dentre os dois territórios da macrorregião Recôncavo-RMS, o TI Metropolitano de Salvador se situa em última posição em número de cabeças, com apenas 8% da quantidade de cabeças. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Metropolitano de Salvador é o menos representativo com relação à criação de bovinos.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo nos municípios de Candeias, Simões Filho, Dias D'Ávila, Salinas da Margarida e Camaçari, este último, concentrando 49% do total de criações existentes no território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo nos mesmos municípios onde ocorre a criação de muares, com destaque para o município de Camaçari com 42% do total. A criação de bubalinos apresenta valores intermediários entre muares e equinos e também é destaque em Camaçari. Dentre os dois TIs da macrorregião Recôncavo-RMS, o TI Metropolitano de Salvador possui números menos expressivos em todas as criações de alto potencial poluidor.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (328 mil cabeças) e Camaçari indica maior expressividade neste arranjo. A criação de suínos ocorre em quatro municípios do TI, destaque também para Camaçari com 44% das 15 mil cabeças do território. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 4.833 e 7.718 animais, respectivamente.

O TI Metropolitano de Salvador é o território que possui o número menos expressivo de empreendimentos vinculados à agricultura familiar no estado. Em 2006, este território apresentou apenas 1,9 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Mais da metade destes estabelecimentos concentram-se em Camaçari, enquanto Salvador, Madre de Deus, Vera Cruz e Itaparica possuem 13 ou menos estabelecimentos familiares cada.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Metropolitano de Salvador possui 17 pontos de monitoramento estabelecidos no Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável de IQA em cerca de metade dos pontos, estando estes localizados em sua maioria em Camaçari (barragem de Santa Helena e os rios Jacuípe, Capivara Pequeno, Petecada, Itaboatã, Joanes e Abaeté). Outros três pontos indicam condição regular em Lauro de Freitas, Simões Filho e Salvador (rios Joanes, Ipitanga e Jaguaribe), enquanto seis pontos indicam condição crítica em Candeias, Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas (rios São Paulo, Jacarecanga, Camaçari, Muriqueira, Ipitanga e Joanes). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis apenas em um ponto em Camaçari (rio Capivara) e regular em dois pontos também em Camaçari (rio Jacuípe e rio Itaboatã), enquanto todos os outros pontos indicam condição crítica.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada nos municípios Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. No entanto, proporcionalmente, além de Camaçari e Simões Filho, os municípios de Mata de São João, Vera Cruz e Candeias têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 241 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltadas principalmente para indústria química e concentradas nos municípios de Camaçari e Simões Filho.

Em relação a qualidade do ar, Salvador destaca-se negativamente por possuir a maior frota de veículos do Estado, como também os municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Dias D'Ávila e Vera Cruz. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se Camaçari com 40 das 62 indústrias consideradas na análise. O território possui também mineradoras nas fases de requerimento para extração de areia e na fase de concessão de lavra para extração de água mineral, argila, calcário, calcário conchífero, caulim, gnaisse, granulito, saibro, salgema e sílica.

Os municípios do TI possuem aterro convencional para disposição dos resíduos, exceto Salinas de Margarida que utiliza lixão como alternativa de destinação final, fator de risco para contaminação do solo.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em cinco municípios e concentradas especialmente em Camaçari e Dias D'Ávila.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal foi prejudicada no território pela ausência de informações em cerca de 19% da área. Entretanto, observou-se expressividade das atividades de agricultura e da influência urbana.

A vegetação remanescente representa em torno de 30% da área do TI Metropolitano de Salvador. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA.

#### ▪ **Denúncias e demandas**

No TI Metropolitano de Salvador constataram-se 62 notificações apresentadas pelo Inema, basicamente devido à instalação de empreendimentos imobiliários, obras de saneamento e operação de indústria química e petroquímica, especialmente em Salvador, Simões Filho e Camaçari. Entre as 27 notificações advindas do Ministério Público predominam irregularidades associadas à atividade da pesca, processamento e comercialização, destacando-se os municípios de Vera Cruz, Salvador e Camaçari, com 63% das ocorrências levantadas no território.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitação a desburocratização de licenciamento ambiental para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a construção de um novo terminal hidroviário e rodoviário em Vera Cruz a adequação do terminal marítimo de Salvador.

### 2.3.23. TI Recôncavo

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Recôncavo, inserido na macrorregião Recôncavo-RMS, compreende uma área de 5.221,1 km<sup>2</sup>, equivalente a 0,9% do território do Estado e engloba os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido (seguindo à porção oriental) e Úmido a Subúmido nas proximidades do rio Jacuípe, com precipitações médias anuais entre 1.200 a 1.800mm e 1.300 a 2.000mm, respectivamente. Em direção ao interior do território, observa-se clima Subúmido a Seco com precipitação médias anuais entre 700 e 900 mm.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos Alumínico compõem a classe de solos predominantes desse TI, chegando a 40% dos solos existentes na região, seguido dos Latossolos Amarelos Alumínico (24% da área do território).

Destaca-se no TI Recôncavo a presença de oito unidades geomorfológicas: Baía de Todos os Santos, Baixada Litorânea, Pediplano Sertanejo, Planície Marinha e Fluviomarina e Tabuleiros (Costeiros, do Recôncavo, Interioranos e Pré-litorâneos).

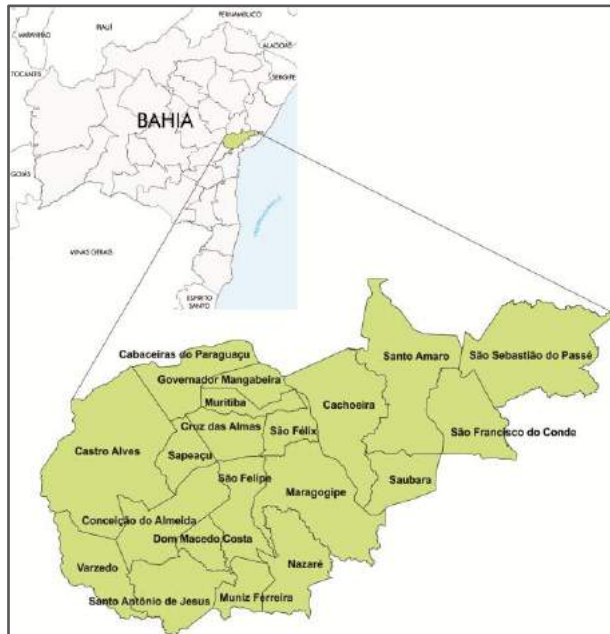


Figura 23 – Localização do Território de Identidade Recôncavo no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Muitas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas 11 unidades de conservação com área total de 68.628,25 ha, correspondente a 13,14% da extensão territorial do TI Recôncavo. As unidades de conservação são predominantemente de uso sustentável, com exceção do Monumento Natural dos Cânions do Subaé que é de proteção integral. Dentre as unidades de uso sustentável, vale ressaltar a APA Baía de Todos os Santos e APA Lago Pedra do Cavalo, com 29.043 ha e de 14.155 ha respectivamente, pela importância histórica e participação efetiva nos diálogos institucionais para preservação ambiental no Estado.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e colônias de pesca artesanal estão distribuídas em grande parte do território, estimando um universo de 34 comunidades pesqueiras, com destaque para Maragogipe, São Francisco do Conde e Santo Amaro. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados 32 comunidades remanescentes de quilombolas, concentrados principalmente nos municípios de Cachoeira e Maragogipe.

De acordo com o Bahia Arqueológica, não foram identificados sítios arqueológicos no território. Há apenas um registro espeleológico na região, denominada Toca do Acupe, localizado no município de Santo Amaro.

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais importantes para o TI Recôncavo são: avicultura integrada, bovinocultura, cacauicultura, caprinocultura/ovinocultura, citricultura e os cultivos de cana de açúcar, côco, dendê e mandioca.

A avicultura integrada voltada para o abate é mais atuante neste território, caracterizando a atividade como potencial para geração de renda de pequenos e médios estabelecimentos. Ocorreram mudanças técnicas, econômicas e sociais no arranjo, principalmente em decorrência da industrialização do abate de aves que determina uma cadeia

complexa e integrada (entrelaçamento de indústrias e instituições), compreendendo empresas de abate ou frigoríficos, empresas fornecedoras, empresas prestadoras de serviço, avicultores, instituições de pesquisa, financeiras e instituições públicas locais e estaduais. Quanto ao manejo do solo, este é realizado com técnicas de médio nível tecnológico, se classificando como nível B.

A criação de gado bovino se apresenta mais representativa nas áreas próximas à região norte do TI Baixo Sul. Existe o predomínio da pecuária extensiva em grandes propriedades de terra, conduzida por pecuaristas semi-extrativistas de recursos naturais. O manejo do solo se classifica como nível A, devido à prática de técnicas de baixo nível tecnológico.

O cacau não possui grande expressividade, já que não se constituiu em uma alternativa convincente frente a outros usos da terra. No município de Santo Amaro, o arranjo é consorciado com outras plantas, principalmente fruteiras, conhecido por sistemas agroflorestais. Pelo baixo nível de tecnologia aplicado ao manejo do solo, o cultivo do cacau se enquadra no nível A.

O cultivo da cana de açúcar é tradicional e está estagnado no território. A área ocupada para o plantio se encontra em nível máximo de uso das terras disponíveis e o manejo do solo é classificado como nível B/C, ou seja, se baseia em média a alta tecnologia. O município de Cachoeira se destaca nas variáveis área plantada e valor de produção da cana.

A caprinocultura/ovinocultura não é praticada de forma especializada, se constituindo como atividade de fundo de quintal ou complementar à bovinocultura ou equinocultura. Pelo próprio contexto, o manejo do solo não utiliza tecnologias aprimoradas, sendo considerado de nível A.

Para o arranjo citricultura é possível observar que pomares mais antigos e quase extintos estão sendo substituídos por mais novos, sugerindo uma re-estruturação setorial, visando atendimento do mercado interno de frutas frescas, como a laranja, e para exportação, caso do limão. O arranjo não possui o mesmo dinamismo encontrado em alguns territórios, devido a carência de instalações industriais para processamento de sucos. O manejo do solo é baseado em médio nível tecnológico, classificando-se, portanto, no nível B.

O cultivo do coco se destaca nos municípios de Santo Amaro, Saubara, Maragogipe, Itaparica e Vera Cruz. Atualmente não é a atividade principal do território e a medida que se afasta do litoral, aparece consorciada com outras frutíferas e com a bovinocultura. O manejo do solo se baseia em técnicas de médio nível tecnológico, se qualificando no nível B.

O dendê configura um arranjo praticamente abandonado neste território e, ainda que apresente números poucos expressivos quando comparado a outros TIs, o município de Cachoeira se destaca no território em área plantada e valor de produção. O nível de tecnologia utilizada no manejo do solo é considerado de baixo a médio, sendo enquadrado no nível A/B.

Em comparação com outras macrorregiões, o cultivo de mandioca no TI Recôncavo não tem uma grande expressão enquanto área cultivada. A cultura difunde-se por todo o território, com maior concentração ente Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus, compreendendo Conceição do Almeida e São Felipe. Nesta região se observa a utilização de mecanização e insumos modernos e é nela onde se obtém os rendimentos físicos mais elevados em média. Embora tradicionalmente seja uma região de cultivo de mandioca, a adoção de tecnologias inovadoras e a visão de mercado ainda é incipiente entre os produtores, fato traduzido pela baixa produtividade em vista do que é obtido experimentalmente. Dentro deste contexto, o manejo do solo está classificado como nível B, baseado em médio nível tecnológico.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Recôncavo apresenta um total de 281 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Santo Antônio de Jesus, com quase 45% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 53% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Santo Antônio de Jesus (79) e Cruz das Almas (20). Os segmentos que mais se destacam neste grupo, são o setor de fabricação de alimentos e bebidas (31%) e o setor de fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (29%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 20% do total dos empreendimentos mapeados e também se concentram em Santo Antônio de Jesus (12) e Cruz das Almas (11). Destacam-se estabelecimentos localizados em Santo Amaro (construção de edifícios e instalações elétricas), em Santo Antônio de Jesus (construção de edifícios, serviços especializados de construção, montagem de instalações industriais e estruturas metálicas), em São Francisco do Conde (montagem de instalações industriais e estruturas metálicas) e em São Sebastião do Passé (instalações elétricas, construção de edifícios e obras de acabamento). O

segmento que apresenta maior representatividade no grupo é a fabricação de alimentos e bebidas, com 37% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 27% do total de indústrias existentes no TI Recôncavo. Os municípios de Castro Alves, Conceição do Almeida, Nazaré, Santo Antônio de Jesus e São Sebastião do Passé possuem empreendimentos ligados a indústria extrativa, já Cachoeira e São Francisco do Conde, apresentam atividades ligadas à geração de energia elétrica. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelos setores de fabricação derivados do petróleo e de produtos químicos, respondendo por 28% dos empreendimentos, e pela fabricação de artefatos de material plástico, de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com 26% dos empreendimentos.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são a produção da cana de açúcar, coco, dendê, cacau, citricultura, manicultura, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Recôncavo ocupa a 21ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a) e é o mais expressivo em área cultivada na macrorregião Recôncavo RMS.

O mapeamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia entre 2007 e 2009, identificou seis empreendimentos de carcinicultura no território, sendo que cerca de 83% desses operam sem a licença ambiental, (IMA, 2009). O município de Santo Amaro possui quatro empreendimentos de carcinicultura, três irregulares e também em São Francisco do Conde e Saubara foram registrados empreendimentos sem licença ambiental para funcionar.

Segundo a PPM, o território possui 217,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e nele ocorre a prática de pecuária extensiva, atividade de potencial poluidor médio. Os municípios de Castro Alves e São Sebastião do Passé destacam-se por concentrar em torno de 28% da quantidade de bovinos, em contraste com Saubara que aparece como o menos expressivo, com apenas 1.120 cabeças. Dentre os dois territórios da macrorregião, o TI Recôncavo possui o maior número de cabeças e ocupa a 20ª posição no estado, com 2% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exibe os menores números (1,7 mil cabeças) e ocorre apenas no município de São Sebastião do Passé. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo e ocorre em todos os municípios do TI, com mais notoriedade em Castro Alves e Santo Amaro com mais de 2.000 cabeças cada. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em São Felipe. Dentre os dois TIs da macrorregião Recôncavo-RMS, o TI Recôncavo supera o Metropolitano de Salvador em quantidade em todas as criações de alto potencial poluidor.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (2,2 milhões de cabeças) e suínos (48,2 mil cabeças). Os municípios de maior expressividade nos arranjos mencionados são Cachoeira e São Felipe, respectivamente. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 12.826 e 35.297 animais, respectivamente.

O TI Recôncavo ocupa a 11ª posição em número de empreendimentos vinculados à agricultura familiar no estado, se destacando também na macrorregião Recôncavo-RMS. Em 2006, este território apresentou cerca de 28,5 mil estabelecimentos, enquadrados como médio potencial poluidor, concentrados em Maragogipe, Cabaceiras do Paraguaçu e São Felipe que somam 34% dos estabelecimentos de agricultura familiar do território..

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Recôncavo possui 11 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável de IQA em quase todos os pontos, localizados em Nazaré, São Sebastião do Passé, Santo Amaro e Cachoeira (rios Jaguaripe, Jacuípe, Subaé, Joanes, Lamarão e Paraguaçu). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis apenas em um ponto em São Sebastião do Passé (rio Lamarão) e regular em outros cinco pontos localizados em Nazaré, Santo Amaro e Cachoeira (rios Jaguaripe, Subaé, Pitinga e Paraguaçu), enquanto os restantes indicam condição crítica.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada em Santo Antônio de Jesus, Nazaré e Santo Amaro. No entanto, proporcionalmente, além de Nazaré e Santo Antônio de Jesus, o município de Castro Alves tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 23 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltados principalmente para indústria química e concentrados no município de Santo Antônio de Jesus.



Em relação a qualidade do ar, os municípios de Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Santo Amaro e São Sebastião do Passé destacam-se negativamente devido à frota de veículos encontrada. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a fabricação de artefatos cerâmicos e de couro, localizados em Governador Mangabeira, Castro Alves e Cachoeira; além da presença de mineradoras na fase de requerimento para extração de saibro, areia, argila, calcário, calcário conchífero, gnaiss e manganês e de lavra garimpeira de quartzo.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, como em Castro Alves, Conceição do Almeida, Muniz Ferreira, Nazaré e Varzedo que apresentam lixão como alternativa de disposição dos resíduos. Os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e Saubara possuem aterros sanitários simplificados e os demais contam com aterros sanitários convencionais.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 11 municípios deste território, com poucos focos registrados.

A análise do uso da terra e a cobertura vegetal revelou que o uso predominante do solo é para agropecuária, com cerca de 16% da área, seguido pela pecuária com 11% e agricultura com 5%. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 55% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 15% da área do TI Recôncavo. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Recôncavo constataram-se 36 notificações apresentadas pelo Inema, basicamente devido a intervenções na malha viária e instalação inadequada de aterros sanitários, aplicadas especialmente em São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Santo Antônio de Jesus. As 31 notificações provenientes do Ministério Público são relacionadas ao transporte ilegal de madeira e lenha ou a pesca em período ou locais proibidos e foram identificadas em sua maioria em Santo Antônio de Jesus, Maragogipe e São Francisco do Conde, correspondendo a 81% das ocorrências levantadas.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da citricultura, podem-se citar a ampliação do número de centrais de abastecimentos, criação de plataforma de logística, capacitação da gestão e o estabelecimento de uma legislação adequada para a agroindústria familiar.

A respeito da cana de açúcar e seus derivados, sugere-se a criação de programa de desenvolvimento para assistência técnica e o fortalecimento das organizações de produtores, assim como a fiscalização nas barreiras fiscais para açúcar e etanol e na comercialização dos produtos derivados. Para o arranjo produtivo da mandioca demanda-se o ajuste do zoneamento da produção para tornar o crédito mais oportuno e a melhoria do padrão de qualidade do produto e unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a ampliação de projetos de revitalização de nascente de rios e matas ciliares, criação da unidade de conservação da Serra da Jibóia e inclusão de educação ambiental no currículo escolar. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a revitalização da linha ferroviária, melhoria da infraestrutura do modal aeroviário, ampliação dos serviços de telefonia móvel, internet e sinal de televisão e incentivo do transporte marítimo entre Salvador e Maragogipe.

### 2.3.24. TI Baixo Sul

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Baixo Sul, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 7.695,2 km<sup>2</sup>, equivalente a 1,3% do território do Estado e engloba os municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.

Compreende área sob influência do clima Úmido a Superúmido na porção costeira do território e Subúmido a Úmido na porção ocidental, com precipitações médias anuais entre 2.000 e 2.500 mm e 1.100 e 2.000 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelhos-Amarelos compõem a classe de solos predominantes desse TI, seguido dos Argissolos Vermelhos-Amarelos e dos Latossolos Amarelos, além dos Espodossolos Hidromórficos e os Neossolos Quartzarênicos.

Destaca-se no TI Baixo Sul a presença de sete unidades geomorfológicas: Baía de Todos os Santos, Planície Marinha e Fluvio-marinha, Serras e Maciços Pré-litorâneos, Serras Marginais e Maciço Central, Tabuleiros Interiores e Tabuleiros Pré-litorâneos.



Figura 24 – Localização do Território de Identidade Baixo Sul no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas 12 unidades de conservação com cerca de 383.107 ha, correspondente a mais de 50% da extensão territorial do TI Baixo Sul. Com exceção da Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, as unidades de conservação são de uso sustentável e destacam-se as RPPNs: Ouro Verde, Tuim, Reserva Fugidos, Jatobá e Fazenda Água Branca.

Com relação ao registro de povos e comunidades tradicionais, observa-se no município de Camamu presença de integrantes da nação indígena Pataxó Hã-hã-hãe, com aproximadamente 65 habitantes inseridos em área de aproximadamente 305 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em praticamente todo o território, estimando um universo de 95 comunidades pesqueiras artesanais e a segunda maior produção pesqueira da faixa litorânea do estado. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados 38 comunidades remanescentes quilombolas concentradas principalmente nos municípios de Camamu, Valença e Cairu.

Nos municípios de Camamu, Igrapiúna e Jaguaripe foram identificados 154 sítios arqueológicos, relevantes em estruturas construtivas e artefatos de cerâmica e sambaquis, associados a ocupações do período Pré-Colonial.

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais que mais se destacam no território são dendê, cacau, borracha, mandioca e gado bovino. O cultivo do cacau configura-se em patamar tecnológico voltado para o sistema patronal convencional com atuação de agricultores familiares polivalentes e manejo do solo com técnicas de baixo e médio nível tecnológico.

O cultivo do dendê é o arranjo mais expressivo do território, influenciando até a nomenclatura da região no setor turístico - Costa do Dendê. Ainda que se observem unidades de processamento do dendê, o cultivo está voltado

para minicadeias produtivas e comerciais com pouco adensamento, atuação de agricultores familiares e processamento artesanal. Deste modo, o manejo do solo perpassa pelos níveis A (baixo nível tecnológico) e B (nível tecnológico médio).

A heveicultura adota dois processos de produção distintos, mas que se integram: o primeiro voltado para beneficiamento do látex por grandes corporações e o segundo conduzido por médios e pequenos produtores, muitos deles fornecedores de grandes indústrias. Por tratar-se de cultura permanente pode ser inserida em consórcio com outras espécies e observa-se que não tem ocorrido a ocupação de extensas áreas ou demandas de expansão para novas áreas. O arranjo adota técnicas de manejo do solo com médio nível tecnológico.

O manejo do solo para a manicultura, cultivo de mandioca, oscila entre os níveis B (nível tecnológico médio) e C (alto nível tecnológico). Entretanto, predomina o processo produtivo com baixa utilização de mecanização e insumos modernos, exceto em Presidente Tancredo Neves, onde se observa a prática do cultivo em caráter experimental para o beneficiamento e industrialização, com tendências para verticalização do arranjo.

A bovinocultura adota baixo nível tecnológico do solo e apresenta pouco dinamismo a noroeste do território, com desempenho inferior a outras regiões do estado. A pecuária extensiva predomina em grandes propriedades de terra, assim como o semi-extrativismo para criação e engorda.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Baixo Sul apresenta um total de 106 indústrias, a maior parte concentrada no município de Valença, com quase metade dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, mais de 50% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município citado. Os segmentos que mais se destacam no grupo são os setores de alimentos (37%), de impressão e fabricação de produtos diversos (21%) e de roupas e vestuário (17%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 28% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria em Valença (13) e Ituberá (5). Os segmentos com mais notoriedade no grupo são a fabricação de alimentos e óleos vegetais (63%) e a fabricação de estruturas metálicas (27%).

As indústrias com alto potencial poluidor representam 17% do total de indústrias existentes do TI Baixo Sul, destacando-se um empreendimento em Valença voltado à extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelos setores de fabricação de artefatos de borracha e plástico, de minerais não metálicos e metalurgia, que juntos representam 55% das 18 indústrias do grupo.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são cacauicultura, dendeicultura, manicultura e heveicultura, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O Baixo Sul ocupa a sétima posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a) e na macrorregião perde apenas para o TI Litoral Sul.

O mapeamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia entre 2007 e 2009, identificou 29 empreendimentos de carcinicultura no território, 58% desses sem a licença ambiental (IMA, 2009). Jaguaripe concentra 18 empreendimentos de carcinicultura, sendo que dez empreendimentos não possuem licença ambiental para funcionar. Nilo Peçanha e Valença comportam quatro empreendimentos em cada, sendo que no primeiro não há atividade licenciada e no segundo, apenas um empreendimento não seguiu os procedimentos legais para a devida operação.

Segundo a PPM, o território possui 64 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática da pecuária extensiva, atividade de médio potencial poluidor. Os municípios de Valença e Wenceslau Guimarães destacam-se por concentrar em torno de 32% da quantidade de bovinos, em contraste com Cairu que aparece como o menos expressivo, com apenas 210 cabeças. O Baixo Sul é o terceiro território menos representativo com relação à criação de bovinos na Bahia e ocupa última posição em número de cabeças dentre os quatro territórios da macrorregião Litoral Sul.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exhibe os menores números, ocorrendo nos municípios de Camamu, Piraí do Norte, Taperoá, Valença e Jaguaripe; este último, concentrando 52% do total do território. A criação de muares representa maior quantidade de cabeças do grupo e ocorre em todos os municípios do TI Baixo Sul, com destaque para o município de Valença que possui 32% do total de muares do TI. A criação de equinos apresenta valores intermediários entre bubalinos e muares e também é destaque em Valença. Em comparação com os quatro TIs da macrorregião Litoral Sul, o Baixo Sul supera o Litoral Sul e Extremo Sul em quantidade de equinos.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (811 mil

cabeças) e suínos (53 mil cabeças) e Valença traz indicações de maior expressividade nos arranjos mencionados. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 1.065 e 1.285 animais, respectivamente.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar enquadrado como médio potencial poluidor, conferem ao TI Baixo Sul a 14ª posição em número de estabelecimentos no território, sendo ele o que mais se destaca na macrorregião Litoral Sul. Em 2006, este território apresentou cerca de 22 mil estabelecimentos de agricultura familiar, concentrados em Wenceslau Guimarães, Presidente Tancredo Neves e Valença, detemos quais somam quase metade dos estabelecimentos citados. Por outro lado, o município de Cairu possui apenas 47 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Baixo Sul possui cinco pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam uma condição aceitável do IQA em todos os pontos (rios Dona, Jiquiriçá, Una, Almada e Preto). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis também em todos os pontos, exceto em Jaguaripe (rio Dona), com condição regular.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada nos municípios Valença, Gandu e Ituberá.

Encontram-se neste território 14 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltados principalmente para agroindústria e concentrados em Valença.

Em relação a qualidade do ar, o município de Valença destaca-se negativamente devido à frota de veículos encontrada. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a fabricação de artigos têxteis, também em Valença, e a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de anidrita, barita, dolomito, gipsita e salgema.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que grande parte dos municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Ibirapitanga, Ituberá, Nilo Peçanha e Taperoá possuem aterros sanitários simplificados e Camamu conta com aterro sanitário convencional, para disposição final dos resíduos.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 10 municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Valença.

A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso predominante do solo é para pecuária, seguido pela agricultura com 14%.

A vegetação remanescente representa em torno de 35% da área do TI Baixo Sul. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA.

#### ▪ **Denúncias e demandas**

No TI Baixo Sul existem 54 notificações apresentadas pelo Inema referente a irregularidades em diversas atividades, dentre elas a exploração mineral (areia), disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, construção de edificações (bares, loteamentos e domicílios) em área ambientalmente protegidas por lei e serrarias/carpintarias em operação indevida. As 92 notificações provenientes do Ministério Público correspondem transporte e venda irregulares de madeira e lenha, pesca irregular ou proibida, degradação da vegetação nativa e intervenção em APP. Observa-se que quase todos os municípios (93%) foram notificados por atividades que interferem negativamente seus recursos naturais, com exceção do município de Ibirapitanga onde não se constataram autos do Inema ou do Ministério Público.

Ente as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura para o tema mandioca, destacam-se as reivindicações com relação ao ajuste do zoneamento para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas. Para o arranjo produtivo do cacau, pode-se citar o desejo pela promoção do cacau brasileiro e do chocolate, associado à saúde humana e sustentabilidade, fortalecimento de cooperativas e a repactuação dos passivos oriundos do programa de recuperação da lavoura cacauzeira da Bahia.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitação o fortalecimento da gestão ambiental no

território. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a reativação do aeroporto de Valença, melhoria da infraestrutura de acesso às comunidades rurais, ampliação da cobertura dos serviços de telefonia móvel e internet e manutenção das rodovias.

### 2.3.25. TI Costa do Descobrimento

#### Aspectos gerais

O Território de Identidade Costa do Descobrimento, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 12.132,1 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,1% do território do Estado, e engloba os municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido (no litoral) e Úmido e Subúmido na região central do território, com precipitações médias anuais entre 1.200 a 1.900 mm e 1.150 a 1.400 mm, respectivamente. Ao norte, observa-se clima Subúmido a Seco com precipitação anual variando de 950 a 1.300mm.

Os Latossolos Amarelos Alumínico compõem a classe de solos predominantes desse TI, chegando a 52% dos solos compostos na região, seguido dos Latossolos Vermelhos-Amarelos e Argissolos Vermelho-Amarelos.

Destaca-se no TI Costa do Descobrimento a presença de seis unidades geomorfológicas: Bloco Montanhoso Santo Antônio do Jacinto – Jucuruçu, Depressão Itabuna Itapetinga, Planície Marinha e Fluviomarinha, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros do Rio Pardo e Tabuleiros Pré-litorâneos.

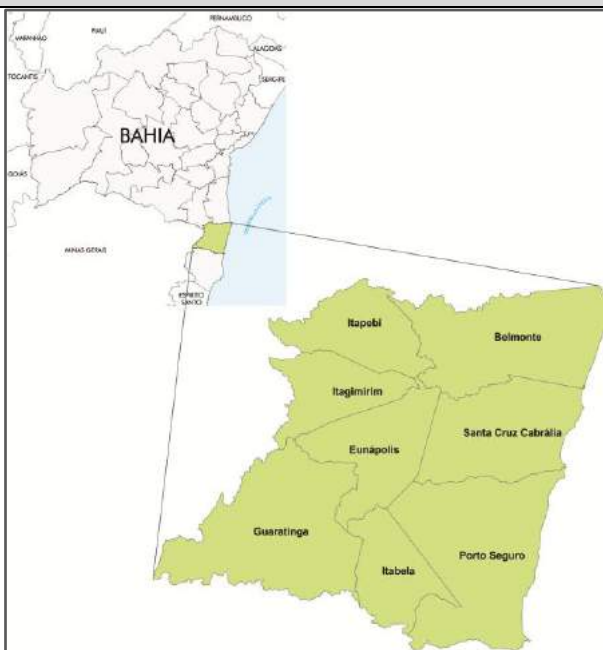


Figura 25 – Localização do Território de Identidade Costa do Descobrimento no estado da Bahia

#### Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas 35 unidades de conservação, concentradas especialmente na zona litorânea do TI. Aproximadamente 10% da área do território têm algum tipo de proteção de caráter estadual ou federal, o que totaliza cerca de 124.796 ha. As unidades se dividem quase igualmente em uso sustentável e proteção integral, e se destaca a APA Santo Antônio com aproximadamente 25.800 há, inserida nos municípios de Belmonte e Santa Cruz Cabrália .

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em dois municípios, estimando um universo de três colônias e uma associação de pescadores artesanais. De acordo com o Projeto GeografAR e CDA (2012), não foram identificadas comunidades remanescentes quilombolas neste território.

Os estudos do Bahia Arqueológica constatou 51 sítios arqueológicos em Porto Seguro, Itapebi e Santa Cruz Cabrália, cujos utensílios remetem a sambaquis, estruturas construtivas e cerâmicas oriundos de períodos pré e pós colonização. Em Itapebi, foi identificada uma unidade espeleológica na localidade Fazenda Terezinha, denominada Toca do Cacau Grande.

#### Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

No TI Costa do Descobrimento, os arranjos produtivos rurais de destaque são a bovinocultura, a heveicultura, a silvicultura e o cultivo de mamão.

A bovinocultura da região é representada pela prática de pecuária extensiva conduzida por pecuaristas semi-extratvistas dos recursos naturais e com manejo do solo baseado em baixo nível tecnológico. Guaratinga possui o maior número de cabeças de gabo deste território.

A heveicultura é observada mais significamente no Município de Porto Seguro, com o manejo do solo baseado em um nível tecnológico médio, sendo classificado como nível B.

O arranjo produtivo do mamão é notado em um modelo tradicional, que não utiliza processos elaborados de pós-colheita. Não se observa a participação de agricultores familiares na atividade devido ao fato de exigir bases

tecnológicas avançadas e altos investimentos, inclusive para manutenção e qualificação da técnica. O manejo do solo é classificado envolve nível tecnológico médio, classificado como nível B.

A silvicultura é um arranjo produtivo expressivo no território, visto que este possui regiões muito atrativas para implantação de florestas visando à produção de celulose, devido a altaprodutividade do cultivo. O manejo do solo é classificado no nível C, se caracterizando por um alto nível tecnológico.

#### ▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Costa do Descobrimento apresenta um total de 140 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Eunápolis (69) e Porto Seguro (43), que somam 80% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento 50% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Eunápolis. Os segmentos que mais se destacam no grupo são os setores de fabricação de móveis, de produtos de madeira (36%), de artigo de vestuário e produtos têxteis (23%) e fabricação de alimentos (16%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 25% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Eunápolis (15) e Porto Seguro (14). Os segmentos de maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos (31%) e fabricação de produtos metálicos (26%). Além disso, há a ocorrência de nove empreendimentos do setor de construção no território em 4 municípios do TI, concentrados em Eunápolis (5).

As indústrias com alto potencial poluidor representam 25% do total de indústrias existentes no TI Costa do Descobrimento, com destaque para dois empreendimentos de extração de pedra, areia e argila em Belmonte e Itapebí, este último com notoriedade também em outros dois empreendimentos relacionados à geração de energia. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de produtos cerâmicos, artigos de serralheria e aparelhamento e outros trabalhos em pedras (51%).

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são heveicultura e mamão, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Costa do Descobrimento ocupa a vigésima posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), e a última posição em áreas cultivadas na macrorregião Litoral Sul.

Segundo a PPM, o território possui 546,6 mil de cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática da pecuária extensiva, atividade de médio potencial poluidor. Os municípios de Eunápolis e Guaratinga destacam-se por concentrar em torno de 41% da quantidade de bovinos, enquanto o município de Santa Cruz Cabralia aparece como o menos expressivo, com 16.715 cabeças. O TI Costa do Descobrimento é o sétimo mais representativo com relação à criação de bovinos no estado e ocupa segunda posição na macrorregião Litoral Sul.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de muares exibe os menores números, com destaque para Guaratinga que concentra 29% do total de criações existentes no território. A criação de equinos representa maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios do TI, com destaque para Guaratinga, que representa 31% do total de equinos. A criação de bubalinos apresenta valores intermediários entre muares e equinos e é destaque em Porto Seguro, com quase 62% do número de cabeças. O TI Costa do Descobrimento possui a segunda maior criação de bubalinos do Estado e a primeira posição na macrorregião Litoral Sul.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (236,1 mil cabeças) e Eunápolis indica maior expressividade neste arranjo. A caprinocultura, ovinocultura e suinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 2,9 mil, 3,3 mil e 22,5 mil animais, respectivamente.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Costa do Descobrimento a 26ª posição em número de estabelecimentos de agricultura familiar no estado, superando apenas o TI Metropolitano de Salvador. Em 2006, este território apresentou cerca de 4,5 mil estabelecimentos de agricultura familiar, concentrados em Guaratinga com quase 38% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território, em contraste com Itagimirim que possui apenas 76 destes estabelecimentos familiares.

A silvicultura é um arranjo da região, há registro relacionado à extração de madeira, atividade com alto potencial poluidor. A produção de madeira no território é de 3,68 milhões de m<sup>3</sup>, que se divide em madeira para outras finalidades (24,8 mil m<sup>3</sup>) e madeira para papel e celulose (3,66 milhões de m<sup>3</sup>). Destaca-se o município de Santa Cruz Cabralia, responsável por quase 49% de toda a produção no território.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Costa do Descobrimento possui 11 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inemaque revelam uma condição aceitável de IQA em todos os pontos (rios Santo Antônio, João de Tiba, Buranhém, Rio dos Frades, Caraíva e Jequitinhonha). Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando condições regulares apenas em Porto Seguro (rio Buranhém) e em Itabela (rio Caraíva).

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada no município de Eunápolis. No entanto, proporcionalmente, o município de Itagimirim tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território sete empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltados principalmente para indústria química e de papel e celulose, concentradas no município de Eunápolis.

Em relação a qualidade do ar, os municípios de Eunápolis e Porto Seguro destacam-se negativamente devido à frota de veículos encontrada. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se indústrias químicas e de produção de celulose, ambas localizadas em Eunápolis e mineradoras na fase de registro de extração de areia, e na fase de concessão de lavra para extração de água mineral, areia, calcita, gnaiss, grafita, granito, mármore e sienito.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Os municípios de Belmonte e Porto Seguro são os únicos que contam com aterros sanitários convencionais e Itapebi possui aterro sanitário simplificado para disposição final dos resíduos.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em sete municípios deste território, concentradas especialmente no município de Belmonte.

A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para pecuária, com cerca de 55% da área, seguido pela silvicultura com 11%. A cobertura vegetal é representativa, ocupando aproximadamente 28% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 25% da área do TI Costa do Descobrimento. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA.

#### ▪ Denúncias e demandas

No TI Costa do Descobrimento, existem três notificações apresentadas pelo Inema com atividades relacionadas à disposição inadequada de esgotos domésticos e resíduos sólidos urbanos e edificação irregular localizadas em Itagimirim e Itapebi. As 199 notificações provenientes do Ministério Público relacionam-se aos empreendimentos de transporte, comercialização e processamento do pescado, e Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, são responsáveis por 83% das ocorrências.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da fruticultura, podem-se citar a ampliação do número de centrais de abastecimentos, criação de plataforma de logística, capacitação da gestão e o estabelecimento de uma legislação adequada para a agroindústria familiar.

No PPA Participativo, tema meio ambiente teve como solicitações a implantação de postos de recebimento de materiais recicláveis e recipientes de agrotóxicos e a recuperação da infraestrutura de pequenas barragens I. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se o funcionamento de aeroportos, ampliação da cobertura dos serviços de telefonia móvel e manutenção das rodovias.



### 2.3.26. TI Extremo Sul

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Extremo Sul, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 18.535,4 km<sup>2</sup>, equivalente a 3,3% do território do Estado e engloba os municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido (segundo à porção oriental) e Subúmido a Seco do centro para oeste do território, com precipitações médias anuais entre 1.200 a 1.900 mm e 1.100 a 1.250 mm, respectivamente.

Os Argissolos Amarelos Distrófico compõem a classe de solos predominantes desse TI, chegando a 35% dos solos existentes na região, seguido dos Latossolos Amarelos Alumínico (28% da área do território).

Destaca-se no TI Extremo Sul a presença de cinco unidades geomorfológicas: Bloco Montanhoso Santo Antônio do Jacinto – Jucuruçu, Planície Marinha e Fluviomarinha, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros Pré-litorâneos e Várzea e Terrços Aluvionares.



Figura 26 – Localização do Território de Identidade Extremo Sul no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas 28 unidades de conservação, a maioria contemplada em Reservas Particulares de Patrimônio Natural. Em se considerando áreas privadas destinadas à conservação, a RPPN é criada por iniciativa do proprietário rural sem que haja desapropriação das terras, assumindo o compromisso de uso da reserva de maneira sustentável, com objetivo de fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas e de proteção dos recursos naturais e hídricos. Apesar do número expressivo de áreas protegidas, apenas 95.492 há estão destinados à conservação, 5% do território. Há um predomínio de unidades de conservação de uso sustentável e se destacam a APA Ponta da Baleia/Abrolhos, localizada nos municípios de Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, equivalente a aproximadamente 37.465 ha da costa do território; e a RESEX Cassurubá, abrangendo área equivalente a 32.629 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em seis municípios, estimando um universo de 12 associações e colônias de pescadores artesanais. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificadas sete comunidades remanescentes quilombolas, concentrados nos municípios de Nova Viçosa e Ibirapuã.

No território, foram identificados nove sítios arqueológicos localizados principalmente nos municípios de Ibirapuã (1), Itamaraju (3), Mucuri (2), Nova Viçosa (2) e Vereda (1), que se reportam a arte rupestre, estruturas construtivas e artefatos de cerâmica. Tais sítios estão associados, em sua maioria, a ocupações do período Pré-Colonial.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais expressivos no TI Extremo Sul são o gado bovino, o cacau, o café, a cana de açúcar, o mamão, o maracujá e a silvicultura.

A bovinocultura apresenta um sistema estagnado, com pouco dinamismo e indicadores de desempenho inferiores a outras regiões do Estado. A prática da pecuária extensiva é consolidada e o manejo de solo é abaixo nível tecnológico.

A cacauicultura apresenta destaque apenas no município de Itamaraju, o qual responde por elevados valores de produção e área plantada, embora o manejo do solo se baseie em práticas de baixo a médio nível tecnológico.

Os municípios de Prado e Itamaraju são os que possuem maior destaque na cafeicultura, tanto no valor de produção, quanto na área plantada. Esse cultivo não envolve agricultores familiares, justamente por demandar técnicas complexas e elevados investimentos, e a tendência de expansão do mesmo não é expressiva.

A cultura de cana de açúcar é mais relevante no oeste do Extremo Sul da Bahia e o manejo do solo se classifica no nível C, refletindo um alto nível tecnológico em todo o processo. O maior destaque é o Município de Ibirapuã onde, desde 2003, a produção segue a tendência de aumento no cenário nacional, salvaguardada as suas proporções.

O arranjo produtivo do mamão segue o modelo tradicional, o qual se caracteriza por não passar por processos elaborados de pós-colheita, e o manejo do solo é baseado em um nível tecnológico médio, nível B. Não é observada a participação de agricultores familiares devido ao fato de exigir bases tecnológicas avançadas e altos investimentos, inclusive para manutenção e qualificação da técnica. .

A silvicultura é um arranjo produtivo de grande importância para o território e tem se revelado competitivo economicamente, apesar de excludente do ponto de vista social. A percepção, especialmente do setor empresarial, é de que o TI é uma das regiões do mundo mais atrativas para implantação de florestas visando à produção de celulose . O manejo do solo baseia-se em alto nível tecnológico, classificado no nível C.

O cultivo de maracujá (passicultura) é representado por lavoura de sequeiro de manejo avançado. O maior destaque do território é o Município de Prado, tanto no aspecto de área plantada, quanto no valor de produção. O manejo do solo é baseado em práticas de um nível tecnológico médio.

#### **\* Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Extremo Sul apresenta um total de 195 indústrias, a maior parte concentrada no município de Teixeira de Freitas com pouco mais da metade dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, quase 50% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Teixeira de Freitas. Como Os segmentos que mais se destacam neste grupo são: fabricação de móveis e de produtos de madeira (29%), fabricação de alimentos (20%) e fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (18%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 22% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Teixeira de Freitas (20) e Itamaraju (9). Os segmentos que tem maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos e bebidas (41%) e metalurgia e fabricação de produtos de metal (34%). Há também a ocorrência de seis empreendimentos do setor de construção, sendo que metade deles estão localizados no município de Teixeira de Freitas.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 29% do total de indústrias existentes do Extremo Sul. Neste grupo, destacam-se empreendimentos voltados à extração de pedra, areia e argila, além da fabricação de produtos cerâmicos e trabalhos em pedras (37%), fabricação derivados do petróleo; fabricação de produtos químicos, de farmoquímicos e farmacêuticos (27%).

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são as culturas da cana de açúcar, mamão, maracujá, cacau e café, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI Extremo Sul ocupa a décima sexta posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), e supera apenas o TI Costa do Descobrimento em área cultivada na macrorregião Litoral Sul.

Segundo a PPM, o território possui 1,01 milhões de cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática da pecuária extensiva. Os municípios de Itamaraju, Itanhém e Medeiros Neto destacam-se por concentrar em torno de 43% da quantidade de bovinos, em contraste com Nova Viçosa que aparece como o menos expressivo, com 29.860 cabeças. O TI Extremo Sul é o mais representativo com relação à criação de bovinos, sendo responsável por quase 10% de todo o rebanho estadual.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exhibe os menores números, ocorrendo em nove municípios, com destaque para Medeiros Neto que concentra 36% do total de criações existentes no território. A criação de equinos representa maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios do TI, especialmente em Itanhém que representa 16% do total. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e esta bem distribuída na região. Em comparação com os quatro TIs da macrorregião, o TI Extremo Sul é o que possui o maior número de cabeças de equinos, equivalente a cerca de 46% do total. É também o território que possui a quarta mais expressiva criação de muares no estado da Bahia.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (376,6 mil cabeças) e suínos (62,9 mil cabeças). Nova Viçosa e Teixeira de Freitas trazem indicações de maior expressividade

no primeiro arranjo mencionado, com quase 30% do número de animais do território. Na criação de suínos Teixeira de Freitas e Itanhém se destacam, somando cerca de 38% do total registrado. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 6,1 mil e 13,2 mil animais, respectivamente.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como de médio potencial poluidor, conferem ao TI Extremo Sul a 23ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, este território apresentou cerca de 9,5 mil estabelecimentos de agricultura familiar concentrados em Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu e Alcobaça que somam 47% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Lajedão possui apenas 100 destes estabelecimentos familiares.

As atividades relacionadas com a silvicultura possuem diferentes potenciais poluidores associados. A extração de carvão vegetal faz-se presente no TI com 108.214 toneladas produzidas (mês, ano??) e se enquadra como atividade de médio potencial poluidor. Por outro lado, a extração de madeira possui um potencial poluidor alto e alcança mais de 275 mil m<sup>3</sup> de toras (mês, ano?) de madeira produzidas para outras finalidades e 8,9 milhões de m<sup>3</sup> de madeira em tora para papel e celulose. Destacam-se os municípios de Mucuri, Nova Viçosa e Caravelas com quase 69% da madeira produzida no território.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Extremo Sul possui sete pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inemaque revelam uma condição aceitável de IQA em todos os pontos (rios Mucuri, Jucuruçu Braço Norte, Jucuruçu Braço Sul, Alcobaça e Peruípe). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, com condição aceitável apenas em Jucuruçu (rio Jucuruçu Braço Norte) e Alcobaça (rio Alcobaça), enquanto Mucuri (rio Mucuri) e Teixeira de Freitas (rio Alcobaça) indicam condição crítica. Os demais pontos para este parâmetro apresentou resultado em condição regular.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada no município de Teixeira de Freitas. No entanto, proporcionalmente, além de Teixeira de Freitas, os municípios de Medeiros Neto e Itanhém têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 11 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, voltados principalmente para indústria de papel e celulose e concentrados no município de Mucuri. Destacam-se também três empreendimentos voltados para agroindústria localizados em Ibirapua, Medeiros Neto e Itanhém.

Em relação a qualidade do ar, Teixeira de Freitas, Itamaraju e Nova Viçosa destacam-se negativamente devido à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a fabricação de papel e celulose, especialmente no município de Mucuri, e a presença de mineradoras na fase de requerimento para extração de cascalho, fase de registro para extração de areia, cascalho e granito e na fase de concessão de lavra para extração de água mineral, caulim, granito e gnaisse.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Alcobaça e Caravelas possuem aterros sanitários simplificados e Teixeira de Freitas é o único que conta com um aterro sanitário convencional.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios, estando concentradas especialmente nos municípios de Jucuruçu e Mucuri.

A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para pecuária, cerca de 36% da área, seguido pela agricultura e silvicultura, ambas com 17%. A cobertura vegetal é representativa, ocupando uma área de aproximadamente 28% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 20% da área do TI Extremo Sul. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA.

#### ▪ **Denúncias e demandas**

No TI Extremo Sul constataram-se duas notificações apresentadas pelo Inema devido à ausência de averbação de Reserva Legal em propriedades rurais nos municípios de Prado e Nova Viçosa. As 197 notificações

provenientes do Ministério Público incidem sobre obras ou construções irregulares; extração, transporte e comercialização ilegal de madeira e lenha, e danos em Área de Preservação Permanente, especialmente em Mucuri, Itamaraju, Nova Viçosa e Prado, correspondendo a 68% das ocorrências levantadas.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da fruticultura, podem-se citar a ampliação do número de centrais de abastecimentos, criação de plataforma de logística, capacitação da gestão e o estabelecimento de uma legislação adequada para a agroindústria familiar.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a implantação de postos de recebimento de materiais recicláveis e recipientes de agrotóxicos e a recuperação da infraestrutura de pequenas barragens. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se o funcionamento de aeroportos, ampliação da cobertura dos serviços de telefonia móvel e manutenção das rodovias.

### 2.3.27. TI Litoral Sul

#### ▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Litoral Sul, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 14.664,7 km<sup>2</sup>, equivalente a 2,6% do território do Estado e engloba os municípios de Almada, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Marau, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido a Subúmido (a norte e a sul do território) e Subúmido a Subúmido a Seco na parte ocidental, com precipitações médias anuais entre 1.000 a 2.000 mm e 850 a 1.900 mm, respectivamente.

Os Latossolos Amarelos Alumínico compõem a classe de solos predominantes desse TI, seguido dos Argissolos Vermelhos-Amarelos Eutrófico e dos Argissolos Vermelhos-Amarelos Alumínico, além dos Chernossolos Háplicos.

Destaca-se no TI Litoral Sul a presença de sete unidades geomorfológicas: Depressão Itabuna Itapetinga, Planície Marinha e Fluviomarina, Serras e Maciços Pré-litorâneos, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros do Rio Pardo, Tabuleiros Pré-litorâneos, e Várzeas e Terraços Aluvionares.



**Figura 27** – Localização do Território de Identidade Litoral Sul no estado da Bahia

#### ▪ Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas 51 unidades de conservação com cerca de 377.293 ha que abrangem cerca de 26% da área do TI Litoral Sul. Aproximadamente 83% dessa área é de uso sustentável, e destaca-se a APA de Lagoa Encantada e Rio Almada, com 158.083,92 ha inseridos em 10 municípios. No território também constam importantes áreas de proteção integral, destacando-se o Parque Nacional de Serra das Lontras e Parque Estadual da Serra do Conduru, administrados em níveis federal e estadual, respectivamente.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em seis municípios, estimando um universo de 11 comunidades pesqueiras artesanais, envolvendo associações, cooperativas e colônia de pescadores. Segundo dados do Projeto GeografAR e CDA (2012), foram identificados 18 comunidades remanescentes quilombolas concentradas nos municípios de Itacaré e Marau.

De acordo com dados do Bahia Arqueológica no território, são apontados 20 sítios arqueológicos em quatro municípios (Ilhéus, Itacaré, Marau e Santa Luzia), relevantes em estruturas construtivas, artefatos de cerâmica, e sambaquis.

#### ▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais significativos no TI Litoral Sul são a cacauicultura, a caprinocultura/ovinocultura, a heveicultura e o cultivo de dendê.

Com relação ao cultivo de cacau, o território concentra os grandes produtores e consiste na região com maior concentração da renda arrecada em termos de valor da produção e área plantada. O manejo do solo é realizado utilizando práticas de baixo e médio nível tecnológico, classificado nos níveis A e B.

A caprinocultura e a ovinocultura são atividades predominantemente familiares executada no território em caráter de criação de fundo de quintal, ou como complemento à bovinocultura ou equinocultura. O manejo do solo é baseado em práticas de baixo nível tecnológico, nível A, e Ilhéus é o município de maior expressividade no arranjo.

A heveicultura se apresenta mais intensamente em Porto Seguro, que possui a maior área plantada e o maior valor de produção dentro do território. O uso de práticas tecnológicas de nível médio sugere que a classificação deste arranjo como manejo de nível B.

O cultivo do dendê não se caracteriza como um arranjo expressivo, embora apresente destaque no município de Uma.. O manejo do solo, por sua vez, adota práticas que passam de técnicas de baixa à média tecnologia, sendo classificado como nível A/B.

#### **\* Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Litoral Sul apresenta um total de 301 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Itabuna e Ilhéus com 76,4% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, mais de 50% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, em Itabuna (70) e Ilhéus (40). Os segmentos que mais se destacam nesse grupo são os setores de alimentos (33%), fabricação de produtos têxteis e artigos de vestuário (22%) e fabricação e impressão de materiais de diversos usos (24%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 32% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria em Ilhéus (51) e Itabuna (33). Os segmentos que tem maior destaque nesse grupo são os de fabricação de alimentos (20%) e de fabricação de equipamentos de informática e componentes eletrônicos (47%). Nesse âmbito também se destacam obras de engenharia tais como construção de edifícios e instalações hidráulicas, ventilação e refrigeração com 18% dos empreendimentos registrados. Vale ressaltar também a presença de empreendimentos de recuperação de materiais plásticos e de captação de água que somam 4% das indústrias de médio potencial poluidor.

As indústrias com alto potencial poluidor representam 16% do total de indústrias existentes do TI Litoral Sul, destacando-se dez empreendimentos em diversos municípios associados à extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos são representados principalmente pelos setores de fabricação produtos cerâmicos e de aparelhamento e outros trabalhos em pedras, que juntos representam 19% das 47 indústrias de alto potencial poluidor.

As atividades agrícolas que mais se destacam no território são cacaucultura, dendeicultura, e heveicultura, consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. O TI ocupa a quinta posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), e o primeiro lugar em área cultivada na macrorregião Litoral Sul.

O mapeamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia entre 2007 e 2009, identificou 19 empreendimentos de carcinicultura no território, revelando que deste total cerca de 58% das atividades operam sem a licença ambiental (IMA, 2009). Destacam-se os municípios de Canavieiras que concentra 14 empreendimentos de carcinicultura, sendo que seis deles não possuem licença ambiental para funcionar; e Marau, com cinco empreendimentos, não havendo atividade licenciada neste município.

Segundo a PPM, o território possui 453,3 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b) e ocorre a prática da pecuária extensiva, atividade de médio potencial poluidor. Os municípios de Itaju do Colônia, Itapé e Canavieiras destacam-se por concentrar em torno de 33% da quantidade de bovinos, em contraste com Arataca que aparece como o menos expressivo, com apenas 1.730 cabeças. Dentre os quatro territórios da macrorregião Litoral Sul, o TI Litoral Sul se situa na terceira posição em número de cabeças e é o décimo mais representativo com relação à criação de bovinos no estado.

O grupo de criações confinadas de bubalinos, muares e equinos é caracterizado pelo alto potencial poluidor. A criação de bubalinos exhibe os menores números, ocorrendo em nove municípios deste território, com destaque para Jussari que concentra 55,7% do total de criações. A criação de muares representa maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios, com notoriedade em Una que representa 10% do total de muares no TI. A criação de equinos apresenta valores intermediários entre bubalinos e muares e é destaque em Itaju do Colônia. Na macrorregião Litoral Sul, o TI é o que possui o maior número de cabeças de muares, cerca de 47% do total, sendo também o maior criador de muares do estado, com cerca de 14% do total.

Entre as criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (612,6 mil cabeças) e de suínos (49,8 mil cabeças). Ilhéus traz indicações de maior expressividade nos arranjos mencionados, e Coaraci se destaca também na criação de aves. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 10,9 mil e 11 mil animais, respectivamente.

Os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, enquadrados como médio potencial poluidor, conferem ao TI Litoral Sul a 19ª posição em número de estabelecimentos no estado. Em 2006, este território

apresentou cerca de 14 mil estabelecimentos de agricultura familiar, especialmente em Itacaré, Maraú, Canavieiras, Ubaitaba e Mascote, os quais somam 54% dos estabelecimentos de agricultura familiar do território. Por outro lado, o município de Itaju do Colônia possui apenas 63 destes estabelecimentos familiares.

#### ▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, o TI Litoral Sul apresenta 16 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema que revelam condição aceitável de IQA em quase todos os pontos (rios Pardo, Almada, Colônia, Salgado, Rio Cachoeira, Una e Rio de Contas e a Lagoa Encantada), com situação crítica observada em Itabuna (Rio Cachoeira). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis apenas em Pau Brasil (rio Pardo) e em Ibicarai (rio Salgado), enquanto em Canavieiras, Ilhéus e Itapé (rios Pardo, Almada e Rio Cachoeira e Lagoa Encantada) indica-se condição crítica.

A população desprovida de sistema de esgotamento sanitário ou demais formas de tratamento se apresenta mais elevada no município de Itabuna. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Ribeirão Almadina, Buerarema, Coaraci e São José da Vitória têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 21 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras das águas superficiais, associados, principalmente, à agroindústria e concentrados na região de Ilhéus e Itabuna. Destacam-se também quatro empreendimentos voltados para indústria química, localizados em Floresta Azul, Mascote, Una e Ilhéus.

Em relação a qualidade do ar, os municípios de Itabuna e Ilhéus destacam-se negativamente devido à frota de veículos encontrada. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, vale ressaltar a produção de artefatos de cerâmica, gesso e concreto localizada em Itabuna, Santa Luzia e Ibicarai; e a presença de mineradoras de extração de granito e cascalho e de lavra para extração de água mineral, argila, calcário, conglomerado, gipsita, gnaiss, granulito, mármore, sienito e sodalita.

Um dos fatores críticos que comprometem a qualidade do solo na região é disposição inadequada dos resíduos sólidos, visto que quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de destinação final. O município de Itapitanga possui aterro sanitário simplificado e Ilhéus e Uruçuca são os únicos que contam com aterros sanitários convencionais.

As queimadas, outro fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 13 municípios deste território, concentradas especialmente nos municípios de Ilhéus e Itacaré.

A análise do uso da terra e cobertura vegetal revelou que o uso do solo predominante é para agricultura, com cerca de 35% da área, seguido pela pecuária com o equivalente a 23%. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 39% do território.

A vegetação remanescente representa em torno de 30% da área do TI Litoral Sul. Com relação às principais áreas para conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA.

#### ▪ **Denúncias e demandas**

No TI Litoral Sul existem 11 notificações apresentadas pelo Inema, especialmente em Itacaré e Maraú, referentes a atividades de disposição inadequada de resíduos sólidos, instalação irregular de postos de combustíveis e empreendimentos industriais e comerciais instalados em área ambientalmente protegidas por lei. As 242 notificações advindas do Ministério Público recaem essencialmente sobre extração, transporte, condicionamento e comercialização ilegal de madeira e lenha, sendo Itabuna e Ilhéus os municípios mais contemplados.

Entre as demandas da população decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura destacam-se as reivindicações com relação consolidação dos projetos de reestruturação de infraestrutura propostos pelo Estado e a divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia”. Para o arranjo produtivo do cacau, pode-se citar o desejo pela promoção do produto brasileiro e do chocolate, fortalecimento de cooperativas e repactuação dos passivos oriundos do programa de recuperação da lavoura cacauera da Bahia.

No PPA Participativo, o tema meio ambiente teve como solicitações a implantação de programa de apoio à silvicultura, o licenciamento ambiental das propriedades dos agricultores familiares e a implementação de ações dos planos de bacia hidrográfica. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se recuperação e ampliação do aeroporto de Canavieiras e de Ilhéus, ampliação da cobertura dos serviços de telefonia móvel e internet e manutenção das rodovias.





### 3. Referências Bibliográficas

- ANA. Agência Nacional de Águas. 2009a. Apresenta esclarecimentos quanto à definição dos indicadores de qualidade da água. Disponível em: <<http://pnqa.ana.gov.br/IndicadoresQA/IndiceQA.aspx>>. Acesso em: 06 de maio de 2013.
- ANA. Agência Nacional de Águas. 2009b. Apresenta esclarecimentos quanto à definição dos indicadores de qualidade da água. Disponível em: <<http://pnqa.ana.gov.br/IndicadoresQA/IndiceET.aspx>>. Acesso em: 06 de maio de 2013.
- BAHIA. Decreto nº 14.032 de 15 de junho de 2012. Altera o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012, e dá outras providências. Salvador, Bahia, 15 jun. 2012. Disponível em: <[http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/Decreto\\_14032poupape.pdf](http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/Decreto_14032poupape.pdf)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. Plano Purianual PPA 2012-2015. Salvador: SEPLAN, 2011. 456p.; il.; tab.; graf.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Princípios Norteadores do ZEE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zonamento-territorial/item/8187-princ%C3%ADpios-norteadores-do-zee>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Poder Executivo, Brasília – DF.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2008. Brasília: SNIS, 2008.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto sobre a Biodiversidade. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso do solo: Caatinga (Arquivo *shapefile*). Probio/MMA, 2007. Disponível em: <[http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?caatinga/dados/shape\\_file/](http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?caatinga/dados/shape_file/)>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto sobre a Biodiversidade. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso do solo: Cerrado (Arquivo *shapefile*). Probio/MMA, 2007. Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?cerrado>>. Acesso em: 10 jan. 2013
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto sobre a Biodiversidade. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso do solo: Mata Atlântica (Arquivo *shapefile*). Probio/MMA, 2007. Disponível em: <[http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?mata\\_atlantica](http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?mata_atlantica)>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- CECAV. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. Núcleo de Geoprocessamento. Base de Dados Geoespacializados de Cavidades Naturais Subterrâneas – 01 de setembro de 2011. Arquivo *Shapefile*. Não publicado.
- COMERLATO, Fabiana. Estudo metodológico em sítios de gravuras rupestres em lajedos, Bahia. In: **Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 2007, Florianópolis. Congresso Internacional da SAB. Erechim : Habilis, 2007. p. 1-14.
- DENATRAN. Departamento Nacional de Trânsito. Frota de Veículos. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 04 de fevereiro 2013.
- DI LAURO, A.; PASSOS, A. L. S.; EVANGELISTA, A. R. S. Territórios de Identidade no Brasil: Uma Análise Teórica e Metodológica no Estado da Bahia. In: 12do Encuentro de Geografos de América Latina, 2009, Montevidéo. Caminando em uma América Latina em Transformación. Montevidéo, 2009.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Embrapa Solos, 1999.
- ETCHEVARNE, Carlos. Escrito na Pedra. Cor Forma e Movimento nos grafismos rupestres da Bahia. Rio de Janeiro, Odebrecht/Versal, 2007
- FIEB. Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Guia Industrial do Estado da Bahia 2012. Superintendência de Desenvolvimento Industrial – SDI. Salvador, 2012. CD – ROM.
- IBAMA/MMA. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS. PROJETO DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO DOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE – MONITORAMENTO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA – 2008 A 2009. BRASÍLIA, 2012. Disponível em: <<http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/mataatlantica/RELATORIO%20MATA%20ATLANTICA%202008%202009.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS. PROJETO DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO DOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE – MONITORAMENTO DO BIOMA CAATINGA – 2008 A 2009. BRASÍLIA, 2011. Disponível em: <[http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/caatinga/relatorio\\_tecnico\\_caatinga\\_2008-2009.pdf](http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/caatinga/relatorio_tecnico_caatinga_2008-2009.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS. PROJETO DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO DOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE – MONITORAMENTO DO BIOMA CERRADO – 2008 A 2009. BRASÍLIA, 2011. Disponível em: <[http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/RELATORIO\\_CERRADO\\_2008-2009.pdf](http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/RELATORIO_CERRADO_2008-2009.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Área e densidade demográfica da unidade territorial. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1301&z=t&o=3r>>. Acesso em: 05 de Junho de 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manuais Técnicos em Geociências, Nº 4. Manual Técnico de Pedologia. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2007. il.; color.; 316p.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. 2010a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=3>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal. 2010b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PP&z=t&o=3>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=VS&z=t&o=3>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2013.

INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – BAHIA. Programa Monitora: Relatório de Parâmetros e Pontos. Disponível em: <<http://monitora.inema.ba.gov.br/index.php/pontos/index/>>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

INEMA. Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – BAHIA. Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental – Geobahia. Disponível em: <<http://geobahia.inema.ba.gov.br/geobahia5/interface/openlayers.htm?3be34vgd9che7mmh8rb9p0gg23>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2012.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais. Monitoramento de Queimadas e Incêndios do ano de 2012. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

PALAVIZINI, Roseane. Gestão Transdisciplinar do Ambiente: Uma Perspectiva aos Processos de Planejamento e Gestão Social no Brasil. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, da UFSC, Florianópolis, 2006.

Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. *Informações sobre Comunidades Tradicionais. Grupo de Pesquisa GeografAR*. Programa de Pós-graduação em Geografia. MGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2011.

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K, J. Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPS, 1995, 65p.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado do Ambiente. Instituto Estadual do Ambiente. Guia Prático de Fiscalização Ambiental. Rio de Janeiro: INEA, 2010. 63p.

RODRIGUES, S. I. Contribuições dos métodos GPR e Eletromagnético Indutivo em estudos de sítios arqueológicos de sambaquis costeiros no Estado de Santa Catarina. 2009. 246p. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Tipologia Climática – Segundo Thornthwaite: Estado da Bahia – 2007. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/pdf/carto\\_tip\\_clim.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/pdf/carto_tip_clim.pdf)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pluviometria: Estado da Bahia – 2003. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa\\_pluviometria.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_pluviometria.pdf)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

SCHMITZ, J. A. K. Indicadores Biológicos de Qualidade do Solo. Tese (Doutorado em Ciência do Solo) – Faculdade de Agronomia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003. 176p.

**Anexo 1 – Lei\_Decreto Estadual 14032\_12 - Enquadramento de Atividades**

